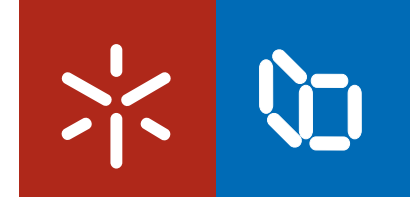




Ana Paula Nogueira Faria de Matos *Um Certo Olhar:*
Polifonia e Modalização na Tertúlia Radiofónica

Uminho | 2009



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Ana Paula Nogueira Faria de Matos

Um Certo Olhar:
Polifonia e Modalização na Tertúlia Radiofónica

Fevereiro de 2009



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Ana Paula Nogueira Faria de Matos

Um Certo Olhar:
Polifonia e Modalização na Tertúlia Radiofónica

Tese de Mestrado em Ciências da Linguagem
Área de Especialização em Língua e Tecnologias de Informação

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Aldina Bessa Ferreira
Rodrigues Marques

Fevereiro de 2009

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho,

Assinatura: _____

Agradecimentos

Este trabalho teve muitos contributos e todos ficam guardados em mim.

Começo por registar os meus agradecimentos a todos os professores que participaram neste projecto de mestrado e que me proporcionaram o regresso à condição de aprendiz e à experiência da descoberta, que é tão estimulante e necessária. Em especial, à Professora Aldina Marques, que me abriu o caminho para o mundo fascinante da Análise do Discurso e me acompanhou com sageza e com disponibilidade exemplares.

Gostava ainda de lembrar a hospitalidade de Adelina Gomes, do CEHUM, incansável nas ajudas, e de Luís Caetano, jornalista e moderador de *Um Certo Olhar*, que se mostrou sempre disponível para colaborar.

Uma palavra especial ao Rui, à Mariana e ao António, que acreditaram em mim e me ofereceram tanto do seu tempo e da sua paciência.

E, enfim, a todos os que me ajudaram, às vezes com uma ideia, às vezes com uma palavra de ânimo, às vezes com o seu tempo ou com a sua casa.

Agradeço a todos os homens e mulheres que construíram e mantêm vivo o magnífico património da humanidade que é a linguagem, pois o fascínio por este grande e sempre inacabado diálogo foi a fonte que alimentou este trabalho.

O Discurso é um senhor soberano que, com um corpo diminuto e quase imperceptível, leva a cabo acções divinas.

Górgias

Once we realize that what we have to study is *not* the sentence but the issuing of an utterance in a speech-situation, there can hardly be any longer a possibility of not seeing that stating is performimng an act.

J. L. Austin

Um Certo Olhar : Polifonia e Modalização na Tertúlia Radiofónica

Resumo

Este trabalho enquadra-se na área da Análise do Discurso, no âmbito da linguística da enunciação. Tem por objectivo analisar a ocorrência do discurso polifónico, enquanto processo de desdobramento enunciativo que nega a unicidade do sujeito, num *corpus* oral constituído por oito edições da tertúlia radiofónica *Um Certo Olhar*, emitidas no último trimestre de 2007 pela *Rádio Difusão Portuguesa*.

Começamos por enquadrar os conceitos de dialogismo, de polifonia e de modalização nos quadros teóricos que tomamos como referência, entre os quais destacamos o conceito de dialogismo em Bakhtine, a teoria polifónica de Oswald Ducrot e outros estudos de autores mais recentes: Catherine Kerbrat-Orecchioni, Jacques Brès, Robert Vion, Alain Rabatel e Jacqueline Authier-Revuz. Procuramos ainda reflectir sobre os valores pragmáticos destas estratégias polifónicas e também reconhecer os dispositivos linguísticos que as configuram.

Depois da descrição do *corpus* no âmbito do conceito de quadro comunicativo em articulação com a noção de género discursivo, procedemos à análise linguística, no último capítulo. Observamos o modo como o discurso polifónico, nas suas diversas vertentes (polifonia, diafonia, modalização, modalidade, discurso relatado) funciona como estratégia argumentativa, passando pela construção da imagem do locutor e dos interlocutores, pela definição e negociação dos papéis comunicacionais e ainda pela construção e preservação das relações interpessoais.

Um Certo Olhar : Polyphony and Modalisation in Radio Talk

Abstract

This work belongs to the area of Discourse Analysis, more specifically to the field of enunciation linguistics. It is its purpose to analyse the occurrence of polyphonic discourse, as a process of enunciative unfolding which denies the unicity of the subject, within an oral corpus constituted by eight editions of the radio program *Um Certo Olhar*, broadcast during the last trimester of 2007 by *Rádio Difusão Portuguesa*.

We start by defining the concepts of dialogism, polyphony and modalisation within the theoretical frames of reference, among which we emphasise Bakhtine's concept of dialogism, Oswald Ducrot's polyphonic theory, as well as studies by other more recent authors: Catherine Kerbrat-Orecchioni, Jacques Brès, Robert Vion, Alain Rabatel and Jacqueline Authier-Revuz. We also attempt to reflect on the pragmatic values of the above polyphonic strategies, as well as to recognize the linguistic devices configured by them.

After the description of the corpus within the concept of communicative frame in articulation with the notion of discursive genre, we undertake a linguistic analysis in the last chapter. We observe how polyphonic discourse, in its diverse aspects (polyphony, diaphony, modalisation, reported speech) functions as an argumentative strategy, taking into consideration the construction of the image of the speakers and the definition and negotiation of communicational roles, as well as the construction and preservation of interpersonal relationships.

Índice

I - Introdução.....	1
1.1 A linguística da enunciação – intersubjectividade no discurso.....	2
1.2 Objectivos e hipóteses de trabalho.....	6
II – Polifonia, Modalização e Modalidade.....	9
2.1 Visão panorâmica: <i>Dictionnaire d'analyse du Discours</i> de P. Charaudeau e D. Maingueneau	9
2.2 Bally: <i>dictum e modus</i>	12
2.3 Dialogismo, polifonia e modalização: o universo de vozes no discurso	15
2.4 Modalização e desdobramento enunciativo	18
2.5 Discurso relatado e desinscrição enunciativa.....	22
2.6 Diafonia	26
2.7 Conclusões	29
III – <i>Um Certo Olhar</i> : Debate da Actualidade?	31
3.1 Sobre a noção de actualidade	32
3.2 Questões de género	34
IV– Descrição do <i>Corpus</i>	43
4.1 Questões de transcrição de registo oral.....	45
4.1.1 Sinais de transcrição adoptados	46
4.2 <i>Um Certo Olhar</i> : quadro comunicativo e género(s) convocado(s).....	49
4.2.1 O moderador	51
4.2.2 Os participantes	54
4.2.3 A situação espaço-temporal e o propósito comunicativo	68
V – Análise Linguística do <i>Corpus</i>	71
5.1 Estrutura interaccional	71
5.2 Polifonia e modalização no discurso do moderador : as frases interrogativas	73
5.3 <i>Acho que...</i> e outros verbos de opinião na 1ª pessoa do singular como dispositivos de modalização (valor epistémico)	83
5.4 Diafonia e construção das relações discursivas	88
5.5 Discurso relatado como estratégia argumentativa.....	99
VI – Conclusões.....	108
VII – Bibliografia.....	110
VIII – Anexo I (transcrição da emissão de <i>Um Certo Olhar</i> em 14 de Dezembro de 2007	115
Anexo II: CD com registos áudio do <i>corpus</i> de análise	

I – INTRODUÇÃO

A investigação na área da análise do discurso assume-se como um trabalho de campo, que parte do estudo de registos autênticos. A orientação dos trabalhos pressupõe ainda que a análise do funcionamento da língua não possa cingir-se a um *corpus* de realizações restritas de um indivíduo, pois a língua é por definição uma entidade colectiva que nunca se manifesta completamente em um único falante. Pior ainda seria alicerçar conclusões em registos produzidos “em laboratório” pelo próprio investigador que, não obstante a sua idoneidade, condicionaria a produção às hipóteses formuladas. Por outro lado, o exercício normativo sobre a aceitabilidade dos enunciados ficaria limitado à competência individual do investigador.

O nosso objecto de estudo é a tertúlia radiofónica em português, que se constitui através da observação das realizações particulares. Neste sentido, propomo-nos analisar os fenómenos de polifonia e de modalização em oito edições de um programa radiofónico semanal, que foram para o ar na *Antena 2* da Rádio Difusão Portuguesa (RDP), com o título *Um Certo Olhar*, no último trimestre de 2007¹. Trata-se de um programa de periodicidade semanal, que vai para o ar às sextas-feiras entre as 16:00h e as 17:00h, com repetição nos Domingos seguintes de manhã, às 10:00h. O programa é apresentado na página oficial da RDP na Internet como um “Debate sobre a actualidade com Maria João Seixas, Inês Pedrosa e Vicente Jorge Silva”, e as suas edições estão disponíveis em linha em formato *podcast*². *Um Certo Olhar* é da autoria do jornalista Luís Caetano, também moderador do debate, e estreou-se em Abril de 2005, com a participação de Maria João Seixas, Gabriela Carnavilhas e Jorge Silva Melo. Em 2006, Vicente Jorge Silva tomou o lugar de Jorge de Silva Melo e, a partir de Abril de 2007, o programa passou a ter como participantes, para além do moderador, Maria João Seixas, Vicente Jorge Silva e Inês Pedrosa.

Esta designação de *participantes* para referir aqueles que intervêm no debate ou tertúlia radiofónica não parece rigorosa, já que o moderador (que se constitui como alocutário) e o público também são, de facto, participantes na interacção verbal. Face a

¹ O registo áudio destas edições, disponibilizadas pela RDP em formato *podcast*, segue em anexo.

² Cf. <http://tv1.rtp.pt/antena2/index.php> (Agosto de 2008)

este problema terminológico, para o qual o Português não apresenta solução satisfatória, Daniela Braga optou por adoptar o termo francês “débatteurs”, no contexto do debate televisivo (Braga, 2007:49). De qualquer modo, utilizaremos a palavra portuguesa *participantes* no sentido estrito de “débatteurs” ou, então, no quadro da tertúlia radiofónica, no sentido de “tertulianos” na língua espanhola (Suárez, 1997:130), que se distinguem do moderador e do público.

1.1 A linguística da enunciação – intersubjectividade no discurso

A investigação que nos propomos fazer situa-se no âmbito da análise linguística do discurso. Esta disciplina, cujos domínios agregam várias áreas de investigação, propõe-se analisar o discurso empírico, no sentido de encontrar regularidades no domínio dos mecanismos linguísticos na construção e recepção discursivas. Distancia-se da perspectiva psicológica ou cognitiva pois não procura investigar processos cognitivos ou afectivos anteriores à enunciação e que a possam condicionar, como se distancia da análise crítica do discurso, que aborda os discursos com o objectivo de conhecer o espaço cultural ou social em que estes são produzidos, abrindo espaço para a abordagem de questões ideológicas. A nossa perspectiva é linguística, no sentido em que o discurso é o próprio objecto de estudo, ainda que a dimensão social também esteja presente, na medida em que perspectivamos o texto como uma unidade linguística, social e textual. Dentro desta perspectiva linguística, distanciamos-nos de uma abordagem estruturalista de inspiração saussureana, que procura estudar a língua (por oposição à fala), enquanto sistema abstracto e fechado.

Caminhamos assim na senda de Oswald Ducrot que numa das suas obras pioneiras dos anos 80, *Les Mots du Discours*, analisa as relações entre língua e discurso e aponta para a evidência (que os deícticos, por exemplo, ilustram) de que a língua prevê o seu uso³. É a Benveniste, entre outros, que devemos também este reequacionar da reflexão linguística, que abre caminho para a investigação na análise do discurso, evidenciando a importância da enunciação: “Avant l’énonciation, la langue n’est que la possibilité de la langue” (1974: 81). Também Bakhtine (1984) evidenciou as limitações de uma abordagem imanentista, distante da enunciação, e cuja tendência formal deixava escapar a

³ Apesar desta abertura de Ducrot, o seu trabalho acaba por se ancorar muito na abordagem estruturalista, como veremos mais à frente.

complexidade das interações verbais, como acontecia, por exemplo, quando se perspectivava o papel do receptor como elemento passivo no acto comunicativo. Bakhtine aponta o enunciado como a unidade real das trocas verbais, deslocando a centralidade da reflexão linguística da frase (proposição) para o enunciado, na sua dimensão eminentemente empírica e circunstancial:

La parole n'existe, dans la réalité, que sous la forme concrète des énoncés d'un individu – du sujet d'un discours-parole. Le discours se moule toujours dans la forme de l'énoncé qui appartient à un sujet parlant et ne peut exister hors de cette forme. (1984:277)

É neste mesmo sentido que apontam, alguns anos mais tarde, as palavras de Jacques Brès: “la seule réalité de la langue est le discours” (2001: 249). Também Joaquim Fonseca se ocupa desta questão, reafirmando a impossibilidade de uma abordagem da língua que não a relacione com o discurso, isto é, com o utilizador e com as circunstâncias de utilização:

(...) a organização interna da língua não pode ser alheia às condições básicas do seu uso. Ou então: as condições do uso da língua são determinadas na sua organização interna. Talvez ainda melhor: a língua *incorpora* as suas condições básicas de uso.

Pois bem – e faço aqui uma transição decisiva -, as condições básicas do uso da língua estão compendiadas na enunciação.

Podemos, então, muito linearmente, aceitar o seguinte: a língua incorpora a enunciação. (Fonseca, 1994: 53)

Para Fonseca “a enunciação é a trave mestra da organização linguística” (1944: 54), no sentido em que a língua incorpora os mecanismos de enunciação ou, como diria Benveniste, o aparelho formal da enunciação. Do mesmo modo Ducrot, no livro supracitado, entende a enunciação como o acontecimento do qual o enunciado é a imagem. Nessa obra, como mais tarde em *Le Dire et le Dit* (1984), Ducrot começa por distinguir enunciado de frase, atribuindo ao linguista (no sentido estrito e, de certo modo, saussuriano) o estudo da palavra, da frase e da sua significação, deixando bem claro o carácter abstracto da frase, definida como entidade teórica, que consiste num conjunto de palavras combinadas de acordo com as regras de sintaxe e que é considerada fora da situação de discurso. Por outro lado, destina ao investigador da análise do discurso o estudo do enunciado (realizações empíricas de frases) e do sentido. Nesta divisão, no entanto, pressentimos ainda uma visão dicotómica de raiz estruturalista que o próprio Ducrot vai, em parte, reequacionar com aquilo a que chamará a “solução instrucional”, de

que falaremos à frente. O próprio autor reconhece que, no seu trabalho, recorre por vezes a enunciados-tipo, que se aproximam da natureza da frase. Esta consciência da fragilidade prática da distinção é expressa por Ducrot, que lhe confere alguma inevitabilidade : “rude est la condition de linguiste!” (1980:13). Em última análise poderíamos concluir, em sua defesa, que a teorização obriga sempre a uma abstração, que distancia o investigador da contingência histórica do enunciado.⁴

Mas o que se torna mais interessante neste trabalho de Ducrot – e que podemos relacionar com a perspectiva de Fonseca aqui apresentada de que a língua incorpora a enunciação– é o modo como o autor analisa a interacção entre a significação da frase e o sentido do enunciado. Apresenta, assim, a “solution instructionnelle”(1980:13), em que recusa identificar significação com sentido literal. Propõe antes que a frase nos fornece instruções sobre como construir o sentido (que aqui é entendido como imagem da enunciação, trazida pelo enunciado). O trabalho do linguista seria assim analisar as hipóteses de sentido que a frase potencia: “La phrase dit seulement se qu’il faut faire pour découvrir le sens.” (p.17) Neste sentido, a significação seria uma “entidade não saturada” (Ducrot, 1984:98), o que aponta para a ideia atrás referida de que a língua prevê o seu uso e não pode ser abordada de forma imanentista como os estruturalistas inicialmente propunham.

A fundamentação desta teoria é feita em dois tipos de ocorrências: enunciados marcadamente argumentativos e enunciados marcados pela presença de conectores. Para ilustrar a primeira situação, Ducrot considera o seguinte enunciado

1. *Même Pierre est venu.*

Podemos transpor a frase/enunciado para português, sem que haja alteração dos argumentos (*Até o Pedro veio*). Assim, o advérbio *até* confere um carácter argumentativo à frase, isto é, abre um vazio que aquele que (re)constrói o sentido é convidado a preencher. Procurará então soluções para a sequência argumentativa instalada pelo advérbio: o facto de Pierre ter vindo sustenta uma tese, que é necessário descobrir, de acordo com a situação de enunciação (pode, por hipótese, ser um

⁴ De certo modo, Ducrot antecipa críticas que lhe serão feitas. Leiam-se, a este propósito, as palavras de Charaudeau e Maingueneau acerca da teoria polifónica de Ducrot, em *Dictionnaire d'analyse du Discours*(2002): «On saisi ici un trait essentiel de la théorie polyphonique: elle traite des phénomènes qui sont engendrés dans la langue, en principe indépendamment de son emploi.(...) La structure polyphonique se situe en effet au niveau de la langue (ou de la phrase), et c'est la raison pour laquelle elle ne se découvre pas par une étude de interprétations ou des emplois possibles des énoncés, mais seulement par un examen des (co)textes auxquels ceux-ci sont susceptibles de s'intégrer.»(p.446).

argumento para enfatizar a ideia de que houve muita adesão a um encontro ou, pelo contrário, pode servir como argumento depreciativo).

Relativamente ao uso de conectores, os exemplos prendem-se com a semântica da conjunção adversativa *mais* em Francês (*mas*, em Português; mais uma vez o exemplo funciona nas duas línguas):

1. *Pierre est là, mais Jean ne le verra pas.*
2. *Pierre est là, mais ça ne regard pas Jean.*

Ducrot demonstra, através da análise destes exemplo, que só no âmbito da enunciação podemos descobrir quais os elementos que a adversativa opõe (Ducrot, 1980:15-16). No entanto, acentua a ideia de que o significado da palavra *mas* dá instruções no sentido de procurarmos elementos opostos e lógicas de oposição.

Esta solução “instrucional” de Ducrot tem uma consequência importante: a relação circular entre significação e sentido, o que corresponde a dizer, entre língua e discurso. Se, por um lado, o sentido (domínio empírico da enunciação) é construído com base em hipóteses abertas pelo significado (domínio abstracto da língua), também é igualmente verdade que o significado se constrói a partir do discurso. Daqui decorre uma orientação científica e metodológica que o próprio Ducrot equaciona de forma clara:

(...) la scientificité linguistique consistant uniquement à rendre explicite la *relation* entre modèles de phrases et lectures d'énoncés. C'est pourquoi nous espérons que les études contenues dans ce livre apparaîtront, de façon indissociable, comme des descriptions de mots à partir d'exemples et comme des propositions pour l'interprétation de ces exemples. (1980: 32)

Esta indissociabilidade expressa por Ducrot parece-nos pacífica, embora continue a cingir-se ao nível da frase, considerando enunciados isolados, desvalorizando outros aspectos da enunciação discursiva. A intenção de analisarmos *Um Certo Olhar* numa perspectiva pragmática, que considera o discurso empírico, tendo em conta a situação de comunicação, não pode excluir um olhar sobre as palavras e as frases da língua, tomadas na sua dimensão mais abstracta. Por outro lado, com a nossa análise do particular, pretendemos contribuir para a compreensão dos mecanismos da língua, que prevê, como já afirmámos, o discurso. De qualquer modo, tentaremos não seguir a

tendência de Ducrot, já criticada por alguns estudiosos⁵, de trabalhar exclusivamente com enunciados breves ou segmentos isolados. Tentaremos, pelo contrário, não perder a dimensão do discurso, correspondente a texto, enquanto unidade superior à frase, e considerado na sua dimensão enunciativa.

1.2 Objectivos e hipóteses de trabalho

Tendo por referência teórica e metodológica a abordagem comunicacional e a análise do discurso, no âmbito dos estudos linguísticos, pretendemos desenvolver um trabalho de investigação centrado nos processos linguísticos e efeitos pragmáticos da modalização e da polifonia, a partir de um *corpus* constituído por um discurso radiofónico, no seu género particular de tertúlia radiofónica, em que o discurso de opinião tem um lugar de predominância.

De acordo com os princípios teóricos e metodológicos que já expusemos, o discurso empírico é o nosso objecto de estudo. Propomo-nos, assim, analisar os dispositivos linguísticos criadores de polifonia e modalização observáveis no nosso *corpus*. Mais do que problematizar os conceitos de polifonia e modalização, que se revelam conceitos muito complexos e instáveis, interessa-nos estudar sobretudo os efeitos pragmáticos destes processos discursivos tendo em conta, não tanto a dimensão informativa, mas a dimensão interaccional, particularmente no que se refere à sua força argumentativa, passando pela sua função na configuração da imagem do locutor, dos alocutários e dos ouvintes de rádio.

Começaremos por apresentar as coordenadas teóricas que orientarão a análise do *corpus*. Destacaremos os conceitos de dialogismo de Bakhtine e a teoria polifónica de Ducrot, bem como o trabalho de outros autores que reflectiram sobre modalização e polifonia e que nos podem abrir caminhos para uma análise mais sustentada: Catherine Kerbrat-Orecchioni, Jaqueline Authier-Revuz, Alain Rabatel, Jacques Brès e Robert Vion.

Actualizando a afirmação anterior de que a investigação no âmbito da análise do discurso interage com outras áreas científicas, faremos uma breve incursão no domínio das comunicação social, com o objectivo de caracterizar o género em que se insere o discurso radiofónico que constitui o nosso *corpus* de análise. Esta abordagem linguística

⁵ Ver nota anterior

do discurso mediático oral não é de modo algum inédita. Encontram-se publicados vários estudos linguísticos que abordam o discurso televisivo e radiofónico. Podemos referir, a título ilustrativo, no âmbito da investigação em Portugal, o trabalho de Daniela Braga (Braga:2007) que analisa estratégias argumentativas no debate televisivo. Também em França, o tema é seleccionado num ensaio de Marianne Doury (Dory:1995), que analisa o quadro comunicativo do debate *Duel Sur La Cinq* e o papel dos seus intervenientes, com particular incidência para o papel dos espectadores, que a autora considera como destinatários principais do debate mediático. Do mesmo modo, encontramos trabalhos de investigação linguística que seleccionam como objecto o discurso radiofónico. Um dos géneros abordado é o programa de interacção geralmente designado por *phone-in*, em que a voz dos ouvintes chega ao estúdio por via telefónica e é transmitida pela rádio. Frank Müller (Müller:1995) apresenta um estudo sobre gestão da interacção verbal neste género radiofónico, centrado nos movimentos de abertura, convocação e fechamento, e que aborda os efeitos da interacção entre o discurso familiar e institucional, entre o diálogo (entre o moderador e o ouvinte que intervém telefonicamente) e o trílogo que considera já um vasto público ouvinte. O mesmo género (*phone-in*) foi igualmente tratado em Portugal, por Carla Almeida num trabalho de dissertação de doutoramento apresentado à Universidade Aberta em 2005: *Discurso Radiofónico Português – padrões de organização sequencial e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas*. A autora analisa sobretudo sequências de abertura e fechamento, e sistematiza algumas regularidades que caracterizam estas estruturas discursivas, que são analisadas numa perspectiva pragmática de relacionamento institucional, em que o moderador tem um papel dominante e procura preservar a sua face e a face do ouvinte, recorrendo a estratégias de cortesia.

Procuraremos ainda desenhar o quadro comunicativo da interacção em estudo, pois só assim poderemos desenvolver um trabalho no âmbito da linguística da enunciação, como nos propusemos fazer. Haverá também uma reflexão que sustente as opções relativas às normas de transcrição do oral, de modo a que esse processo, necessário quando trabalhamos em suporte escrito um discurso oral, sirva de forma o mais rigorosa possível a nossa tarefa de análise.

Num capítulo final, propomo-nos analisar o funcionamento da modalização e da polifonia em *Um Certo Olhar*, a partir da análise de um *corpus* de cerca de oito horas de emissão, correspondente a oito edições do programa. Veremos, sobretudo, o modo como estes processos discursivos são accionados pelo moderador na definição da sua

imagem e na própria configuração do programa e do papel dos interlocutores. Analisaremos ainda as virtualidades da modalização, da polifonia e em particular da diafonia, na construção da imagem dos participantes e na configuração das relações interpessoais. Finalmente, vamos concentrar-nos sobre o discurso relatado como estratégia argumentativa, quer em processos de co-construção de opinião, quer em movimentos de contestação.

II – POLIFONIA, MODALIZAÇÃO E MODALIDADE

O conceito de polifonia está estritamente ligado ao conceito de modalização e este, por sua vez, a modalidade. Há, no entanto, uma assinalável indefinição terminológica em torno destes conceitos, sendo eles entendidos de modo diferente por autores diversos, o que obriga a uma clarificação da acepção ou acepções em que os utilizamos no contexto de uma investigação particular. Neste sentido, Maria Aldina Marques refere, a propósito da flutuação terminológica em torno dos conceitos de modalidade e modalização:

Em todos os trabalhos científicos que abordam a modalização/modalidade, está subjacente ou explícito o objectivo de identificar, classificar, definir o tema em análise. Até onde vai a «atitude modal do locutor»? A indefinição decorre do (s) conceito (s). (Marques, 2006: 160)

2.1 Visão panorâmica: *Dictionnaire d'Analyse du Discours* de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau

Começaremos a nossa investigação teórica pela consulta do *Dictionnaire d'Analyse Du Discours* (2002), que nos apresenta uma síntese de diferentes abordagens das questões da modalização e da polifonia. Em seguida procuraremos uma aproximação mais analítica dessas abordagens, a partir dos textos originais dos autores referidos na síntese de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, ou ainda de outros que consideremos importantes no contexto da nossa investigação.

Assim, de acordo com o dicionário referido, a modalização inscreve-se na enunciação e, tal como a modalidade, prende-se com a manifestação da subjectividade no discurso. Traduz a atitude do sujeito de enunciação face ao seu interlocutor, a si mesmo e ao seu próprio enunciado. Este olhar sobre o enunciado aponta em particular para o conceito de modalização autonímica, também tratada no dicionário, em outra entrada. Ainda de acordo com os autores, este processo auto-referencial é reequacionando na perspectiva da análise do discurso por J. Authier-Revuz, que fala em modalização autonímica precisamente nas situações em que o enunciador reflecte sobre o seu enunciado e que “se manifeste donc dans toute situation où l’énonciateur

commente son propre dire au train de se faire” (Charaudeau & Maingueneau 2002:84). A modalização autonímica implica, portanto, um processo de desdobramento do locutor (o que diz e o que comenta o que é dito) e uma distanciação em relação ao discurso, que se torna objecto de reflexão e comentário.

A modalidade estabelece relações estreitas com a modalização, o que por vezes leva a alguma confusão terminológica. Charaudeau e Maingueneau explicitam essa relação da seguinte forma:

Les modalités sont des facettes d’un processus plus général de modalisation, d’affectation de modalités à l’énoncé, par lequel l’énonciateur, dans sa parole même, exprime une attitude à l’égard du destinataire et du contenu de son énoncé. (2008:384)

De acordo com os autores, as modalidades são dimensões de algo mais global: os processos de modalização.

É ainda importante acentuar que a definição de modalidade proposta pelos autores não comporta as atitudes do sujeito de enunciação em relação à sua imagem de locutor e em relação ao enunciado (que não deve confundir-se com o conteúdo do enunciado). Devemos então concluir que, na perspectiva destes autores, esses dois processos de modalização estão fora do âmbito das modalidades.

Em suma, e de acordo com Charaudeau e Maingueneau, modalização e modalidade correspondem a manifestações do sujeito no discurso: a modalização situa-se ao nível da enunciação, tem um carácter mais empírico, pelo que mais resistente a taxinomias; a modalidade aceita o plural (modalidades) e situa-se a nível do enunciado. As modalidades existem ao nível da enunciação pela modalização, ainda que esta última seja mais abrangente que as modalidades, que se definem a partir da relação do sujeito com o conteúdo do seu enunciado e com o interlocutor. Distinguem-se geralmente as modalidades epistémicas, apreciativa e deôntica.

A polifonia relaciona-se também com modalidade e modalização. Mais uma vez, confrontamo-nos com o problema da instabilidade terminológica em relação ao conceito de polifonia, não obstante o consenso relativamente à pluralidade de vozes e consequente negação da unicidade do sujeito. Charaudeau e Maingueneau, no dicionário de análise linguística já referido (2002), apresentam uma perspectiva diacrónica, começando por assinalar o tratamento da polifonia por Bakhtine no plano dos estudos

literários para, depois, se situarem no trabalho de Oswald Ducrot, já no âmbito da análise linguística do discurso. A teoria polifónica de Ducrot, que foi uma das pioneiras na reflexão linguística sobre este fenómeno linguístico e discursivo, assenta na distinção entre locutor e enunciador(es). Nas palavras de Charaudeau e Maingueneau, que sintetizam Ducrot (1984):

Le *locuteur* est celui que, selon l'énoncé, est responsable de l'énonciation. Il laisse des traces dans son énoncé comme par exemple les pronoms de la première personne. Le locuteur est à même de mettre en scène des *énonciateurs* qui présentent différents points de vue. Il peut s'associer à certains énonciateurs tout en se dissociant d'autres. Il est important de souligner que tous ces «êtres discursifs» sont des êtres abstraits. (p. 445)

O locutor é o responsável pela enunciação e os enunciadores são entidades discursivas que o locutor encena. A negação é um dos exemplos que poderíamos dizer já clássicos para a ilustração deste processo de desdobramento de locutor em enunciadores. Consideremos, por hipótese, o enunciado “Ele não gosta de cinema”. O locutor está a considerar dois enunciadores: um primeiro que está na origem do enunciado “Ele gosta de cinema” e um, segundo, que nega esta afirmação inicial, a quem o locutor se associa. Neste sentido, a negação é entendida como reacção a um enunciado afirmativo anterior.

Conforme nos mostram Charaudeau e Maingueneau, o conceito de polifonia foi retomado e reelaborado por outros investigadores na área da linguística. Os autores evidenciaram a perspectiva da escola de Genebra que, segundo eles, circunscreve a polifonia ao discurso relatado (“il y a poliphonie seulement s'il y a plusieurs locuteurs – réel ou représentés” (p.448)), mas tenta perspectivar o fenómeno de um modo mais abrangente, criticando a análise de Ducrot pelo facto de esta se confinar à análise de enunciados ou de breves segmentos isolados.

A abordagem que acabámos de apresentar, em termos ainda muito gerais, permite-nos relacionar a teoria polifónica de Ducrot com as modalidades, em particular com aquelas em que o sujeito reflecte sobre o conteúdo do seu enunciado. Facilmente conseguimos encontrar dois enunciadores num enunciado marcado pela modalidade epistémica de possibilidade, marcada pelo recurso ao advérbio *talvez*:

1. Ele talvez chegue às cinco.

E₁: Ele chega às cinco

E₂: talvez (E₂ duvida da asserção anterior, retira-lhe o valor de certeza)

No dicionário de Charaudeau e Maingueneau a distinção entre modalidade e modalização resulta pouco clara e parece radicar mais numa tradição que distingue três modalidades (epistémica, avaliativa e deôntica), à qual se acrescentam outras situações de distanciamento do locutor, particularmente a modalização autonímica.

2.2 Bally: *Dictum e Modus*

Na reflexão sobre a modalidade e a sua operacionalização no discurso são incontornáveis os estudos de Bally (1932). Apesar dos problemas que possa levantar a sua abordagem lógica e a percepção da linguagem como uma realização posterior ao pensamento, que não serão considerados porque não implicam directamente a análise que estamos a fazer, Bally abre novas perspectivas de reflexão na medida em que centra a discussão na enunciação, conferindo um estatuto decisivo ao sujeito falante; não o sujeito falante virtual do sistema, mas o sujeito que, de facto, produz um enunciado, situando-se assim no domínio do empírico. Neste sentido, distingue uma função representativa da linguagem de uma outra dimensão em que o sujeito falante (modal) se manifesta em relação ao que é representado: o sujeito (poderíamos dizer locutor) não fala apenas para representar o mundo, mas para se situar face a esse mundo que representa pela linguagem. Podemos encontrar aqui uma ruptura em relação à tradição estruturalista, sobretudo pelo espaço aberto à subjectividade, ou, como dirá Benveniste, pelo regresso do Homem à linguagem (Benveniste, 1966). Relativamente ao domínio específico da nossa reflexão é importante notar que Bally coloca já a hipótese do desdobramento do locutor, apontando para uma das suas ocorrências mais evidentes, que é a ironia:

En effet, le sujet peut énoncer une pensée qu'il donne pour sienne bien qu'elle lui soit étrangère. Il s'agit alors d'un véritable dédoublement de la personnalité. (...) L'antiphrase est une manifestation de ce dédoublement: une bonne d'enfants dira à son petit protégé: «Patauge dans la boue! Ta maman va être bien contente!» (Bally, 1932:37)

Também Ducrot analisou a ironia à luz da sua teoria polifónica, apontando-a como exemplo ilustrativo da “pertinência linguística da noção de enunciador” (Ducrot, 1984:210). De facto, esta estratégia discursiva, como o autor refere, caracteriza-se pela convocação de apenas um enunciador (ao contrário da negação que prevê uma afirmação anterior), a quem, no caso da ironia, o locutor não se assimila. Assim, só a distinção entre locutor e enunciador permite a interpretação da ironia, reconhecível através de evidências situacionais, de entoações particulares ou ainda de certas construções específicas da ironia:

Pour distinguer l'ironie de la négation – don't je parlerait ensuite –, j'ajouterai qu'il est essentiel à l'ironie que L ne mette pas en scène un autre énonciateur, E', qui soutiendrait, lui, le point de vue raisonnable. Si L doit marquer qu'il est distinct de E, c'est d'une façon toute différente, en recourant par exemple à une évidence situationnelle, à des intonations particulières, et aussi à certaines tournures spécialisées dans l'ironie comme « C'est du joli », « Excusez du peu », etc. (Ducrot, 1984:211)

Transpondo a sua concepção da relação do homem com o mundo para a linguagem, Bally propõe os conceitos de *dictum* e de *modus*, importados da lógica, como ele próprio esclarece. O primeiro corresponde à representação do real, o segundo traduz a atitude do locutor (juízo sobre o real, sentimento ou vontade), que Bally faz coincidir com a expressão de modalidade, tipicamente operada por um verbo modal (ainda que apresente outros processos gramaticais e lexicais que conferem modalidade à frase⁶).

Apesar de alguma rigidez formal na análise destas duas dimensões do discurso, o autor não deixa de acentuar o facto de que sujeito modal, verbo modal e *dictum* se condicionam mutuamente.

Em suma, para Bally, modalidade corresponde a subjectividade, isto é, à presença do eu, sujeito de enunciação, no discurso. Comprova-o o facto de as frases com expressão de modalidade com que o investigador argumenta serem tipicamente introduzidas pelo pronome pessoal na primeira pessoa, forma de sujeito (*je*): um deíctico que nos situa no domínio da enunciação. Modalidade significa ainda duplicação do sujeito: o que representa e o que reage às representações (que são actualizadas pela reacção do eu: “Nous dirons que par l'act psychique la représentation est actualisée.” (Bally, 1932: 38).

⁶ Bally, na sua reflexão, não transpõe a unidade frase.

Bally aponta também para alguns dispositivos linguísticos de modalidade. Reflete sobre o valor modal do condicional, concluindo, através da análise semântica de algumas frases em francês, que “o condicional é o modo da potencialidade” (Bally, 1932:49). Segundo o autor, esta dimensão semântica do modo condicional resulta do facto de haver na língua francesa outras formas de enunciar a condição, que pode ser formulada com recurso ao modo indicativo (conjunção *se*+indicativo). O autor defende que esta “inutilidade” do condicional enquanto operador de condição abriu a possibilidade desta conjugação assumir outros valores, neste caso modais. Podemos encontrar um processo análogo em português em algumas utilizações modais do condicional (exemplo: *O ministro teria consultado o seu assessor.*) e do futuro do indicativo (exemplo: *quantas pessoas estarão aqui?*). A conjugação de futuro mais usual constrói-se com o auxiliar *ir*, com valor temporal (exemplo: *amanhã vamos ver um filme*) ou mesmo com o verbo principal conjugado no presente do indicativo (exemplo: *amanhã almoçamos em casa*).

Bally aponta ainda para o funcionamento dos verbos declarativos, dos verbos modais e dos que acumulam funções modais e declarativas, como acontece tipicamente com os verbos *sentiendi* e *dicendi*.

Abre também perspectivas de análise para a interrogação e a ordem, que são abordadas de um ponto de vista tendencialmente pragmático, marcando um desvio em relação à abordagem formal que predomina no trabalho deste autor:

Deux cas sont particulièrement importants: l'interrogation et l'ordre. En effect, soit qu'on ordonne (ou prie, supplie, etc.), soit qu'on interroge, on prend l'entendeur directement à partie, et dans la plupart des cas la forme linguistique marque qu'on s'adresse à lui. C'est pourquoi le cumul des deux fonctions se reflète ici dans la forme, quelle qu'elle soit: «Est-ce qu' il pleut?» signifie «Je vous *demande* s'il pleut.»; la syntaxe de la phrase interrogative aussi bien que le verbe *demande* comportent ces deux idées: désir de savoir quelque chose par quelqu'un et communication de ce désir.(Bally, 1932:51)

2.3 Dialogismo, polifonia e modalização: o universo das vozes do discurso

A designação de polifonia decorre de um processo metafórico, que tem por universo de referência a realização musical que resulta de um diálogo entre sons

instrumentais diferentes, que se repetem, retomam, continuam ou confrontam. Bakhtine, nos anos 70, perspectiva do mesmo modo a voz humana, enquanto cadeia de enunciados, que nunca estão isolados de um universo discursivo mais vasto em que o falante se insere. O autor, porém, não perspectiva esta partilha de vozes apenas no presente da enunciação, como também na sua própria história. Bakhtine (1984), já claramente numa abordagem pós-estruturalista, defende que, quando um sujeito produz um enunciado, fá-lo sobre outros enunciados; não usa de modo formal um código abstracto (a língua), qual primeiro Adão bíblico que rompe a mudez dos homens (a metáfora é do autor). Neste sentido, cada enunciado é perspectivado como uma peça de uma grande cadeia discursiva que se prolonga na história, em que cada sujeito que fala está sempre a responder a enunciados anteriores e, por sua vez, a desencadear respostas, já que o destinatário é descrito como um elemento dinâmico, na medida em que “toute compréhension est prégnante de réponse et, sous une forme ou sous une autre, la produit obligatoirement: l’auditeur devient le locuteur” (Bakhtine, 1984:274). Esta noção de “compreensão responsiva activa”, segundo Bakhtine, abrange quer as trocas verbais do quotidiano, quer produções literárias e científicas que se apresentem em livro: também estes longos enunciados têm um destinatário activo e, por outro lado, constituem respostas a enunciados anteriores.

Esta concepção dialógica do discurso perspectiva o enunciado como “un maillon dans la chaîne de l’échange verbal” (Bakhtine, 1984:291), isto é, um elo de um texto em grande escala em que o autor diferencia grupos desenhados em função de marcas temáticas e de sentido.

Bakhtine aponta ainda para o modo como funcionam os géneros de discurso e a sua aprendizagem pelos falantes, que vem reiterar a ideia de que os enunciados são construídos sobre outros enunciados reais (passe a redundância do adjectivo) e de que a aprendizagem da língua não é formal, mas experiencial, isto é, processa-se pelo reconhecimento, memorização e reformulação de enunciados, não estando, porém, o sujeito falante obrigado a respeitar direitos de autor, pois a produção discursiva passa a ter um estatuto de património colectivo, não autorial. Neste sentido, qualquer enunciado é sempre habitado pelas palavras dos outros: o dialogismo é incontornável, do mesmo modo que o é a polifonia, enquanto fenómeno de convocação de diferentes vozes no discurso.

Jacques Brès, na sua comunicação *Analyse du discours et dialogisme* (2001), reflecte sobre os mecanismos de desdobramento enunciativo, seleccionando como uma

das tarefas da análise de discurso precisamente o estudo desses mecanismos que fazem do texto um palimpsesto⁷, orientado no sentido de os explicitar e de os descrever. Brès fala assim de heterogeneidade e de profundidade enunciativas e desenvolve a sua comunicação a partir da distinção entre enunciado monológico e enunciado dialógico, sendo este último afectado por processos de desdobramento enunciativo, que Ducrot analisa na sua teoria polifónica. Neste ensaio Brès propõe-se recuperar o conceito de dialogismo de Bakhtine no contexto da análise linguística do discurso, aproximando-o, assim, do conceito de polifonia de Ducrot. O trabalho de Brès nesta comunicação reveste-se de um teor analítico, já que o autor procura precisamente explicitar e descrever alguns dispositivos linguísticos marcadores de enunciados dialógicos e, ainda, reflectir sobre o seu efeito pragmático. Analisa, por exemplo, a interrogação total em que se fazem ouvir duas vozes, quando El apresenta como interrogação aquilo que fora uma asserção anterior, atribuída a um enunciador (e1), seja este processo de convocação explícito (como acontece no discurso directo assinalado por aspas) ou pressuposto. É uma técnica comum nos debates e entrevistas, que, de acordo com Brès, interfere na construção da imagem de um locutor aberto ao debate, tolerante, ainda que por vezes, como o autor reconhece, esta interrogação tenha um efeito de litote. Brès explora ainda a profundidade enunciativa instalada pelo uso, em francês, de construções do tipo “não só x, mas também y”, de algumas estruturas de subordinação como as orações concessivas, condicionais e algumas completivas e, ainda, do condicional “jornalístico” (cujo funcionamento, tal como é descrito, é semelhante ao do futuro perfeito do indicativo e ao condicional com valor modal em português, já referidos no nosso trabalho).

Joaquim Fonseca retoma também a perspectiva dialógica de Bakhtine, quando lembra que não se repetem apenas palavras ou segmentos discursivos, mas os contextos discursivos em que estes se manifestaram, isto é, as suas memórias (reconhecidas por aqueles que partilham de um dado “conhecimento do mundo”):

Sobre este tópico, apenas recordarei que a língua é uma complexa realidade histórico-cultural – basicamente porque se constitui como a memória dos usos que aos signos foram e são dados na diversidade dos discursos. Nessa memória que a língua efectivamente é projectam-se as vozes que nos discursos se fizeram ouvir, e até, pelo menos em tese, as circunstâncias da proliferação dessas vozes. Essas vozes e o que elas testemunham da sua proliferação – acontecimentos e seus protagonistas, tempos, espaços, ambientes, tensões, acordos e desacordos... – habitam os signos em cada sincronia e constituem virtualidades disponíveis para de novo se darem a ouvir

⁷ A expressão é de Brès (2001: 261).

quer na interpretação dos discursos já produzidos quer na produção e na interpretação de novos discursos. (Fonseca, 1994: 63-64)

Esta dimensão polifónica da língua e do discurso verifica-se tanto nas sequências recorrentes das trocas verbais do quotidiano, como em discursos mais complexos e reflectidos, como é o caso do trabalho científico que, na medida em que pressupõe uma bibliografia (indispensável ao género), se assume como discurso polifónico.

Um dos paradigmas que pode ilustrar este fenómeno de polifonia é a introdução “Era uma vez...” no texto narrativo ficcional, que se repete em inúmeros discursos. Quem assim começa, anuncia um subgénero discursivo – o conto infantil – que os interlocutores facilmente reconhecem, pelo que accionam mecanismos de interpretação próprios desse arquétipo, que lhes é familiar, pois já ouvido. A propósito desta sequência de abertura do conto infantil, é interessante a sua utilização no resumo que apresenta a contracapa de quase todas as edições de *Memorial do Convento*:

Era uma vez um rei que fez a promessa de levantar um convento em Mafra. Era uma vez a gente que construiu esse convento. Era uma vez um soldado maneta e uma mulher que tinha poderes. Era uma vez um padre que queria voar e morreu doido. Era uma vez. (Saramago, 1982)

Porque se convoca aqui esta voz que é já património colectivo? Certamente porque se quer condicionar a leitura do romance, dizendo-nos que ele é, afinal, um simples e ingénuo conto infantil. Ou então, pretende-se criar um espaço de tensão entre o subgénero que se anuncia e o discurso narrativo que se instala, que em muito se distanciam.

É importante colocar o problema: qual o valor pragmático da polifonia? Esta é uma das questões a que tentaremos responder na análise do discurso de *Um Certo Olhar*, não com respostas definitivas e generalizantes, mas no sentido de levantar pistas para entendermos a funcionalidade comunicativa da polifonia, que poderá passar, como sugere Aldina Marques (Marques, 2006b) pela credibilização da imagem do locutor.

A nossa voz é assim habitada por outras vozes, inserindo-se, portanto, num discurso contínuo e partilhado por uma comunidade de falantes. Desta concepção resulta a ideia de que o sujeito falante não é um ser único e fechado, antes uma parte de um universo discursivo. Como explica Robert Vion, a propósito da noção de dialogismo em Bakhtine:

La notion de dialogisme, issue de Bakhtine (1977), repose sur l'idée que la conscience ne serait qu'une intériorisation de discours. Il en résulte que toute parole d'un locuteur serait habitée d'une multiplicité de locuteurs fantômes, exprimant ce courant de communication ininterrompu, dont elle ne constituerait qu'un simple épisode. Ce dialogue à grande échelle n'est pas nécessairement visible dans la parole d'un locuteur qui, dans la plupart des cas, ne connaît pas la source des opinions qu'il remet en circulation. (Vion, 2006: 26)

Vion recupera também o conceito de polifonia de Ducrot que, de certo modo, se ancora nesta noção de dialogismo de Bakhtine:

La polyphonie commence dès la coexistence de deux voix, même lorsque ces deux voix correspondent au même locuteur. Ainsi en est-il de la notion de dédoublement énonciatif permettant au même locuteur de se construire deux positions énonciatives distinctes. (Vion, 2005: 3)

Como o próprio autor afirma, esta concepção de polifonia, dada a sua abrangência, é equiparável à noção de dialogismo (Vion: 2005: 4). O discurso apresenta-se como um espaço de confluência de pontos de vista expressos por diferentes enunciadorees convocados pelo locutor. A polifonia não se reduz aos processos de relato de discurso: os enunciadorees convocados podem ser construídos pelo próprio locutor, podem representar pontos de vista assimilados a locutores não identificados ou não identificáveis, como acontece, por exemplo, quando se convoca uma voz doxal.

2.4 Modalização e o desdobramento enunciativo

A ideia de desdobramento do locutor vai ser reencontrada em algumas definições de modalização posteriores a Ducrot que perspectivam este fenómeno como um discurso sobre o discurso, uma enunciação comentada. Vejamos as definições propostas por Vion e por Haillet:

A l'exemple du traitement de la modalité autonymique, chez J. Authier-Revuz, nous proposons (Vion 2001b) de définir la modalisation comme une double énonciation provoquée par un dédoublement de la position énonciative du locuteur. Ainsi, dans *Pierre viendra certainement jeudi*, le locuteur se construit deux positions énonciatives distinctes avec un énonciateur E1 qui produit l'énoncé *Pierre viendra jeudi* et un énonciateur E2 qui, avec *certainement*, produit un commentaire réflexif portant sur cet énoncé. (Vion, 2006: 22)

La modalisation elle-même est définie en tant que relation qui s'établit entre deux représentations discursives, dont l'une constitue un point de vue donné et

l'autre combine la représentation de ce point de vue avec celle de l'attitude qu'adopte, à l'égard de ce dernier, le locuteur de l'énoncé. (Haillet, 2003: 95)

Ao considerar a modalização como um fenómeno de dupla enunciação, Vion inscreve-a no seu conceito de polifonia, tal como o interpretámos no ponto 2.3 deste capítulo. O que diferencia a modalização, enquanto processo polifónico, será a sua especificidade de comentário reflexivo. Vion distingue (2005:5) entre a modalização que incide sobre o dizer, a modalização autonímica tal como a entende Authier-Revuz,⁸.

Na sequência da sua reflexão sobre o conceito de modalização, Vion aponta para o conceito de modalizadores de conexão, que têm a função de articular diferentes pontos de vista, mesmo que não expressamente enunciados. O autor, no ensaio de 2005, apresenta exemplos ilustrativos desta função dos modalizadores. Tendo como referência esses exemplos, propomos um, em português, que poderá ilustrar o modo como uma locução adverbial, aparentemente marcadora da modalidade epistémica, funciona como um dispositivo de conexão dialógica:

1. De facto, os portugueses têm uma sedução pelo mar.

Se considerarmos este enunciado a introduzir um discurso, podemos interpretar a locução “de facto” como a confirmação de uma voz doxal que representa o povo português deste modo. Trata-se de um desdobramento enunciativo em que a voz doxal é inferida a partir do modalizador “de facto”.

Os modalizadores, segundo Vion (2005), podem ainda funcionar como dispositivos fáticos, que mantêm a relação interlocutiva, podem funcionar como “leures dialogiques”, que simulam processos dialógicos de modo a tornar o discurso convincente (os exemplos apresentados pelo autor configuram sequências argumentativas) ou, ainda, como dispositivos de retoma e reorientação discursivas, como acontece frequentemente quando ocorrem enunciados iniciados por “bom” ou “não” ou “não, mas” em contextos conversacionais.

Vion diferencia ainda modalização de modalidade, considerando que este último fenómeno discursivo diz respeito ao universo de crenças no qual o locutor

⁸ Retomaremos, mais à frente, o conceito de modalização autonímica.

inscreve o *dictum*⁹. A modalidade é, assim, constitutiva de qualquer frase/enunciado, corresponde ao conceito de *modus* em Bally. Pelo contrário, a modalização é ocasional, pois constitui-se através de intervenções reflexivas sobre o *dictum*. Vion considera que as modalidades estão geralmente inscritas na gramática das línguas:

Contrairement à la modalité qui accompagne obligatoirement le dictum, la modalisation est un phénomène occasionnel dont la participation au sémantisme est d'une toute autre nature. Ainsi lorsque l'on compare une expression modale, comme *il est certain que* au modalisateur de nature adverbial qui semble lui correspondre, comme *certainement*, on se rend compte que modalités et modalisations ne produisent pas les mêmes effets sur le discours:

(1) *Il est certain que Pierre viendra jeudi*

(2) *Pierre viendra certainement jeudi*

(Vion, 2006: 20)

Para Vion o enunciado (1) ilustra a modalidade de certeza porque há uma complementaridade entre o *modus* e o *dictum*.¹⁰ Já o enunciado (2), no entender deste autor, ilustra a modalização, uma vez que o *dictum* (*Pierre viendra jeudi*) é “acompanhado de um valor modal que, não estando explícito linguisticamente, se manifesta pelo cotexto ou o contexto”, funcionando o advérbio *certainement* como um comentário reflexivo explícito do locutor sobre o seu discurso, logo como um marcador de modalização, neste caso com valor epistémico. Esta concepção de modalização como comentário reflexivo incorpora a modalização autonímica (enquanto comentário reflexivo metadiscursivo) e, por outro lado, implica a activação de mecanismos polifónicos, na medida em que traz ao discurso vozes diversas.

Também Haillet, no artigo já referido, perspectiva a modalização na sua função conectora de vozes do discurso, admitindo os fenómenos semânticos e pragmáticos decorrentes de certas utilizações de modos e tempos verbais como fenómenos de modalização, em particular a atenuação discursiva como efeito de modalização

⁹ Vion fala aqui em *dictum*, não numa perspectiva dicotómica *dictum/modus*, correspondente à dualidade objectividade/subjectividade. Esta abordagem ingénua é rejeitada pelo autor, que perspectiva o *dictum*, como uma construção do sujeito falante, que usa a língua na configuração do real e não para a sua representação. Será, paradoxalmente, uma construção do locutor da qual ele se demarca em termos de responsabilidade. “Le dictum se présente donc comme une réalité paradoxale: construction subjective du locuteur, il est mis à distance et présenté comme une représentation qui lui sera étrangère.” (Vion, 2006, p. 18). O próprio Vion acaba por reconhecer a dificuldade em delimitar *dictum* e *modus*, o que irá, de certo modo, ter como consequência a dificuldade de estabelecer fronteiras, no contexto da sua argumentação, entre modalidade e modalização.

¹⁰ O autor reconhece haver alguma contradição nesta possibilidade de o *dictum* incorporar o *modus* (contradição que pode ser contornada por uma visão não dicotómica dos termos, já referida por nós): «Nous avons souligné (Vion 2005) le caractère paradoxal de ce dictum qui se présente, dans le même temps, comme une “représentation” subjective construite par le locuteur et comme un dit qui lui serait étranger du fait de la distanciation provoquée par sa réaction modale.» (Vion, 2005:5)

operada pelas flexões verbais no condicional, no pretérito imperfeito e no futuro simples em francês¹¹.

Na reflexão sobre desdobramento enunciativo é importante considerar o desdobramento meta-enunciativo para que aponta Authier-Revuz (1995), que se distingue como processo particular de modalização – a modalização autonímica. A autora fala-nos de um comportamento meta-enunciativo (evitando as dificuldades inerentes à possibilidade de uma metalinguagem), decorrente da auto-representação espontânea do enunciado, que permite ao enunciador desdobrar-se em comentador do seu dizer. Situamo-nos aqui ao nível de um metadiscorso corrente, comum e necessário nas interacções do quotidiano (esta necessidade é em parte confirmada pela existência de dispositivos linguísticos para o efeito, apresentados pela autora ao longo da sua análise). Segundo Authier-Revuz, estas operações metalinguísticas correntes definem-se pela sua espontaneidade e por reenviarem o sujeito ao seu próprio dizer, no contexto da enunciação, não se tratando, portanto, de reflexões sobre a linguagem em geral, sobre a língua enquanto sistema abstracto ou sobre o discurso particular de outros. Trata-se de um processo de “l’auto-représentation du dire en train de se faire”. (1995:18).

A modalização autonímica passa pela configuração de “formas significantes”, na medida em que os significantes perdem a sua transparência. O discurso torna-se objecto, que o locutor perspectiva, a partir de um ponto de vista externo. Logo na introdução de *Ces Mots Qui Ne Vont Pas De Soi*, a partir da análise de enunciados do seu *corpus* de análise, Authier-Revuz aponta nesse sentido da objectivação do discurso:

Raffinés, triviaux, maîtrisés, bafouillants... ces énoncés présentent un trait commun: en un point de leur déroulement, le dire se représente comme n’allant plus «de soi», le signe, au lieu d’y remplir, transparent, dans l’effacement de soi, sa fonction médiatrice, s’interpose comme réel, présence, corps – objet rencontré dans le trajet du dire et qui s’y impose comme objet de celui-ci –; l’énonciation de ce signe, au lieu de s’accomplir «simplement», dans l’oubli qui accompagne les évidences inquestionnées, se redouble d’un commentaire d’elle-même. (1995: introdução)

O reenvio do locutor ao seu próprio discurso é apresentado pela autora como um processo de auto-dialogismo (intra-locução) no sentido em que o comentário sobre um enunciado é uma resposta a esse enunciado, e esta relação do locutor com o seu próprio enunciado desenvolve-se em movimentos permanentes de acção e reacção. Assim, o

¹¹ Haillet ilustra com exemplos este efeito de atenuação discursiva do uso do imperfeito (*J’avais une question à vous poser; vous avez deux minutes?*), do futuro simples (*-D’après vous, y a-t-il d’autres laboratoires qui conduisent ce type de recherche? /- J’avouerai que je n’en ai aucune idée*) e do condicional de hipótese (*Si j’avais à me prononcer personnellement, je qualifierais ce score de très honorable*) (Haillet, 2003: 103,104)

locutor é também destinatário: ouve ao seu próprio enunciado. Esta dimensão de “auto-recepção” (Auhier-Revuz.1995:148) vem contrariar a ideia de que o emissor e o receptor se encontram em lugares diferentes: o discurso é intra-subjectivo, antes de ser intersubjectivo.

O dialogismo interno, inerente à modalização autonímica, constrói-se com base na duplicação de sujeitos e de planos: o do dizer e o da resposta ao dizer. Assim, este processo vem resistir ao desenvolvimento temporal linear do discurso, com interrupções e suspensões criadas pelas intervenções autonímicas, que quebram o tempo do dizer (já que não podemos enunciar a dois tempos), numa tensão a que Authier-Revuz chama o “jeu avec le temps” (1995:146).

2.5 Discurso relatado e desinscrição enunciativa

Temos vindo a reflectir sobre de formas de trazer outras vozes para o discurso. O discurso relatado evidencia-se como um dos dispositivos linguísticos iminente polifónicos, que, como acontece relativamente a outros mecanismos já referidos, traz implicações pragmáticas. Os processos discursivos de relato de discurso – discurso directo, discurso directo livre, discurso indirecto e discurso indirecto livre – pressupõem pelo menos duas instâncias de enunciação: uma respeitante ao discurso citado, que convoca um locutor e um enunciador (Il,) e uma outra instância, ao nível do locutor que cita (L1) e do enunciador que convoca. Alain Rabatel (2003) reflecte sobre as complexas relações que se estabelecem entre estas duas instâncias de enunciação, centrando a sua investigação sobre os efeitos pragmáticos dos processos de apagamento e de desinscrição enunciativos¹². Estas relações encerram em si um paradoxo que permite diferentes modos de gerir o relato do discurso, para o qual o autor chama a atenção citando Nølke:

Dejá par le simple fait d’être représenté, l’énoncé a perdu une des caractéristiques fondamentales des “vrais” énoncés: celle d’être associée à des coordonnées situationnelles précises. (Nølke cit. in Rabatel, 2003: 74)

¹² Utilizaremos as designações apagamento enunciativo e desinscrição enunciativa em português, para as designações em francês de “effacement énonciatif” e “désinscription énonciatif”, respectivamente. Estes conceitos são entendidos no sentido que lhes atribui Rabatel (Rabatel 2003): apagamento enunciativo consiste, assim, na ocultação dos parâmetros da origem enunciativa do discurso relatado. Desinscrição enunciativa corresponde a um processo idêntico, mas apenas parcial, como, por exemplo, a anulação de *el* na construção de um discurso impessoal (exemplos: 1. *Diz que amanhã vai chover* 2. *Parece que amanhã vai chover*).

De facto, a possibilidade de subtrair o enunciado ao seu *Aqui e Agora* retira-lhe a sua dimensão enunciativa inicial e reinscreve o dito em outro dizer. Neste apagamento das circunstâncias do dizer, de acordo com Rabatel, podemos encontrar um contínuo gradativo, que se estende desde o total apagamento enunciativo até à ocultação de apenas um aspecto da origem enunciativa, como por exemplo o locutor (l1) ou outros elementos do contexto situacional (locutor, alocutário, tempo e espaço) ou ainda o contexto, isolando sequências originariamente integradas em unidades discursivas maiores.

Partindo da ideia, retomada por Munõz (2005), de que o falante é portador de uma consciência metapragmática, as opções de L1 relativamente aos processos de relato de discurso são condicionadas de modo a produzir significados sociais, mais do que pela necessidade de produzir informação, privilegiando, assim, uma perspectiva argumentativa da linguagem. Neste sentido, os efeitos pragmáticos do apagamento e da desinscrição enunciativos podem ser extremamente produtivos num quadro comunicativo com o pendor argumentativo de *Um Certo Olhar*. Interessa-nos avaliar os efeitos pragmáticos destes processos discursivos tendo em conta, não tanto a dimensão informativa, mas a dimensão interaccional, particularmente no que se refere à credibilização do locutor e à representação que este faz de si. O que Juan Munõz afirma em relação ao seu *corpus* de análise, retirado do fórum electrónico de *Le Monde*, aplica-se também – não obstante o seu tom menos agonal – ao *corpus* que nos propomos estudar e, por isso, abre orientações de análise interessantes :

Les forums de l'édition électronique du *Monde* sont constitués de textes qui relèvent de la relation à l'interlocuteur plutôt que de la relation au dit, c'est-à-dire qu'il se agit de textes qui privilégient l'argumentation au détriment de l'information (...). Ce genre discursif essentiellement interaccional devient ainsi une pépinière féconde de discours rapportées, où l'EE [effacement énonciatif] apparaît comme un instrument essentiel au service de la co-construction de l'opinion. (Munõz, 2005: 82)

O autor refere-se aqui ao conceito de co-construção de opinião no sentido em que o locutor constrói a sua opinião, o seu discurso, através do discurso dos outros. Não se trata, portanto, de um processo de construção de consensos entre participantes de uma interacção discursiva.

Munõz defende que neste processo polifónico de co-construção de opinião, a desinscrição enunciativa, particularmente a indeterminação dos interlocutores em primeira instância funciona como estratégia argumentativa: ao recorrer ao discurso

impessoal ou “omnipessoal”¹³, o locutor está a imbuir-se de uma autoridade que lhe advém de um saber ou de um pensar partilhado. Não se trata de uma opinião individual, sempre mais atacável (ainda que a citação de autoridades, científicas ou outras, também seja uma estratégia argumentativa eficaz e recorrente), mas de um locutor/enunciador colectivo, de uma voz doxal, mais vaga (que por vezes inclui os próprios interlocutores) e, portanto, mais resistente à descredibilização. Esta desinscrição enunciativa do discurso relatado vem reforçar a imagem do locutor (L1), conferindo-lhe uma força argumentativa sustentada em significados sociais. Neste sentido, como acrescenta Munõz (2005:93) a autoridade do enunciador torna-se tanto mais eficaz, quanto mais indeterminada e plural for a sua identidade. Por outro lado, a impessoalização do discurso permite uma desresponsabilização do locutor, permite-lhe, nas palavras de Rabatel, “dire sans dire”. (2003:41)

Outro efeito possível do apagamento enunciativo é o de “verniz de objectividade” de que nos fala Sophie Marnette (2004:52). De facto, o apagamento da origem enunciativa do discurso retira-lhe o seu carácter eminentemente enunciativo (o paradoxo já foi explicado), subtrai-o às contingências históricas do dizer, colocando-o, por isso, num lugar de não subjectividade prototípico do discurso teórico-científico, do discurso axiomático e do discurso religioso, enfim do discurso da verdade intemporal e universal¹⁴. Cria-se assim uma ilusão de objectividade, que pode funcionar como estratégia de reforço da argumentação.

O processo de objectivização do dito ocupa também os teóricos da comunicação social, particularmente na reflexão sobre programas de cariz informativo, em que a distinção entre facto e opinião é crucial. Leiamos, a este propósito, as palavras de José Rebelo:

Relembre-se que, no caso do discurso ideológico, se assiste, em geral, a um forte investimento do sujeito que ocupa plenamente o lugar da enunciação e uma fraca estruturação do objecto. Mas nem sempre assim sucede. Casos há em que o discurso ideológico, produzido por um dado enunciador, se caracteriza, sobretudo, pelo apagamento deste e pela prioridade concedida à estruturação do objecto. Neste segundo caso o discurso ideológico como que se confunde com o discurso científico. (Rebelo, 2002:78)

¹³ A expressão é de Sophie Marnette (2004: 52)

¹⁴ Não vamos aqui questionar o problema filosófico da verdade e do carácter necessariamente subjectivo e contingente do conhecimento. O que nos interessa no contexto do nosso trabalho é o efeito pragmático, na interacção discursiva, desse valor de verdade que poderá resultar do apagamento enunciativo.

Ainda dentro da nossa reflexão sobre os efeitos pragmáticos da desinscrição enunciativa do discurso relatado, é importante considerarmos o processo de recontextualização discursiva que – consciente ou inconscientemente – implica transfigurações semânticas e pragmáticas, podendo ainda reorientar o sentido argumentativo. A manipulação de discurso através da sua recontextualização torna-se mais evidente em determinadas situações, como verificaremos na nossa análise do *corpus*: quando o discurso relatado é acompanhado de comentários depreciativos e irónicos, quando é introduzido por verbos *dicendi* cujo semantismo marca o ponto de vista de E1; quando a formulação do discurso directo ou indirecto é marcada por advérbios com valor apreciativo. Também Kerbrat-Oriocchini (1980) se refere à presença de traços linguísticos da presença do locutor (o que cita) no discurso relatado (1980:162-163). Através da análise de enunciados, aponta para possibilidades estratégicas de inserção de discurso no discurso, seleccionadas pelo locutor que cita (que designa por L₀), que condicionam o valor semântico e pragmático do enunciado e que marcam a relação entre L₀ e o enunciado citado:

On peut enfin, lorsque l'on est parvenu à localiser une séquence rapportée, s'interroger sur la façon dont L₀ se situe par rapport à son contenu: le plus souvent, certaines indices d'adhésion/rejet viennent marquer comme favorable ou défavorable l'attitude de L₀. Quant à l'absence de tels indices explicites, elle fonctionne en général comme un indice implicite d'adhésion – mais on rencontre d'assez nombreux contre-exemples ... (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 163)

Desta reflexão pode concluir-se que os processos de relato de discurso têm implicações pragmáticas, condicionadas pelas relações que se estabelecem entre os diferentes níveis polifónicos. Rabatel (2003 e 2005) aponta para três situações, em função das relações de domínio entre L1/E1 e l1/e1: sobre-enunciação, sub-enunciação e co-enunciação¹⁵. Na sobre-enunciação, o ponto de vista de E1 é dominante e manipula o ponto de vista de e1, sendo a autoridade de E1 reconhecida pelo interlocutor. A situação inversa ocorre nos casos de sub-enunciação, como acontece num discurso quase exclusivamente construído com sequências de discurso directo. Nestes casos é sempre importante não esquecer que o apagamento de E1 é por vezes ilusório, pois o seu ponto de vista manifesta-se, quanto mais não seja, pela selecção e ordenação das vozes convocadas. Finalmente, considera-se a co-enunciação como um

¹⁵ Tradução que propomos para as designações, respectivamente, de *sur-énonciation*, *sous-énonciation* e *co-énonciation*.

espaço de equilíbrio de pontos de vista e de consenso, que corresponde à construção de um ponto de vista comum e partilhado, mas que, segundo Rabatel, é uma situação menos dominante:

Les phénomènes d'accord sur un PDV étant fragiles, limites, la coénonciation s'avère une forme sinon idéale de coopération, du moins très instable, fugace, vite remplacée par la sur- ou la sousénonciation, davantage à même de rendre compte des inégalités, déséquilibres et désaccords qui fleurissent dans la communication.(Rabatel, 2005: 9)

A presença do sujeito no discurso e os mecanismos linguísticos que servem à manifestação das vozes no discurso são o nosso campo de investigação. Procuraremos, assim, encontrar marcas linguísticas e efeitos pragmáticos destes processos que condicionam a interacção verbal, sobretudo ao nível da significação social.¹⁶ Procuraremos, dentro desta perspectiva, estudar a conexão destes processos com estratégias de argumentação e de construção da imagem do locutor.

2.6 Diafonia

Na retoma do discurso do outro, assume particular importância, na interacção verbal, a retoma do discurso do interlocutor.

Eddy Roulet (1991) propõe uma abordagem da diafonia, que define como processo dialógico particular, em que o locutor retoma o discurso do alocutário no seu próprio discurso. De acordo com o autor, a diafonia implica uma apropriação do discurso do outro, que é interpretado e reinventado. Não se trata, assim, de uma simples reacção ao discurso, que Roulet faz corresponder a actos ilocutórios reactivos ou iniciativos, nem se trata tão pouco de um caso típico de relato de discurso, dada a sua inserção num contexto interaccional.

Dans une structure diaphonique, l'énonciateur ne se contente pas de reagir, sans la toucher, à une parole presente ou de se référer à des paroles absentes, il

¹⁶ Falamos aqui em significação social na perspectiva de Ducrot de que o discurso é sempre argumentativo. A interacção verbal configura, assim, uma acção sobre o outro, que passa pela construção da imagem do locutor e dos seus interlocutores, e pela configuração dos papéis discursivos que assumem e da natureza das relações que estabelecem. No contexto da sua reflexão sobre o apagamento enunciativo (EE), Muñoz refere-se a este conceito de significação social: «L'EE, comme la courtoisie (Brown et Levinson 1987) et en général toutes les manipulations que nous exerçons sur notre langue, de façon plus ou moins volontaire, destinées à produire des signifiés sociaux (sélections linguistiques, corrections, présentation de soi et de l'autre dans des rapports d'égalité, de pouvoir, de domination, de hiérarchie, etc.), constituent des traces dans le discours de notre conscience métapragmatique (...)» (Muñoz, 2005:80)

commence par reprendre et réinterpréter dans son propre discours la parole du destinataire, pour mieux enchaîner sur celle-ci. La structure diaphonique est ainsi une des traces privilégiées de la négociation des ponts de vue qui caractérise toute interaction. (Roulet, 1991: 71)

Neste ponto, o autor remete para as virtualidades pragmáticas da diafonia, que funciona como um dispositivo de negociação interaccional, estruturante de esquemas argumentativos e do relacionamento entre os interlocutores, como acontece, por exemplo, na construção de coligações. Depois de uma análise da diafonia no romance epistolar de Laclos, *Les Liaisons Dangereuses*, Roulet reforça a ideia de que este processo marca as negociações em jogo na interação verbal e aponta para os dispositivos linguísticos accionados pelas estruturas diafónicas:

La construction diaphonique permet à l'énonciateur de signaler ce qu'il a retenu, ou veut bien retenir, du discours de l'autre, la manière dont il l'interprète, la pertinence qu'il lui attribue du point de vue argumentatif et/ou du point de vue interactionnel. Cela se manifeste linguistiquement sous deux formes différents: d'une part, dans la manière dont le discours de l'autre est reformulé; d'autre part, dans la manière dont il est subordonné interactivement, généralement par un connecteur, qui donne des instructions spécifiques, au discours de l'énonciateur. (Roulet, 1991: 78)

Roulet aponta a reformulação discursiva e os conectores textuais como dispositivos linguísticos marcadores da diafonia e orientadores da relação do locutor com o discurso retomado, quando não mesmo com o próprio locutor responsável por esse discurso, uma vez que o processo interaccional joga necessariamente com papéis discursivos e com a face¹⁷ dos interlocutores.

Do ponto de vista das implicações argumentativas, a diafonia, implícita ou explícita¹⁸, implica sempre uma relação hierárquica, em que o discurso retomado se submete ao discurso diafónico. De qualquer modo, essa relação, manipulada pelo locutor que retoma o discurso do outro, pode caracterizar-se – se recuperarmos a terminologia de Rabatel relativamente ao discurso relatado – por um esquema de sub-enunciação, de sobre-enunciação ou de co-enunciação.

¹⁷ Utilizamos o termo *face* no sentido que lhe atribui Erving Goffman : « On peut définir le terme de *face* comme étant la valeur sociale positive qu'une personne revendique effectivement à travers la ligne d'action que les autres supposent qu'elle a adoptée au cours d'un contact particulier. La face est une image du moi délimitée selon certains attributs sociaux approuvés, et néanmoins partageable, puisque, par exemple, on peut donner une bonne image de sa profession ou de sa confession en donnant une bonne image de soi. » (Goffman, 1974:9)

¹⁸ Roulet considera ainda a possibilidade da diafonia ser efectiva (quando o discurso retomado foi efectivamente produzido pelo interlocutor) ou potencial (quando o discurso atribuído ao outro não foi de facto produzido ou, pelo menos, não está presente no contexto).

Kerbrat-Orecchioni (1995) reflecte sobre a possibilidade de uma intervenção ser construída por dois locutores, apontando para enunciados conjuntos¹⁹, em que um locutor A inicia um enunciado que é continuado em termos temporais, semânticos e sintáticos por um locutor B. Esta situação, que se enquadra na diafonia implícita, como veremos no capítulo V, é descrita pela autora como indicadora, tal como outras modalidades dos fenómenos de coro²⁰, de proximidade afectiva:

Le phénomène de chorus caractérise typiquement les dyades à lien affectifs fort, telles que mari et femme (1995:10)

Esta perspectiva pragmática interessa-nos particularmente. Neste caso a autora reconhece o processo discursivo como sinalizador de uma relação interpessoal próxima e harmoniosa, mas poderíamos também pôr a hipótese de que este processo discursivo, ele próprio, é construtor de relações interpessoais ou, pelo menos, actua no sentido de as consolidar. O mesmo poderemos dizer em relação ao processo inverso da truncação, que pode funcionar, particularmente num contexto formal, como mecanismo ao mesmo tempo revelador e promotor da distância afectiva e ideológica expressa na atitude de ignorar o enunciado do locutor. Kerbrat- Orecchioni, na sua análise deste fenómeno, refere-se a uma atitude de desprezo, mais evidente nas interacções circunscritas a dois interlocutores (1995:12).

Quando o locutor explicita a convocação do discurso do outro, o que pressupõe um distanciamento em relação ao seu próprio enunciado (que tem a sua origem num outro locutor), podemos reconhecer um processo de modalização autonímica, operado por dispositivos linguísticos do género “como tu disseste”. Authier-Revuz fala em “dialogismo interlocutivo imediato” quando o locutor retoma as palavras que o interlocutor acabou de dizer (1995:212).

Authier-Revuz (1995) aponta para as virtualidades pragmáticas da diafonia explícita, no quadro da modalização autonímica, que pode funcionar não só como um indicador de anuência ou de concordância, mas também como ponto de partida para a contestação, na medida em que o locutor se distancia desse enunciadador que convoca:

¹⁹ O conceito de enunciados conjuntos de Kerbrat-Orecchioni levanta alguns problemas. Para Bakhtine (1984), por exemplo, a delimitação do enunciado é marcada pela alternância de locutores, o que impediria, então, a possibilidade de enunciados conjuntos, sobretudo quando alternados, como acontece nos casos de complementação. No entanto, o mesmo Bakhtine aponta para a evidência de que a delimitação dos enunciados não é de natureza gramatical, mas sim pragmática e, nesse sentido, abre a possibilidade do enunciado conjunto, já que, apesar de haver alternância de locutor, o enunciado originado pelo primeiro locutor pode não estar acabado, isto é, nós (eventuais interlocutores) não “sentimos claramente o fim do enunciado, como se entendêssemos o «dixi» conclusivo do locutor” (1984: 282).

²⁰ Kerbrat-Orecchioni apresenta duas modalidades de *chorus*, que consiste numa confluência de vozes e de enunciados: aqueles em que há simultaneidade ou desfaseamento temporal e, por outro lado, a aqueles em que ocorre a complementação.

La séduction, la connivence, l'effort – «pédagogique» ou condescendant – pour être compris, jouent en effet dans cês formes où l'un parle avec les mots de l'autre; mais y jouent tout autant la mise en cause, la contestation, l'agression; et, en tout état de cause, dès lors que, comme dans les formes méta-énonciatives qui nous occupent, cet emprunt des mots de l'autre est dit, fût-ce dans l'unisson, loin d'opérer quelque silencieuse unification, il souligne le deux de la différence entre les co-énonciateurs. (1995:211-212)

Conclusões:

Esta breve incursão por algumas abordagens da polifonia, da modalização e das modalidades vem confirmar a instabilidade terminológica que caracteriza estes conceitos, que são redimensionados à luz das teorias em que vão sendo enquadrados. Constatámos também, que, não obstante esta instabilidades, há uma forte coincidência na ideia de que estes fenómenos linguísticos e/ou discursivos se configuram como dispositivos de desdobramento de vozes e de pontos de vista, que contrariam o princípio ingênuo da unicidade do sujeito. Por outro lado, encontramos, nas diferentes abordagens, a ideia de que estes fenómenos se prendem com a subjectividade do discurso, isto é, com a presença de um locutor responsável pelo discurso e que está incontornavelmente presente na enunciação e, por conseguinte, se manifesta no enunciado.

Como já explicámos, não é objectivo da nossa investigação problematizar estes conceitos ou propor uma solução para a diversidade terminológica que os caracteriza. No entanto, temos necessidade de definir estes termos no quadro do nosso trabalho, de modo a que eles sejam operativos e validados do ponto de vista científico.

Assim, como temos vindo a sugerir, usaremos o termo polifonia no sentido lato que lhe atribui Ducrot: um desdobramento enunciativo através do qual o locutor, pela encenação de vários enunciadores, traz para o discurso diferentes pontos de vista. Tomaremos o discurso relatado como processo particular da polifonia, em que se dá a convocação explícita do discurso de outro locutor que não a locutor do enunciado em referência.

A modalização será perspectivada, de acordo com a proposta de Vion, como um comentário reflexivo do locutor sobre a representação de um ponto de vista ou sobre o

dizer em construção (modalização autonímica), operado por dispositivos linguísticos de natureza diversa (modalizadores). Trata-se, portanto, de uma estratégia introdutora de uma dimensão subjectiva, que convoca mais do que um enunciador, accionando, por isso, mecanismos polifónicos.

Finalmente, entenderemos o conceito de modalidade no sentido que lhe atribui o mesmo autor: como *modus* que necessariamente acompanha o *dictum*. Distinguiremos três modalidades que uma tradição gramatical diferenciou²¹: a modalidade epistémica, que traduz o grau de certeza do sujeito em relação ao conteúdo do seu enunciado (*dictum*). Trata-se de uma modalidade em que é possível desenhar uma escala entre o domínio do não-certo/desconhecido e o domínio do certo/conhecido, passando pelo mais ou menos possível ou o mais ou menos provável. A modalidade deôntica é uma modalidade de enunciação em que o locutor age directamente sobre o destinatário de modo a levá-lo a agir num determinado sentido. É verdade que temos vindo a defender que a enunciação prevê sempre um destinatário, mesmo que não presencial (o discurso é dialógico), e que o discurso é eminentemente argumentativo, o que faria, em última análise, com que todos os enunciados fossem deônticos. É uma distinção que assenta numa outra: argumentatividade *versus* argumentação. A modalidade deôntica está marcada na frase/enunciado. Finalmente considera-se a modalidade apreciativa, que produz um juízo de valor. A sua ocorrência associa-se ao uso de dispositivos linguísticos como o adjectivo qualificativo, alguns advérbios ou locuções adverbiais (*felizmente, bem, etc.*) ou verbos apreciativos como *gostar, apreciar adorar*, entre outros.

²¹ Apresentaremos apenas uma distinção breve, na medida em que não são conceitos centrais no âmbito deste trabalho, em que se seleccionaram a modalização e a polifonia como fenómenos operativos para a análise do *corpus*.

III – UM CERTO OLHAR: DEBATE DA ACTUALIDADE?

Como já referimos na Introdução, *Um Certo Olhar* é apresentado na página oficial da Rádio Difusão Portuguesa (RDP) na internet como um debate da actualidade. Do mesmo modo é definido o género pelo apresentador /moderador, Luís Caetano, na abertura das sessões, logo a seguir a um breve genérico com o título do programa e uma sequência musical: “Bem-vindos a *Um Certo Olhar*, o debate na *antena 2*” é a sequência de abertura de todas as edições, à qual se acrescenta o nome dos participantes, entre os quais se contam alguns colaboradores residentes que raramente não participam (Maria João Seixas, Inês Pedrosa e Vicente Jorge Silva)²², o moderador Luís Caetano e os convidados que, a haver, são diferentes em cada semana e cuja selecção se prende, aparentemente, com os temas tratados.

O próprio título do programa, inspirado no nome de uma secção do Festival de Cinema de Cannes (*Un Certain Regard*), condiciona a leitura do programa. Apresenta-o como algo inovador, contra a corrente, como é característico dos filmes apresentados nesta secção do festival. Por outro lado, aponta para um programa de opinião, que divulga “um certo olhar” sobre a actualidade: note-se que o determinante artigo indefinido reforça a ideia de pluralidade (haverá mais olhares, para além daquele que aqui se apresenta). O adjetivo *certo*, por sua vez, contraria a indefinição, insinuando que o olhar em causa não resulta de uma escolha aleatória: *certo*, neste caso, aponta para a individualização e contraria a indefinição que o artigo indefinido instala. Já o recurso ao singular (*olhar* em vez de *olhares*) vem contrariar o protótipo do debate, em que uma pluralidade de vozes corresponde geralmente a diferentes pontos de vista, as mais das vezes antagónicos (pensemos, por exemplo, no debate parlamentar ou em programas na televisão e na rádio, em que os participantes são seleccionados de modo a proporcionar a divergência de opiniões).

Algumas questões devem ser levantadas, quer no que se refere ao género (o debate) e, em particular ao subgénero (debate radiofónico), quer à temática (a actualidade) anunciados. Esta reflexão é importante na medida em que o género condiciona quer a recepção quer a construção discursivas. Por sua vez, a noção de actualidade é uma construção cognitiva, em que interferem vivências e papéis sociais.

²² Passaremos a designar o moderador e os participantes de forma abreviada LC (Luís Caetano), MJS (Maria João Seixas), IP (Inês Pedrosa) e VJS (Vicente Jorge Silva)

3.1 Sobre a noção de actualidade

Sendo a “actualidade” uma construção, aquilo que Luís Caetano, autor do programa, selecciona como actualidade não coincide necessariamente com a de outros públicos com outras referências geográficas, sociais e culturais.

Luís Caetano, na apresentação do programa, apresenta as temáticas que o dominarão, que são determinadas por aquilo que de importante aconteceu ao longo da semana que termina a cada sexta-feira. Estes critérios de importância e de actualidade – em cuja construção, como veremos, a comunicação social é determinante – são expressos pelo apresentador em várias edições. Vejamos algumas sequências de abertura de *Um Certo Olhar*:

1.

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa e hoje antónio marinho pinto, advogado, professor, jornalista também. agradeço-lhe a presença neste programa. vamos falar da justiça e sobre a justiça há tanta coisa para discutir, para conversar, para tentar perceber. vamos também olhar alguns dos assuntos que marcaram esta semana, dentro da actualidade que o dia em que gravamos o programa permite. e na capa dos jornais, o jornalista josé rodrigues dos santos, por declarações no jornal público do último domingo em que alertava para processos relativos à nomeação da correspondente da rtp em madrid.

(edição de 12 /10/ 2007, sequência de abertura)

2.

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa... esta semana com a presença de joão paulo martins, jornalista especializado em artigos sobre vinho, a quem agradeço a presença neste programa. também com luís caetano. vamos falar de algumas coisas que marcaram os últimos dias

(edição de 19 /10/ 2007, sequência de abertura)

3.

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa, luís caetano e hoje manuel villaverde cabral, investigador do instituto de ciências sociais da universidade de lisboa, sociólogo. agradeço-lhe juntar-se a este debate sobre a actualidade na antena 2

(edição de 26 /10/ 2007, sequência de abertura)

4.

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa, vicente jorge silva e luís caetano. estamos a poucos metros da cimeira união europeia-áfrica que decorre no parque das nações. lá iremos, lá iremos falar disso. antes olhemos os dois semanários concorrentes de sábado, cada um com a sua notícia de aniversário versus ministério da cultura. saramago provoca guerra entre a cultura e os negócios estrangeiros...a lamentável ausência... escreve josé pedro castanheira [jornalista do semanário Expresso]... a opinião no jornalismo escrito [...] já manóel de oliveira lamenta no sol deste sábado que o estado só o apoie até aos cem anos

(edição de 9/12/ 2007, sequência de abertura)

Nestes segmentos, aos quais poderíamos juntar outros similares, verifica-se que a centralidade temática do programa é a actualidade mediática²³. Ora, o que se torna particularmente interessante é verificar que esta actualidade (partilhada – espera-se – pelos intervenientes em estúdio e pelo público ouvinte) é composta também por acontecimentos verbais: os interlocutores vão falar sobre o que se disse/escreveu, sobretudo nos meios de comunicação social. Esta orientação é particularmente nítida na primeira e na última sequência de abertura (1. e 4.), mas conduz de modo claro todas as sessões que constituem o nosso *corpus*. Essa ordem de acontecimentos tem uma expressão muito significativa em *Um Certo Olhar*, ao ponto de, por vezes, o que se disse sobre algo ser mais notícia do que o acontecimento motivador do discurso. O discurso como acontecimento proporciona o discurso sobre o discurso, abrindo assim espaço para a polifonia.

²³ Na primeira sequência transcrita (1), é notória uma ideia mediática de actualidade, em que o tempo que medeia entre a gravação do programa e a sua emissão pode ser significativo. A tendência para abordar acontecimentos recentes vai condicionar de forma visível toda a sessão de 12 de Outubro em que a conversa anunciada sobre justiça vai centrar-se no caso particular de José Rodrigues dos Santos, (jornalista que pôs em causa a transparência de um processo de concurso na RTP) que preencheu as primeiras páginas dos jornais e capas de revistas alguns dias antes.

3.2 Questões de género

Um passo metodológico importante na investigação em análise linguística do discurso é situar o *corpus* com que trabalhamos em termos de género. Isto porque o reconhecimento de género é determinante quer na selecção de estratégias enunciativas, quer na convocação de esquemas de interpretação.

Como já referimos, *Um Certo Olhar* é apresentado como debate; é portanto esta perspectiva que nos serve de ponto de partida, orientando a nossa análise no sentido da confirmação ou refutação deste enquadramento.

Como demonstra Catherine Kerbrat-Orecchioni (1990:111-133), a definição de género de interacção verbal relaciona-se com a definição do quadro comunicativo do discurso: a situação espaço-temporal, o propósito (*but*) da interacção, os papéis discursivos e as relações interpessoais dos participantes, bem como o grau de formalidade, o tom de conversação, a duração da interacção e os temas tratados. O objectivo da nossa reflexão não será classificar definitivamente *Um Certo Olhar* em termos de género, mas antes analisar o quadro comunicativo do nosso programa radiofónico e confrontá-lo com protótipos discursivos. Kerbrat-Orecchioni aponta neste sentido da abordagem cognitiva por protótipos (em lugar da lógica clássica das condições necessárias e suficientes). Esta opção decorre de algumas constatações: por um lado, os traços distintivos de género não funcionam em termos polares, mas antes num *continuum* (pensemos, por exemplo, na questão da formalidade); por outro lado, há a considerar os casos em que um discurso partilha de características de diferentes protótipos, mesmo que se verifique a dominância de um sobre outro(s):

« Les interactions attestées sont souvent hybrides, c'est à dire qu'elles relèvent à la fois de plusieurs catégories: c'est ainsi que dans Charaudeau et ali. (1984), on nous parle d'"interviews à effect d'entretien" ou "à effect de conversation"; et que nous avons été nous-mêmes amenés dans Cosnier et Kerbrat-Orecchioni (1987) à définir notre corpus d'analyse comme une "conversation-discussion à effect d'interview". (Kerbrat-Orecchioni, 1990:131)

Continuando na nossa linha de análise, concentremo-nos sobre os critérios de definição de géneros de interacção verbal propostos pela autora (Kerbrat-Orecchioni, 1990: 123): as circunstâncias espaço-temporais, o número e natureza dos participantes, o propósito (*but*) da interacção, o grau de formalidade, o tom de conversação e, ainda,

outros eixos distintivos que funcionam no caso do nosso *corpus* de análise, como por exemplo os assuntos tratados.

Assim, começamos por observar que a interacção discursiva que analisamos aponta para dois espaços: o estúdio de rádio, onde o moderador e os participantes se encontram fisicamente face a face e, por outro lado, o espaço exterior ao estúdio, onde se encontra o público ouvinte. Temos portanto uma configuração institucional, com normas de funcionamento próprias (a rádio) e um espaço público alargado; enquadramento típico, de acordo com Paddy Scannell, da interacção verbal em contexto radiofónico:

All talk on radio and TV is public discourse, is meant to be accessible to the audience for whom it is intended. Thus broadcast talk minimally has a double articulation: it is a communicative interaction between those participating in discussion, interview, gameshow or whatever and, at the same time, is designed to be heard by absent audiences (Scannell, 1991:1)

Este público será o destinatário principal da enunciação; embora ausentes do cenário físico, sem direito a intervir directamente (ainda que possam comentar *a posteriori* o programa, como prevê a *Provedoria do Ouvinte* instituída pela RDP)²⁴, os ouvintes poderão condicionar os discursos, nomeadamente no que se refere à gestão da modalização e das opções polifónicas dos locutores como demonstraremos adiante.

É interessante a reflexão apresentada por Scannell (1991) acerca do espaço em que se dá a recepção do programa radiofónico, que é múltiplo, diverso, privado e, até certo ponto, desconhecido do(s) locutor(s). De acordo com o autor há alguns pressupostos gerais sobre as circunstâncias da recepção radiofónica, nomeadamente o ambiente doméstico e informal, que são consideradas na produção de programas desta natureza:²⁵

It was recognized that broadcast output, though articulated in the public domain as public discourse, was received within the sphere of privacy, as an optional leisure resource. Within this sphere, as Matheson noted, people did not expect to be talked down to, lecture or 'go at'. They expected to be spoken in a familiar, friendly and

²⁴ Além de este meio institucional, os ouvintes podem recorrer a outras vias para comentar o programa, *a posteriori* (sem que tenham necessariamente voz pública a publicação das intervenções dos ouvintes depende das autoridades da rádio). Exemplo disso é o *email* referido por Maria João Seixas na edição de 9 de Dezembro de 2007 (Min.55:50): “ (...) não, eu queria responder em antena a um... e agradecer um *email* que te foi enviado a ti, Luís, por uma senhora emelinda garido sobre alguma coisa que eu disse relativamente à situação da pide, nas colónias, nomeadamente em moçambique.”

²⁵ Hoje em dia, os locutores de rádio consideram muitas vezes o ouvinte condutor de automóvel, apontando para essa circunstância nas suas interpelações. De qualquer modo, o automóvel também pode ser visto como um espaço privado.

informal matter as if they were equals on the same footing as the speaker . (Scannell, 1991:3)

Poderemos, até certo ponto, aplicar a *Um Certo Olhar* a leitura que Marianne Doury faz do debate televisivo, em que afirma a importância do ouvinte, que, não estando presente, corresponde a uma imagem construída pelos participantes no debate:

Dans les *Duels sur la Cinq* qui constituent notre corpus comme dans tout débat médiatisé, l'existence d'un public (et l'image que les débatteurs en construisent) influence très fortement la façon dont ils élaborent leurs discours. Plus encore: elle conditionne l'existence même. (Doury, 1995: 227)

O que se verifica, por vezes, é que os intervenientes directos parecem esquecer que estão a ser ouvidos por um público silencioso que é a razão de ser de um programa radiofónico ou de qualquer outro discurso mediático. Observemos esta passagem em que o moderador parece querer lembrar Maria João Seixas que os ouvintes estão presentes:

IA –[...]os professores às vezes pensam numa coisa que me dá vontade...um bocado vontade de rir .se não ouvirmos a voz deles não aprendemos nada. não é verdade. eu própria digo...se não ouvirem a minha voz podem até estudar. quando era... eh...quando estava a dar... agora não estou, mas sou professora não é? podem não ouvir a minha voz e aprender à mesma, porque nos livros e (...) aprende-se imenso e agora até se aprende na internet e até se aprende em outros...nos outros meios, portanto há imensas maneiras de a pessoa atingir o conhecimento que lhe permite ter bons resultados. até escolares. agora, a estruturação de vida que a escola promove é muito importante para a orientação de um adolescente. na faculdade já é mais fácil [a locutora relata o sucesso da sua filha na universidade, no curso de agronomia, que foi responsável foi a única aluna da turma que teve sucesso, porque soube lidar com um regime em que não havia faltas]

LC – semeou responsabilidade...tratando-se de agronomia é adequado. voltamos ao caso, maria joão[entoação vocativa]...

MJS – eu percebo>

LC - estão professores a escutar-nos. então os alunos faltam. podem passar, sabendo a matéria?

MJS – pois...eh.. ouvimos o que a isabel disse

(edição de 9/11/2007, min. 20:51)

Luís Caetano lembra que há professores entre os ouvintes, profissionais especializados, que Isabel Alçada (IA -uma convidada especialista em educação, responsável pelo Plano Nacional de Leitura) trata com distância (veja-se como hesita

em identificar-se como professora, recorrendo à terceira pessoa gramatical para referir os professores) e uma posição de superioridade: *os professores às vezes pensam numa coisa que me dá vontade...um bocado vontade de rir*. Note-se que a reformulação do enunciado que aqui ocorreu foi no sentido de atenuar o juízo negativo que este configura, o que funciona como um processo de modalização autonímica, que pressupõe a consciência da locutora em relação ao efeito do seu discurso. Apesar de alguma incoerência argumentativa (afinal, os colegas da filha não tiveram sucesso porque não havia faltas, quando a locutora tem vindo a defender a abolição da reprovação por faltas), a verdade é que os professores parecem ser dispensáveis, na opinião da locutora. Assim, a intervenção do Luís Caetano vem, de certo modo, funcionar como aviso de que a locutora agora chamada a intervir está perante um público ouvinte, que terá competência profissional para discutir o tema em causa. Neste sentido, podemos interpretar este aviso do moderador como o resultado de uma avaliação do discurso de Isabel Alçada, que não terá considerado os destinatários principais do discurso mediático: o público (neste caso uma parte do público).

No caso do debate radiofónico, poderá tornar-se produtiva a perspectiva de Ducrot que considera a possibilidade de coexistirem diferentes graus de «destinatarité» (1980:43) numa interacção discursiva. No mesmo sentido, Doury (1995: 230)²⁶ fala em hierarquia de destinatários e aponta para algumas dificuldades de, *a priori*, definir o destinatário principal num trílogo (que é o formato discursivo que a autora analisa): por um lado, a hierarquização dos destinatários é instável e renovável em cada sequência discursiva; por outro lado, a identificação dos destinatários principais torna-se por vezes difícil, pois os indicadores linguísticos (tipicamente o vocativo e o recurso à segunda pessoa) e não linguísticos, como por exemplo a direcção do olhar do locutor, nem sempre são inequívocos. Num debate radiofónico, mesmo considerando os ouvintes como destinatários indirectos (que não se constituem como alocutários)²⁷ podemos ainda encontrar situações em que um dos participantes elege momentaneamente um (ou

²⁶ Já Kerbrat-Orecchioni propusera esta abordagem (Kerbrat-Orecchioni, 1990:91-103)

²⁷ Kerbrat-Orecchioni (1995:2) começa por propor a oposição entre destinatário directo e destinatário indirecto, que faz corresponder à dualidade addressed/unaddressed de Goffman. No entanto, acaba por reconhecer a dificuldade em aplicar esta classificação numa interacção verbal, particularmente no trílogo, em que o quadro comunicativo é instável e por vezes fluído. Assim prefere considerar uma diferenciação que permita a gradação, propondo os termos “destinatário dominante” e “destinatário secundário” (Kerbrat-Orecchioni, 1995:5)

mais) dos interlocutores como destinatário principal, ainda que não excluindo os demais participantes, o moderador e os ouvintes.

Vejamos, a título ilustrativo, a seguinte sequência de *Um Certo Olhar*:

IP – ó vicente, vamos lá chamar a maria joão para ela acabar de explicar

LC – no fundo se isso podia definir... como marcámos/marcamos o nosso território em áfrica, mas não sei se isso não traz reminiscências...eh

IP – deixa lá a maria joão acabar os pontos dela

VJS – não, eu não estou a falar, eu não estou a falar...eh...de...eu não estou a falar de...de...eu estou a falar da posição oficial em relação a isso. os líderes europeus...>

IP– bate-lhe, maria joão

(edição de 14/12/ 2007, min. 16:30)

Na sequência transcrita verificamos que Inês Pedrosa, nas duas primeiras intervenções, se dirige particularmente a Vicente J. Silva e, na última, se dirige a Maria João Seixas, o que não exclui a possibilidade dos demais intervenientes serem também destinatários, tal como o público ouvinte (neste caso destinatários secundários, eventualmente até esquecidos pela locutora). Aliás, uma análise mais detalhada da última intervenção de Inês Pedrosa poderia sugerir que os seus destinatários principais são Maria João Seixas (interrompida por Vicente Jorge Silva, que insiste em sobrepor a sua voz, desrespeitando a tomada de vez por parte da sua interlocutora) em relação a quem a locutora se mostra solidária e a quem se dirige directamente, e, por outro lado, Vicente Jorge Silva, que a locutora, indirectamente, repreende, ficando em situação hierárquica secundária apenas os ouvintes e Luís Caetano.

O enunciado em causa (*bate-lhe, Maria João*) é marcado por uma informalidade poderá ser importante para o nosso objectivo de enquadramento de *Um Certo Olhar* num género discursivo. Dá-nos também indicações relativas a situação de enunciação que confirmaremos com outras intervenções, nomeadamente relativas à disposição dos participantes no espaço: Maria João Seixas está mais próxima de Vicente Jorge Silva do que Inês Pedrosa.

Voltando aos ouvintes do programa radiofónico, é importante perguntar: quem é esse público? Que imagem dele constroem o moderador e os participantes do debate radiofónico (pois que é essa imagem que poderá condicionar os discursos)? A resposta a esta questão tem de ser dada a partir da análise do discurso dos participantes (não só

quando estes se dirigem directamente aos ouvintes, pois o público, como vimos, está – ou deve estar – sempre presente no quadro comunicativo de qualquer discurso mediático).

A par desta relação entre o público e os participantes no debate, há que analisar o mapa de relações que se estabelecem dentro do estúdio. Anunciando um debate, o apresentador prepara-nos para um padrão comunicacional em que encontraremos um moderador e dois ou mais elementos em relação de igualdade institucional que serão protagonistas da interacção. O número relativamente reduzido de intervenientes, se o compararmos com alguns formatos televisivos ou, por exemplo, com debates parlamentares, prende-se também com a especificidade do meio radiofónico, que transmite apenas som, pelo que a identificação dos locutores pode resultar difícil, dada a ausência de indicadores visuais. Leiam-se a este propósito as considerações do livro de estilo da TSF, estação de rádio portuguesa de difusão nacional; depois de ter apontado para as principais dificuldades na produção do debate radiofónico²⁸, Meneses aconselha:

E, contudo, os debates existem e é preciso enquadrá-los com alguns cuidados: Apenas do ponto de vista do “ruído”, quanto menos pessoas participarem num debate, melhor. Duas, representando posições opostas, são o ideal; cinco convidados será o máximo tolerável, a partir do qual é impossível perceber quem é quem; Mas convidar apenas duas pessoas tem um risco acrescido: se o debate é em directo e um deles falta passa a ser uma entrevista? Três é, portanto, mais razoável; (Meneses, 2003:200)

Um Certo Olhar afasta-se do protótipo de debate porque não se desenvolve na base de uma interacção agonal, em que os interlocutores são seleccionados em função das diferenças de ponto de vista. Por outro lado, o facto de os enunciados terem a mesma orientação argumentativa não lhes retira a natureza argumentativa, no sentido em que a enunciação dos argumentos prevê um acto de inferência (expresso ou não) e, em última análise, uma acção sobre o outro. (Jean-Claude Anscombre, 1988, cap.I). Poderíamos considerar *Um Certo Olhar* como um discurso híbrido que partilha características de géneros diferentes: por um lado alguma informalidade da discussão, por outro lado, uma certa formatação do debate, com moderador, tema e tempo predefinidos, identificação dos participantes e público. Veja-se, a este propósito, Kerbrat-Orecchioni:

²⁸ Meneses apresenta o debate radiofónico como um género muito difícil de realizar: “Na verdade, se há género jornalístico que não funciona na rádio é o debate” (2003:200). Aponta sobretudo para a dificuldade de gerir o ruído provocado pelo excesso de vozes, pela sobreposição de registos sonoros, para a necessidade de distribuir de forma equilibrada os tempos de intervenção e a extensão que o debate pode, por isso, alcançar.

Le débat est une discussion plus organisée, moins informelle: il s'agit encore d'une confrontation d'opinions à propôs d'un objet particulier, mais que se déroule dans un cadre "pré-fixé" (...) – sont ainsi en partie déterminés la longueur du débat, la durée et l'ordre des interventions, le nombre des participants, et le thème de l'échange. En outre, un débat comporte généralement un public, et un "modérateur" chargé de veiller à son bon déroulement (et même en leur absence, on peut dire que ce modérateur et ce public sont en quelque sorte intériorisés par les participants). Le débat tient donc à la fois de la discussion (par son caractère argumentatif), et de l'interview (par son caractère médiatique). (Kerbrat-Orecchioni, 1990:118)

A autora apresenta aqui o debate como um género híbrido por definição. Por outro lado, acentua um factor importante que caracteriza os dois géneros em causa (o debate e a conversação): o seu carácter argumentativo, que é evidente no nosso *corpus*. Porém, e não obstante esse carácter argumentativo, *Um Certo Olhar* aproxima-se por vezes da conversação ou da tertúlia, na medida em que estas se situam num espaço de maior informalidade e se caracterizam por uma menor direcionalidade – ainda que haja um moderador a quem cabe introduzir os temas e gerir a interacção no estúdio²⁹ – e pelo tom não conflitual que predomina no programa.

Nesta reflexão sobre os protótipos textuais em que se enquadra *Um Certo Olhar*, é importante passarmos pela área de investigação da comunicação social, ainda que a nossa abordagem se pretenda eminentemente linguística. No início do trabalho tínhamos já apontado para esta característica do trabalho em análise linguística do discurso, que comunica com outros domínios de investigação.³⁰

De facto, neste domínio da investigação, a tertúlia radiofónica é um género estudado pelos investigadores e alguns aspectos da sua definição prototípica³¹ são reconhecíveis no programa de que nos ocupamos. Enquadra-se nos géneros de opinião e institui um quadro comunicativo cujo modelo é assim definido por Luisa Santamaría:

Un periodista radiofónico es el titular de un espacio, espacio que utiliza para convocar a unos colaboradores – en su mayoría columnistas de renombre – e inducir-les a opinar de algunos temas, donde el titular hace de moderador. (Santamaría, 1997 : 127)

²⁹ No capítulo seguinte analisaremos o papel do moderador em *Um Certo Olhar*.

³⁰ Cf. página 02

³¹ Pastora Espinosa (2002) aponta para algumas divergências, entre teóricos da comunicação, na definição de tertúlia radiofónica. Embora reconheçam a matriz opinativa do género, alguns apontam para uma dimensão informativa e, ainda, para o seu carácter interpretativo: "Los teóricos de la comunicación, desde de sus diferentes criterios, reconocen a la tertulia como género radiofónico y la contextualizan dentro de unas coordenadas peculiares y diferenciales. Las divisiones con respecto a la clasificación de este género son enormes. Chelo Sánchez (1994:26) destaca que Arturo Merayo *considera a la tertulia como un género opinativo*, mientras que Mórán habla a la vez de género del periodismo de opinión y de un género informativo-interpretativo. Martínez Albertos defiende que *las tertúlias son un modelo de periodismo de opinión, de un mal periodismo de opinión*. (p.278)

É importante realçar aqui a distinção de papéis comunicacionais, que diferenciam o jornalista radiofónico (*periodista radiofónico*), que funciona como moderador, dos participantes (*colaboradores*) a quem cabe proferir opiniões. A imagem pública, pré-discursiva, dos participantes também é referida por Santamaría como marca distintiva da tertúlia radiofónica.

Uma outra característica deste quadro é a relação que se estabelece entre os intervenientes e o tom amigável da conversação, marcada pelo tom informal, que o semantismo do termo “charla”, usado por Suárez, também confirma. De facto, Toral Gotzon (sd) considera a informalidade uma característica principal da tertúlia radiofónica: “El recurso a la improvisación permanente en el marco de una tertúlia radiofónica – informal por definición – produce una extraordinaria sensación de naturalidad.”

A este propósito Toral Gotzon (sd), num artigo crítico em relação à proliferação do género no espaço radiofónico espanhol, afirma: “La continuidad de la tertúlia y el carácter predominaamente amistoso del ritual limita la exposición de diferencias fundamentales entre los reunidos.” Esta matriz conversacional, que se desencadeia num “ambiente de respeito amistoso” (Pastora, 2002:280) entre interlocutores que se conhecem e se toleram e, em princípio, admitem o que o outro diz (Suárez, 1997: 128), é um dado importante para a análise linguística do discurso, na medida em que poderá accionar processos de modalização no sentido da construção de relações interpessoais que caracterizam a tertúlia.

No que se refere à relação entre os participantes e os ouvintes é importante referir que, na tertúlia radiofónica, aqueles são reconhecidas figuras públicas – tipicamente do campo da política e da cultura (como acontece, de facto, em *Um Certo Olhar*) – que merecem a credibilidade dos ouvintes. Estabelecem-se assim papéis sociais, em que os “tertulianos” gozam de uma autoridade intelectual conferida pelo seu *ethos*³² pré-discursivo, que Suárez compara à de professor universitário (apesar do carácter não especializado das intervenções), em relação ao seu aluno, convocando um espaço académico em que os papéis sociais estão institucionalizados:

Suponen las tertúlias un progreso y un regreso; es un progreso porque los medios nos ofrecen gratis una conversación de elite, una tertúlia de eruditos, una charla de personas bien informadas. Se aprende mucho escuchándolas. Sin inscribirse, pagar matrícula no moverse siquiera de casa, se tiene acceso a una

³² Cf. A moussy, 1999

Suárez está aqui a sugerir que as relações interpessoais que se estabelecem em estúdio configuram um quadro diferente das relações entre os “tertulianos” e os ouvintes: enquanto os “tertulianos” se relacionam horizontalmente entre si, já há uma estrutura vertical entre os que estão em estúdio e os seus ouvintes.

Pastora Espinosa (2002) apresenta de forma sistematizada algumas características da tertúlia radiofónica, que podemos reconhecer no programa de que nos ocupamos e que poderão condicionar o comportamento discursivo dos intervenientes. Assim, a tertúlia radiofónica caracteriza-se pela sua periodicidade e pela permanência dos participantes, aspectos essenciais para a fidelização e para a proximidade dos ouvintes em relação aos intervenientes no programa, cujas vozes acabam por lhes ser familiares. A autora refere ainda a centralidade deste género em temas diversos da actualidade, e, por outro lado, a liberdade estrutural e organizativa, que permite algum improviso e uma atitude de espontaneidade ainda que sempre coarctada pelo facto de se tratar de uma conversação em estúdio, de difusão nacional. Finalmente, aponta para o carácter informal e amigável da tertúlia, em que as discrepâncias não dão lugar a confrontos.

Um dos aspectos interessantes da tertúlia radiofonia é, como temos vindo a afirmar, a existência de uma tensão entre um espaço familiar (que se encena) e o carácter institucional da rádio, isto é, entre um espaço de intimidade e um espaço público. Desta tensão pode resultar a ideia de uma falsa espontaneidade, que Gotzon Toral critica severamente, levantando suspeitas sobre a autenticidade dos participantes na tertúlia:

El recurso a la improvisación permanente en el marco de una tertúlia radiofónica – informal por definición – produce una extraordinaria sensación de naturalidad. Esta espontaneidad premeditada alimenta una conversación en apariencia no manipulada, desinteresada incluso, que despierta una enorme confianza, a la vez que una curiosidad evidente en las audiencias. (Toral, sd)

No que se refere a *Um Certo Olhar*, esta liberdade organizativa é condicionada pelo jornalista, Luís Caetano, que assume o papel de moderador, ainda que, como veremos no capítulo seguinte, um pouco afastado do modelo prototípico do moderador de debate.

De qualquer modo, só a partir de uma análise detalhada do quadro comunicativo de *Um Certo Olhar* poderemos propor o seu enquadramento num ou outro género

radiofónico (debate ou tertúlia) ou concluir que partilha características de um e de outro. Essa análise será apresentada no próximo capítulo.

IV – DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* que constituímos consiste em oito emissões do programa radiofónico *Um Certo Olhar*, da responsabilidade do jornalista Luís Miguel Caetano, que foram para o ar em oito sextas-feiras³³ de 2007, a saber: 12, 19 e 26 de Outubro, 9, 23 e 30 de Novembro e 9 e 14 de Dezembro. Trata-se de um debate/tertúlia radiofónico – neste momento da nossa reflexão, optámos por deixar ainda as duas hipóteses quanto ao subgénero de *Um Certo Olhar*; ao longo deste capítulo reequacionaremos a questão do género, sustentada nas evidências que o discurso nos mostre – moderado pelo jornalista Luís Caetano (LC), que tem como participantes residentes Maria João Seixas (MJS), Inês Pedrosa (IP) e Vicente Jorge Silva (VJS). Há edições em que, por razões diversas, um ou outro destes elementos não está presente (VJS não participa nas edições de 12, 19 e 26 de Outubro; VJS e IP não participam na edição de 9 de Novembro). Há também quatro edições em que o programa conta com a participação de um convidado (que coincidem com a falta de um ou mais elementos residentes): no dia 12 de Outubro o convidado é António Marinho Pinto (jurista, jornalista e professor), no dia 19, João Paulo Martins (jornalista especializado em artigos sobre vinho, autor de um Guia publicado dias antes da edição radiofónica em que participa), no dia 26, de Manuel Villaverde Cabral (sociólogo e professor na Universidade de Lisboa) e, finalmente, no dia 9 de Novembro, Isabel Alçada (responsável pelo Plano Nacional de Leitura).

Cada sessão desenvolve-se em torno de dois ou três temas principais introduzidos pelo moderador e termina muitas vezes com um espaço musical. Antes deste, a finalizar a interacção conversacional propriamente dita, há um espaço em que os participantes apresentam sugestões culturais, recomendando (tipicamente) espectáculos, exposições, livros, filmes, discos ou ainda programas de televisão.

O quadro que se segue sintetiza a descrição do *corpus*.

³³ As emissões são tipicamente repetidas no Domingo seguinte, embora haja excepções: o programa de 14 de Dezembro foi repetido no sábado, 15 de Dezembro; o programa do dia 9 de Dezembro (domingo), por sua vez, não passou na sexta-feira, dia 7, por razões de programação.

Quadro síntese das oito sessões que constituem o corpus de análise			
Data	Participantes	Principais temas abordado-	Duração (arredondada ao minuto)
12/10/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa António Marinho Pinto	- a justiça em Portugal; - o caso Rodrigues dos Santos/RTP; - a manifestação de professores na Covilhã.	60 minutos
19/10/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa João Paulo Matins	- o documentário televisivo “ A Guerra”de J. Furtado; - a crise no Banco Comercial Português; - a memória de Adriano de Oliveira; - “Vinhos de Portugal”, guia da autoria de J. Paulo Martins.	60 minutos
26/10/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa Manuel Villaverde Cabral	-a assinatura do Tratado de Lisboa; -a clivagem esquerda/direita e os novos partidos; -a imagem de Che Guevara.	58 minutos
9/11/2007	Maria J. Seixas Isabel Alçada	- os mestrados em inglês ; - o novo Estatuto do Aluno; - o Plano Nacional de Leitura.	57 minutos
23/11/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa Vicente J. Silva	- cinema; - o caso Esmeralda (poder parental); - direitos humanos e discriminação.	63 minutos
30/11/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa Vicente J. Silva	- o acordo ortográfico; - memórias da PIDE.	57 minutos
9/12/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa Vicente J. Silva	- as faces do produtor cinematográfico Paulo Branco; - os aniversários polémicos de Saramago e M. de Oliveira; - a cimeira UE/África.	63 minutos
14/12/2007	Maria J. Seixas Inês Pedrosa Vicente J. Silva	-a campanha de promoção de Portugal; - a cimeira UE/África em Lisboa; - a videovigilância nas cidades.	61 minutos

4.1 Questões de transcrição de registo oral

O facto de o nosso *corpus* ser constituído por registos orais obriga-nos a recorrer à sua transcrição como processo de convocar o discurso para a nossa análise apresentada em registo escrito. Esta necessidade vai levantar alguns problemas e obrigar a opções metodológicas que passamos a apresentar e justificar, deixando, contudo, a advertência para o facto de que a transcrição não pode substituir nunca o enunciado oral que a antecede e origina e que, pela sua condição de enunciado, não é repetível, muito menos se o quisermos transpor para um registo diferente (neste caso o registo escrito) operado por um sujeito exterior ao discurso inicial e distante no tempo e no espaço.

A reflexão de Bucholtz no seu artigo “The politics of transcription” (2000) é indispensável antes de se dar início a uma tarefa de transcrição de discurso oral, na medida em que nos alerta para o carácter incontornavelmente interpretativo (o que transcrevemos) e representativo (como transcrevemos) deste processo.

No artigo referido Bucholtz demonstra, com base em exemplos extraídos dos domínios jurídico e mediático, como a transcrição pode ser tendenciosa e, assim, determinar o curso dos processos de avaliação dos locutores em causa. A sua conclusão aponta para esse carácter contingente da transcrição:

The transcription of a text always involves the inscription of a context. The conditions of the transcribing act are often visible in the text: the transcriber's goals; her or his theories and beliefs about the speakers; her or his level of attention to the task and familiarity with the language or register of the discourse; and so on. (Bucholtz, 2000: 1463)

Esta consciência de que a transcrição não é um acto mecânico, mas um acto criativo e subjectivo, pode minimizar o perigo de manipulação, ainda que não voluntária ou sequer consciente, da transcrição. Obriga, portanto, a uma reflexão prévia e à tomada de decisões que deve ser condicionada pelos objectivos da investigação, evitando dados irrelevantes, mas atenta a alguma orientação tendenciosa que possa comprometer a sua fiabilidade.

O investigador actual tem já ao seu alcance várias propostas de normas para transcrição, de modo que seria inconsequente inventar mais uma, sob pena de a dispersão metodológica tornar difícil e inutilmente trabalhosa a leitura de transcrições. O que nos propomos fazer é optar por uma norma e, em função de necessidades específicas do nosso

trabalho, proceder a reformulações, incorporando aspectos de outras normas que nos pareçam produtivos.

4.1.1 Sinais de transcrição adoptados

A nossa base de trabalho será, assim, a norma do REDIP, projecto desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional, em colaboração com o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e a Universidade Aberta e que trabalha precisamente com a linguagem de comunicação social do português europeu, sendo o seu *corpus* constituído maioritariamente por discurso oral.³⁴ Trata-se de uma convenção conservadora, no sentido em que se aproxima muito das convenções da escrita o que, do nosso ponto de vista, facilita a leitura, sem pôr em causa a percepção dos mecanismos linguísticos de modalização e polifonia, de que nos ocupamos nesta investigação. No entanto, acrescentaremos alguns sinais – a partir de outras convenções - que podem tornar-se produtivos para o nosso trabalho. Interessa-nos, por exemplo, ir buscar à versão italiana do CHAT, a distinção entre dois casos de sobreposição e de sequências de turnos: aqueles em que há interrupção e aqueles casos em que a sobreposição e sequencialização dão continuidade ao discurso anterior, aproveitando hesitações e entoações descendentes. Observemos, a título ilustrativo, os segmentos 1 e 2, respectivamente:

1.

VJS – não, eu não estou a falar, eu não estou a falar...eh...de...eu não estou a falar de...de...eu estou a falar da posição oficial em relação a isso. os líderes europeus...>

IP – bate-lhe, maria joão.

VJS – ...estão interessados em não perder o terreno em relação ...eh... ao espaço que a china foi conquistando...ah...ou que está a conquistar em áfrica.

IP – vicente, tu podes não ser racista, mas ...>

VJS – a china não tem problemas, nenhuns como os direitos humanos, como nós sabemos...

IP – ...calhas de ser machista, se continuas a falar. é porque as mulheres.... nós, as mulheres, também temos qualquer coisa para acrescentar.

(edição de 14/12/2007, min.16:41)

³⁴ Cf. www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_redip.php

2.

VJS –[...] eu gosto de ir...jantar ao bairro alto...eh... eu gosto muito do bairro alto, sempre gostei do bairro alto. um nojo absoluto. espero que o antónio costa, que tem o problema resolvido agora das finanças, pelo menos...[risos dos interlocutores]

IP– < quase resolvido

VJS – ... atenuado...possa investir....

LC– <em tinta_[risos IP].

(edição de 14/12/2007, min.45:50)

Esta distinção permitir-nos-á, eventualmente, avaliar até que ponto é que o discurso se constitui como co-discurso, participando vários locutores numa enunciação (se aceitarmos a hipótese teórica de uma enunciação partilhada). Por outro lado, embora não pretendamos desenvolver os aspectos prosódicos³⁵ muito para além do que prevê o projecto REDIP, o facto de a modalização se inscrever numa dimensão subjectiva e inter-subjectiva da linguagem, leva-nos a considerar elementos não linguísticos, como risos e certas entoações que nos atreveremos a interpretar (como a ironia, o tom jocoso e outros), uma vez que podem ser decisivos para desambiguar aspectos pragmáticos e relacionais. Sendo assim, e não obstante o risco de inserir aqui uma margem interpretativa mais intuitiva, poderá ser necessário considerar esses dados para a análise pragmática do discurso; o não verbal faz parte da construção do discurso. Com este propósito, iremos incorporar na transcrição, recorrendo aos parênteses rectos, anotações que dêem conta de entoações, de sons, de risos e outros eventos prosódicos ou paralinguísticos.

Apresentamos, de seguida, os sinais seleccionados na nossa transcrição.

³⁵ A percepção do discurso relatado directodecorre, em parte de aspectos prosódicos. Por vezes a voz relatada não é explicitamente anunciada, mas marcada por uma mudança de tom de voz, que assinala teatralmente a presença de uma voz que não a do locutor. Trata-se de um caso em que o processo de interpretação é evidente. Outro caso curioso ocorreu quando transcrevemos uma fala de Inês Pedrosa, em que há uma palavra não finalizada, cujo som foi /ót/ e que transcrevemos “hot”; interpretando, portanto, que a locutora interrompeu a palavra *hotelaria* e não outra possível, como *otário* ou *otorrinolaringologista*. Esta interpretação decorreu dos dados do contexto, no sentido estrito de co-texto, mas não deixa de ser subjectiva.

Ocorrência	Símbolo
Pausa breve	,
Pausa sintáctica longa ou entoação descendente a sugerir final de segmento (frase)	.
Hesitação e pausas preenchidas	eh (uma vez)
Outras pausas, interrupções reformulações	...
Acordos	hum (uma vez)
Interrogação	?
Exclamação	!
Citações (discurso relatado directo)	" æ "
Enunciados simultâneos	æ
Sobreposição que corta o turno precedente, criando choque, interrupção	>(no final do turno precedente, que foi interrompida)
Sobreposição ou intervenção intercalar que cria continuidade sintáctica e semântica com o turno antecedente	< (no início do turno que continua a anterior)
Elementos paralinguísticos e outros.	[æ]
Sequências incompreensíveis	(...)
Casos de dúvida na audição e colocação de duas hipóteses de transcrição	æ / æ'
Cortes feitos na transcrição	[...]

Nota: usaremos ainda o negrito para destacar segmentos da transcrição sobre os quais queiramos incidir em particular.

A classificação da pausa como longa ou breve levanta algumas dificuldades, que só poderiam ser resolvidas com rigor absoluto através de uma medição de tempo que a tecnologia informática hoje já permite. Optámos, porém, no contexto deste trabalho, por uma medição menos minuciosa, que identifique como pausa breve aquela que corresponde a um tempo aproximado não superior a 3 segundos. Nos casos em que a dúvida possa interferir na análise que pretendemos fazer, conseguiremos medições mais rigorosas, recorrendo, por exemplo, ao programa informático *Audacity*, disponível em rede³⁶.

Ao critério temporal junta-se ainda a acentuação da curva prosódica, mais claramente descendente na pausa longa, que percebemos de modo empírico, ainda que, também neste caso, num trabalho centrado no domínio da fonética, por exemplo,

³⁶ (<http://audacity.sourceforge.net>)

fosse possível e desejável uma análise mais rigorosa, que os meios técnicos ao nosso dispor também proporcionam (como é o caso do programa já referido).

4.2. *Um Certo Olhar: quadro comunicativo e género(s) convocados(s)*

Como temos vindo a referir, a nossa investigação não se desenvolve sobre um objecto abstracto ou teórico, mas sim em torno de enunciados autênticos. Retomando Ducrot e a concepção de enunciado como imagem da enunciação agora aplicado ao discurso, não podemos analisar os enunciados do nosso *corpus* sem os enquadrar nas circunstâncias da sua enunciação, isto é, sem considerar o quadro comunicativo. Kerbrat-Orecchioni (1980:17), distanciando-se de uma abordagem imanentista, lembra que a produção discursiva não se limita à selecção lexical e à aplicação de regras de sintaxe. De facto, a sua configuração é marcada pelas circunstâncias concretas da enunciação e pela sua inscrição em memórias de práticas discursivas, que convocam paradigmas de género, aspectos que aliás se relacionam: um dado género configura determinados quadros comunicativos e liga-se ainda à natureza dos conteúdos do discurso. Neste sentido, analisar um discurso sem reconhecer o seu universo discursivo incorre numa falta de precisão que pode comprometer a validade do estudo.

Como já referimos, a propósito das questões de género (capítulo II), o quadro comunicativo, de acordo com a proposta de Kerbrat-Orecchioni (1990), é configurado por três ordens de factores: a situação espaço-temporal (sendo aqui considerado não só espaço físico, mas também o espaço social ou institucional), o propósito do acto comunicativo (*but*) e os sujeitos intervenientes³⁷.

É importante ainda justificar a necessidade de conhecer este quadro no contexto da análise de processos de modalização e polifonia, que convocam uma pluralidade de vozes no discurso, abrindo espaço privilegiado à inter-subjectividade. De facto, a dimensão subjectiva do discurso é um dos aspectos definidores da modalização e, por isso, é importante analisar os locutores e alocutários, que constroem o discurso e se constroem nele, bem como os seus papéis discursivos, de modo a melhor entender os valores pragmáticos dos processos da modalização e, também, da polifonia.

³⁷ Em 1990 Kerbrat-Orecchioni retoma esta reflexão sobre as circunstâncias da enunciação, propondo o conceito de “*cadre communicatif*” (Kerbrat-Orecchioni, 1990:75). Propõe também a noção de quadro participativo (*cadre participatif*) – que ancora nas abordagens interaccionistas de D.Hymes e J.Gumpertz – que se constrói com base no número de participantes implicados, na distribuição de papéis interlocutivos e ainda das características proxémicas da comunicação (Kerbrat-Orecchioni, 1990:84-85).

Os registos de debate radiofónico³⁸ que constituem o nosso *corpus* inscrevem-se num subgénero, em que interagem o moderador e os participantes no debate – estes num espaço institucional que é o estúdio de rádio – e ainda os ouvintes que se inscrevem num espaço exterior ao estúdio, múltiplo e desconhecido (embora, como vimos, alguns estudos sobre rádio definam um espaço prototípico do ouvinte, que se caracteriza sobretudo pelo seu carácter privado e familiar). Passaremos a uma análise das representações espaço-temporais inferidas da superfície do texto, bem como das relações interdiscursivas que se constroem ao longo do discurso que constitui o nosso *corpus*.

A descrição do quadro comunicativo³⁹ de *Um Certo Olhar*, em termos genéricos, levanta alguns problemas. Uma dos constrangimentos desta tarefa é o facto de os quadros participativos no decorrer das cerca de oito horas que constituem o nosso *corpus* serem flexíveis, reorganizando-se muitas vezes no decorrer da interacção verbal, com a criação de coligações temporárias e a constante reconfiguração de papéis comunicacionais e de hierarquização de destinatários. O facto de não estarmos perante uma isotopia enunciativa não nos impede, porém, de encontrar alguns pontos de estabilidade significativa e que, por isso, tipificam o programa. Por essa razão, considerámos possível tratar, nesta caracterização mais geral, os oito programas como um todo, ainda que cientes da sua flexibilidade.

Procederemos, então, à análise de alguns aspectos que configuram o debate/tertúlia radiofónico em que se inserem as oito edições que nos propomos trabalhar. O objectivo desta tarefa é conhecermos as circunstâncias da enunciação para, desse modo, procedermos a uma análise mais rigorosa dos processos de polifonia e modalização que se inscrevem nestes discursos em particular.

³⁸ Como já explicámos, optamos por designar a interacção em causa por debate radiofónico, uma vez que assim nos é apresentada por Luís Caetano. Quaisquer considerações finais quanto aos géneros convocados em *Um Certo Olhar* só poderão resultar da análise do quadro enunciativo que agora iniciamos; assim, assumimos a designação de debate radiofónico como provisória.

³⁹ Ver nota 34.

4.2.1 O Moderador

O debate radiofónico é tipicamente gerido por um moderador, um interlocutor institucional que tem um papel discursivo particular, diferenciado, portanto, dos demais participantes. Esse papel cabe a Luís Caetano que, no entanto, no seu discurso de apresentação do programa, tende a esbatê-lo (reconstrói, portanto, a sua imagem e redefine o seu papel), sugerindo uma relação simétrica e igualitária em relação aos interlocutores permanentes (já que os convidados, quando existem, regra geral, têm um papel particular de especialista nos assuntos tratados): nunca se apresenta em termos metacomunicativos como moderador, antes se deixa identificar com os seus interlocutores. Ora inclui o seu nome na enumeração dos participantes:

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa, vicente jorge silva e luís caetano, na semana em que...celebramos o bicentenário da chegada da corte ao brasil

(edição de 30 /11/ 2007, sequência de abertura)

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa, vicente jorge silva e luís caetano. estamos a poucos metros da cimeira união europeia-áfrica que decorre no parque das nações

(edição de 9 /12/ 2007, sequência de abertura)

Ora o destaca, mas mitiga essa distanciação com o advérbio de inclusão *também*:

LC - bem-vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas, inês pedrosa ... esta semana com a presença de joão paulo martins, jornalista especializado em artigos sobre vinho, a quem agradeço a presença neste programa. também com luís caetano. vamos falar de algumas coisas que marcaram os últimos dias

(edição de 19 /10/ 2007, sequência de abertura)

Este posicionamento de Luís Caetano, responsável pelo programa, pode resultar de uma opção programática no sentido de a interacção discursiva que ocorre em *Um Certo Olhar* se distanciar do protótipo do debate radiofónico e de se aproximar de uma relação horizontal mais típica da tertúlia, reconfigurada na sua especificidade de tertúlia radiofónica, em que o moderador se distingue dos participantes, ainda que não se invista

da mesma autoria de que lhe é reservada no debate radiofónico ou televisivo. Aliás, o próprio Luís Caetano designa a interacção em causa por “conversa”, na apresentação do programa do dia 9 de Novembro de 2007, quando, depois da abertura habitual, agradece a participação de Isabel Alçada: “Agradeço-lhe juntar-se à nossa conversa na *antena 2*.”

Em alguns momentos de *Um Certo Olhar*, o papel de moderador é mesmo espontaneamente assumido por um participante em estúdio ou, então, partilhado entre os participantes, com a concordância de Luís Caetano, que aceita e dá acolhimento aos alinhamentos propostos. Estes fenómenos são observáveis nos dois segmentos que se seguem, particularmente no segundo, em que se gera alguma discussão sobre se o tema da cimeira EU-África deve ou não ser adiado para a sessão seguinte. Note-se, em particular, a postura de Maria João Seixas que se nega a falar sobre o assunto nesta sessão (*eu hoje não falo, eu hoje não falo*), enquanto Vicente Jorge Silva, contrariando a proposta de Maria João Seixas, aprovada implicitamente por Inês Pedrosa (*cinco minutos é muito pouco*) e pelo moderador, comenta o facto do problema de Darfur não ter sido tratado na cimeira. Assistimos, em suma, a uma negociação em estúdio, em relação à qual o moderador toma a posição de decisor democrático (*se for a opinião comum*), não impondo a sua vontade sobre Maria João Seixas, que não quer falar, nem sobre Vicente Jorge Silva, que quer.

Da negociação vai resultar o agendamento do tema para a sessão de 14 de Dezembro, em que a cimeira EU- África foi, de facto, o tema dominante.

1.

MJS – (...) esse mesmo jornalista passou a ser ainda mais conhecido quando há uns anos ... e vou-te dar a deixa para entrarmos num dos temas, se quiseres, num dos temas que nos **propuseste** ver ... uma investigação ácida, rigorosa, cáustica sobre um desmando financeiro [...] ora bem, a democracia serve para denunciar, entre outras coisas, para se poder denunciar, de facto, usos e abusos, mas também não pode deixar de servir para condenar. **e passamos ao tema que tu nos propuseste, se quiseres, do bcp**

(edição de 9/10/2007, min. 12:32)

2.

LC– [...] ora ... neste sábado, a cimeira abriu com José Sócrates ...*eh...*a sublinhar que os direitos humanos são património universal e não apenas de um continente, ...*eh...* especificando o drama humanitário no darfur e a grave situação dos direitos humanos no zimbabwe, disse que a segunda cimeira entre a união europeia e áfrica vai ter como... questão principal, a questão dos

direitos humanos. eh... os vossos comentários a esta... a este evento que decorre aqui perto que levou também >

MJS– *não, oh...oh... oh luís, eu proponho que...que..que possamos abrir o próximo programa já com mais informações sobre a cimeira e com mais tempo para debater isso ...eh...>*

IP – *é uma matéria grave, cinco minutos é muito pouco*

MJS– *acho...acho...acho que todos com certeza temos coisas a dizer...estamos aqui porque temos coisas a dizer...impressionisticamente, eu sempre muito... os meus queridos camaradas de bancada mais objectivos...eh...mas...mas...é uma questão... é uma questão que tenho comigo mesmo... áfrica, e eu gostaria...*

LC– *se...se for opinião comum...passamos*

VJS – *não... mas há uma coisa...eu acho que de facto,*

MJS – *eu hoje não falo, eu hoje não falo*

VJS – *eu só diria o seguinte, eu acho que de facto a questão do darfur...eh... independentemente das apreciações ...eh...que se possa ter sobre o assunto ou de considerar que há um genocídio ou não há um genocídio é uma situação de uma gravidade tão grande, que acho incrível que não se tenha...eh... levantado[...]*

(edição de 9/12/2007, min. 49:02)

Outros exemplos desta flexibilização de papéis poderiam ser apresentados. Estas tentativas nem sempre são aceites pelo moderador, cuja autoridade (institucionalizada pelo subgénero activado) nunca é questionada, como aliás se pode confirmar nestes dois exemplos apresentados atrás: o reconhecimento da condição de aceitação por parte do moderador é visível na oração subordinada condicional “se quiseses” (**I.**); por outro lado, no segundo exemplo, a modalização resultante da selecção do verbo *proponho* (“eu proponho”) e do recurso ao verbo modal *poder*, com valor de permissão, conjugado no modo conjuntivo (que embora seja obrigatório neste contexto sintáctico não deixa de retirar a força assertiva ou directiva ao enunciado) são dispositivos linguísticos que confirmam a imagem de autoridade do alocutário, neste caso, o moderador.

Por outro lado, o esvaziamento da distinção de papéis comunicacionais (moderador e participantes) também é visível à superfície do texto pela utilização do deíctico *nós*, com carácter inclusivo. Vejamos uma sequência ilustrativa desse dispositivo, que ocorre depois de Luís Caetano ter solicitado comentários sobre a capa de uma edição da revista *Atlântica*, e de esta ter sido severamente criticada por Inês Pedrosa e Villaverde Cabral:

LC – *nós falamos dela [revista], mas não a compramos [risos]*

(edição de 26/10/2007, min. 48:50)

Temos, assim, um moderador que se coliga com os interlocutores, criando uma horizontalidade relacional. Esta horizontalidade, a que o tratamento não deferencial⁴⁰ vem acrescentar uma proximidade afectiva, aproxima-se da configuração da tertúlia radiofónica tal como a descrevemos no capítulo anterior. É esta reconfiguração do papel de moderador, no contexto de uma intersecção de géneros, que permite a Luís Caetano (ainda que episodicamente) participar de forma activa na interacção, dando opinião sobre as questões tratadas, flexibilizando assim o estatuto de agente exterior à discussão que configura o moderador.

A existência de alguma flexibilidade no que respeita aos papéis discursivos não quer dizer, contudo, que Luís Caetano não desempenhe um papel actancial distinto dos outros, que o aproxima do perfil do moderador de um debate radiofónico, agente exterior à discussão, a quem cabem as funções de gestão de vezes de elocução, de introdução, reorientação e síntese/fechamento de sequências temáticas, de relação com os ouvintes e de moderação de conflitos que transponham o que as convenções institucionais determinam.

4.2.2 Os Participantes

Os três participantes residentes de *Um Certo Olhar*⁴¹ são figuras públicas da vida cultural portuguesa, correspondendo assim ao perfil pré-discursivo dos participantes da tertúlia radiofónica, tal como o apresentámos no capítulo anterior.

Tratando-se de um discurso mediatizado é importante que os participantes sejam vozes pertinentes e que gozem de autoridade junto dos ouvintes que, no nosso caso, poderemos identificar com a autoridade intelectual de que nos fala Luisa Santamaría⁴².

Um debate radiofónico perderia o impacto e, conseqüentemente, um nível de audiências que o justificasse, se os seus participantes não merecessem a credibilidade dos seus ouvintes, que são por sua vez seleccionados pela imagem pública dos

⁴⁰ Os interlocutores tratam-se por *tu*, recorrendo à segunda pessoa do singular na conjugação verbal, o que em português marca uma relação informal ou familiar. Por outro lado, não usam formas de tratamento com marcas sociais ou académicas (senhor, senhor doutor; etc.)

⁴¹ Concentramo-nos nos residentes, já que os convidados constituem um grupo aberto, em que cada indivíduo participa apenas numa edição, cujo desenvolvimento temático justifica a sua presença (os participantes convidados têm geralmente o estatuto de locutores especializados). O carácter não regular e heterogéneo destes participantes justifica a sua exclusão da descrição prototípica de *Um Certo Olhar*, que, na maior parte das edições, não conta com participantes para além dos residentes.

⁴² Cf. página 41

participantes e do moderador. No nosso caso, essa credibilidade é desde logo assegurada pelo perfil público pré-discursivo de Maria João Seixas, Inês Pedrosa e Vicente Jorge Silva, o que não os dispensa, contudo, de confirmar e reforçar esse perfil na prática discursiva. Aristóteles já apontava para a importância da construção da imagem do locutor através do próprio discurso:

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão. (Aristóteles:1356a)

O *ethos* pré-discursivo⁴³ destes participantes (que é também importante na construção da imagem do locutor, em particular no contexto da comunicação social, que joga com figuras mediáticas) assenta nas suas intervenções públicas anteriores (curiosamente de cariz maioritariamente discursivo, oral e escrito), e no seu currículo profissional, bibliográfico e político. Um ponto comum a todos é a ligação com os meios de comunicação social de referência (referimos apenas alguns factos): Maria João Seixas foi responsável por uma série de entrevistas semanais do jornal diário *Público*, que compilou em dois volumes publicados em 2007 e 2008, respectivamente, sendo o segundo prefaciado por Inês Pedrosa. Vicente Jorge Silva é jornalista colaborador no semanário *Sol*, foi co-fundador do semanário *Expresso* e o primeiro director do jornal *Público*. Inês Pedrosa participa como cronista no *Expresso* e tem formação superior na área das ciências da comunicação. Estes três participantes são figuras públicas porque aparecem recorrentemente na televisão portuguesa, geralmente em programas informativos ou de opinião sobre a actualidade.

Esta proximidade com a comunicação social reveste-se de importância acrescida na consolidação da credibilidade dos participantes, na medida em que *Um Certo Olhar* se propõe reflectir sobre a actualidade que, como vimos, a comunicação social configura.

Inês Pedrosa é também conhecida como romancista e Vicente Jorge Silva como cineasta, ainda que a sua produção cinematográfica não seja habitualmente exibida nos circuitos comerciais. Finalmente, é importante referir a experiência política de Vicente

⁴³ Cf. Maingueneau 2002

Jorge Silva como deputado da Assembleia da República e de Maria João Seixas como assessora do Ministério da Cultura, no XIII governo constitucional.

São figuras que nos habituamos a ver nos jornais, na rádio (incluindo em edições anteriores de *Um Certo Olhar*) e na televisão, não em programas de grandes audiências em horários privilegiados, mas antes em programas de cariz mais cultural, no sentido mais estrito do termo.

Já referimos no capítulo anterior que a interacção discursiva que caracteriza *Um Certo Olhar* não é tipicamente polémica ou agonal. De facto, constatamos sobretudo uma partilha de competências enciclopédicas e ideológicas que configuram o protótipo da tertúlia e se distanciam do confronto típico do debate. Essa proximidade entre os locutores e o carácter horizontal da sua relação é visível à superfície do discurso nas formas de tratamento não deferencial (o *tu*, com a conjugação verbal na segunda pessoa do singular sem recurso a tratamentos formais de significação social ou académica) já observadas em relação ao moderador e que as transcrições presentes ao longo do nosso trabalho confirmam. Podemos ainda reconhecer esta proximidade entre os locutores pela recorrência do deíctico *nós* com valor referencial inclusivo ⁴⁴.

Maria João Seixas designa até os demais participantes (não o moderador) por “meus queridos camaradas de bancada” (edição de 9/12/2007, min. 49:56), metáfora que representa claramente a ideia de identidade ideológica (ainda que os participantes não assumam representatividade partidária neste programa) e paralelismo institucional; de facto os debates parlamentares não se desenvolvem entre “camaradas de bancada”, que funcionam, pelo contrário, com uma identidade partidária colectiva.

Há outro momento que nos parece particularmente esclarecedor desta relação de identidade ideológica entre os participantes, que propicia o tom amigável da interacção verbal característico da tertúlia. Depois de uma sequência em que se manifestam discordâncias – configura-se uma coligação, ainda que temporária entre Maria João Seixas e Inês Pedrosa, que se opõem a Vicente Jorge Silva – em torno das características e da qualidade do actual cinema português, ocorre este momento de

⁴⁴ Por vezes ficamos com dúvidas sobre se o moderador é abrangido nessa inclusão. Vejamos um exemplo (edição de 30/11, min:41:18), entre muitos outros, em que essa ambiguidade prevalece: depois de ter sido ouvido um excerto de uma conversa telefónica entre dois oficiais da censura do antigo regime, os participantes discutem sobre as formas de coacção do regime. Vicente Jorge Silva intervém:

VJS : mas eu gostava de dizer uma coisa a propósito da censura, só...muito breve. é que isto que nós ouvimos é de tal maneira grotesco e ridículo...eh...cómico, tem um efeito cómico...eh... nós estávamos aqui a rir enquanto ouvíamos o...eh... aquela conversa...eh... entre os dois censores

Trata-se de uma passagem em que a primeira ocorrência do deíctico *nós* inclui todas as pessoas em estúdio (e também os ouvintes), incluindo o moderador que certamente ouviu o registo. A questão que se levanta é se o moderador também se riu (segunda ocorrência do deíctico), partilhando com os demais esse juízo unânime sobre o registo telefónico apresentado em estúdio.

argumentação/contra-argumentação que tem por base justamente a explicitação de relações interaccionais:

VJS – o antónio reis é uma pessoa que faz muita falta...eh... esse tipo de olhar sobre...sobre portugal. eu estava a dizer é.. mais...os...jovens cineastas. mas pronto. já vi que estou em minoria e, pronto, estamos divididos

MJS – não, nunca estás, connosco...connosco

LC – na realidade estás com a maioria que não tem grande apreço sobre o cinema português

VJS – não, pronto. mas isso é saudável

MJS – não...

VJS – então a gente não tem que estar sempre a dizer a mesma coisa e ter sempre as mesmas opiniões. era o que faltava

(edição de 9/12/2007, min. 38:33)

É reveladora a reacção de MJS, que não admite a ideia de divisão: nega-a sucessivamente com os advérbios *não* e *nunca* e contrapõe-na afirmando a inclusão com o pronome pessoal de referência deíctica *connosco*. De facto este pronome tem uma marca semântica de inclusão, resultante da presença contraída da preposição *com* e da convocação do plural da primeira pessoa. Por sua vez, VJS contra-argumenta em relação àquilo que é pressuposto em função da selecção da adversativa *mas*: a ideia de que não é “saudável” ou desejável que haja dissensão. O mesmo pressuposto pode ser inferido a partir da negação *a gente não tem de estar sempre a dizer a mesma coisa e ter sempre as mesmas opiniões*. O advérbio de predicado *sempre* vem sugerir que a concordância é a norma, pouco ou nada permeável à excepção.

Observamos ainda que a construção argumentativa não é independente da manifestação de emoção, em repetições, interrupções e outros mecanismos prosódicos (nem sempre identificáveis nas transcrições que apresentamos). É o caso da perturbação provocada pela constatação inicial de VJS (*já vi que estou em minoria e, pronto, estamos divididos*), visível na sobreposição de vozes e nas repetições que dão conta de algum desconforto provocado pela dissonância de opinião. Por outro lado, as ocorrências lexicais de *pronto* e de *então*, com valor interjectivo, também constituem marcas dessa perturbação emocional que a situação de discordância trouxe.

Nesta passagem podemos ver, mais uma vez, o tom informal que caracteriza a tertúlia, no discurso de VJS, no uso da forma “a gente” : *então a gente não tem que estar [...] era o que faltava*.

Apesar desta partilha de competências enciclopédicas (muito raramente são necessários esclarecimentos sobre referentes de factos, nomes ou obras mencionados: todos sabem de que se está a falar) e ideológicas, há uma constante flexibilização de papéis, de reconstrução da imagem dos locutores e de processos de coligação ao longo da interacção verbal. Como referimos atrás, a imagem do locutor é (re)construída no discurso, tal como a imagem dos interlocutores e as relações que se instituem. Observemos, a título ilustrativo, a seguinte passagem, em que Inês Pedrosa se manifesta acerca de uma notícia do jornal *Público* de 4 de Dezembro de 2007, intitulada “Chavez perdeu e assume a derrota, por enquanto”, que vem em parte corrigir a notícia do dia anterior que atribuía a vitória ao presidente da Venezuela num referendo, o que, afinal, não aconteceu (o jornal terá arriscado prever o resultado do referendo e incorreu num erro grave):

IP – *deixa-me só dizer uma coisa. o meu pequeno momento feminista do dia. posso? eu quando li... sabes o que é... a primeira coisa que eu pensei quando li essa manchete? pensei... fosse eu directora do público... quem diz eu, diz outra gaja[tom mais alto na enunciação de gaja] qualquer[risos no estúdio]éramos corridas na manhã seguinte como louras... impossíveis e estúpidas*

LC – *hum...hum*

IP – *porque isso é uma coisa inadmissível num jornal desta responsabilidade e certa>*

(edição de 9/12/2007, min. 43:34)

Inês Pedrosa apresenta-se como femininista: é no contexto desse *ethos* discursivo que se propõe falar. Anuncia o carácter temporário desta função (*o meu pequeno momento*), o que marca alguma distância da locutora em relação ao enunciador que convoca, que, inversamente, é atenuada pela selecção do determinante possessivo na primeira pessoa (*meu*). O pedido de licença evidencia, por sua vez, o reconhecimento, por parte da locutora, de que os interlocutores não a reconhecem nessa imagem que propõe, portanto tem de negociar a aceitação desse enunciador por parte dos interlocutores e dos ouvintes. No seu discurso convoca, através de processos polifónicos, a argumentação que opõe “feministas” a “machistas”, no quadro de um certo lugar-comum que todos parecem reconhecer. Convoca assim o discurso típico do “machista”, com a selecção do nome *gaja* (o riso generalizado indica que os interlocutores entenderam o processo polifónico accionado) e com alusão ao discurso depreciativo sobre as mulheres loiras. Assim, a locutora não só convoca um enunciador

representativo das mulheres “feministas”, como traz para o seu discurso a voz dos homens “machistas”. A sua argumentação é construída a partir do seu ponto de vista de mulher, que partilha com todas as mulheres, como evidencia o uso da primeira pessoa do plural (*éramos*), mas na linguagem típica dos machistas. Desta distância resulta um efeito irónico.

O próprio moderador, mais do que uma vez, condiciona a imagem do locutor, evidenciando uma característica que considera pertinente, diferenciando-o, assim, dos outros participantes. Fá-lo, por exemplo, quando solicita a opinião de Inês Pedrosa enquanto representante de uma geração que não viveu no antigo regime (imagem parcialmente contestada pela locutora, que com o seu riso aceita tacitamente esse papel de contraponto aos seus interlocutores mais velhos e com uma experiência diferente):

LC – *as gerações que não viveram...eh...esse fascismo, essa...eh... ditadura... têm mais dificuldade em entender esta falsa, esta falta de justiça para com os agentes da pide? inês pedrosa...representante dessa geração [entoação vocativa]*

IP – *[risos] não viveram, quer dizer... no meu caso eu vivi onze anos na longa noite [risos]*

(edição de 30/11/2007, min. 35:49)

Fá-lo ainda, relativamente a Vicente Jorge Silva, quando um dos temas em estúdio é o cinema de Manoel de Oliveira, procurando marcar o seu discurso com um carácter mais técnico ou especializado, já que selecciona no locutor a sua condição de realizador de cinema. Vicente Jorge Silva recusa essa imagem, que suscitou reacção (risos) no estúdio, talvez para manter a sua relação de igualdade com os interlocutores que caracteriza a tertúlia, numa atitude de modéstia:

LC – *vicente, senhor realizador...eh...[risos]mas ainda sobre saramago, não...não comentaste >*

VJS – *(...) sou jornalista, de vez em quando faço umas coisas*

(edição de 09/12/2007, min. 14:14)

Esta flexibilização torna-se evidente se analisarmos, na esteira de Maria Marques (2000), os diferentes valores referencias do deíctico *nós* ao longo do nosso *corpus*: nós-os presentes em estúdio, nós-os portugueses, nós-as mulheres (MJS e IP), nós-os mais velhos que partilhamos experiências não conhecidas dos mais novos (VJS e MJS), nós-os portugueses que colonizaram África, entre outros.

Kerbrat-Orecchioni (1995) reflecte sobre os processos de coligação, e aponta para a hipótese de, no trílogo, as coligações resultarem num esquema 2+1 (isto é, dois contra um). De facto, aquilo que verificamos em *Um Certo Olhar* é a ocorrência de algumas coligações temporárias, que não se sedimentam, o que, a acontecer, iria isolar um interlocutor em relação aos outros dois. Esta flexibilidade vem precisamente anular um quadro de coligações pré-definidas como acontecem, por exemplo, em debates parlamentares em que os interlocutores se agrupam em função da sua representação partidária. Em *Um Certo Olhar* não há, assim, relações interpessoais privilegiadas ou dominantes: os três intervenientes movem-se no mesmo espaço relacional.

O nosso objectivo, como já dissemos, é neste momento traçar o quadro comunicativo de *Um Certo Olhar* de modo a assegurarmos um maior rigor na análise dos mecanismos linguísticos de polifonia e modalização. De qualquer modo, julgámos importante demonstrar que não há, ao longo dos oito programas que constituem o nosso *corpus*, uma isotopia enunciativa; há sim alguma estabilidade que nos serve de referência. No que se refere ao domínio dos interlocutores, a análise do *corpus* aponta para um quadro comunicativo mais próximo do protótipo da tertúlia radiofónica, uma vez que a nota dominante é a proximidade afectiva, enciclopédica e ideológica.

Não podemos encerrar a nossa análise dos participantes sem olhar para o público ouvinte, que é afinal o destinatário último do discurso radiofónico. Este público, porque não se constitui alocutário, só pode ser reconhecido na imagem que os locutores fazem dele, imagem essa que poderemos reconstruir a partir da superfície do texto.

Primeiramente, porém, temos de reconhecer um destinatário plural que partilha pelo menos da competência enciclopédica dos participantes no debate, cujo discurso não é pedagógico no sentido em que não prevê a falta de competências no outro. Por outro lado, uma vez que se trata de um público livre, depreendemos que aqueles que escolhem ouvir este programa - num acordo tácito de cooperação - reconhecem a credibilidade dos participantes e a pertinência das suas vozes.

A partir do nosso *corpus*, torna-se difícil reconstruir a imagem dos ouvintes com base no discurso dos interlocutores em estúdio porque faltam evidências. Na realidade, não são muitas as alusões directas ao público. Se tomarmos, como amostra aleatória, cinco edições do programa (edições de 5/10/2007; 12/10/2007; 19/10/2007; 9/11/2007 e 9/12/2007) verificamos que, no total, há apenas três breves referências/interpelações ao público ouvinte, nomeadamente nas edições de 12/10 (min. 20:43), de 9/11 (min. 22:10) e de 9/12 (min. 55:50). De facto, a sua convocação acontece apenas episodicamente, às

vezes para o redefinir, como acontece, por exemplo, na sequência que transcrevemos em baixo a propósito do *Estatuto do Aluno do Ensino Não Superior*, em que o moderador parece querer lembrar o facto sensível de estarem a ser ouvidos por um público especializado; outras vezes para justificar uma intervenção (2.) ou ainda para responder a comentários que chegam ao programa, como faz Maria João Seixas no final da sessão de 9 de Dezembro de 2007.⁴⁵

1.

LC - voltamos ao caso, maria joão[entoação vocativa] ...estão professores a escutar-nos

(edição de 9/11/2007, min. 22:10)

2.

IP - ...só para explicar melhor às pessoas...

(edição de 12/10/2007, min. 20:43)

Há, no entanto, sinais que apontam para alguma familiaridade entre o público e o estúdio, aliás característica, como vimos, da tertúlia radiofónica, que pressupõe uma relação de fidelidade. As sequências sem intervenção do moderador – que tem sempre a preocupação de nomear os locutores de modo a que a sua voz seja identificada pelos ouvintes – são várias e por vezes alongadas, o que exige que os ouvintes, situados num espaço exterior, reconheçam as vozes. Destaca-se uma passagem em que a proximidade com os ouvintes é marcada pela forma de tratamento (*queridos ouvintes* e a forma “vós” em *estais cientes*) e pelo estabelecimento de alguma cumplicidade (de quem faz uma queixa ou um desabafo), em oposição à relação de alguma conflitualidade em estúdio, resultante do desrespeito pela vez de elocução por parte de VJS, que interrompe sucessivamente MJS:

MJS – queridos ouvintes [risos vários]>

IP – isto está difícil

MJS – estais cientes de que eu estou serena... que, de facto...eh...aturar estas...estas intromissões do meu...queridíssimo amigo vicente jorge silva

(edição de 12/10/2007, min. 17:15)

⁴⁵ Cf. nota 22

Em contrapartida, minutos depois, encontramos uma sequência em que é atribuído aos ouvintes um papel inibidor, distanciando-os de um espaço de cumplicidade estabelecida no estúdio (ainda que MJS, mais uma vez, quebre essa reserva em relação aos ouvintes que pressente na atitude protectora – assim a interpreta - dos seus companheiros de estúdio):

LC – *portanto, a questão de que o colonialismo português não foi dos piores... é isso que estás a dizer?*

MJS – *ah isso não foi com certeza, embora é sempre...>*

LC – *mas isso...*

MJS – *embora é sempre... não, mas eu... deixem-me, deixem-me falar à minha vontade. deixem-me dizer asneiras. deixem que os ouvintes digam que eu disse... que eu disse asneiras.*

(edição de 14/12/2007, min. 23:20)

Já na edição de 19 de Outubro de 2007, podemos observar um momento de proximidade com o público, marcado pela informalidade do discurso com que o participante convidado João Paulo Martins, também jornalista, o refere. Acusar outro de “invejosos” só não é ofensivo quando há uma relação interpessoal de grande confiança que a JPM pressupõe e que os seus interlocutores confirmaram com a sua reacção. É um dos momentos em que a informalidade em estúdio se torna bem evidente:

LC – *o adriano a ser... redescoberto por alguns, a ser recordado por tantos outros...eh...agora que...eh...passam 25 anos sobre a morte de adriano correia de oliveira*

MJS – *vamos...vamos beber?*

LC – *vamos brindar*

MJS – *vamos lá, vamos brindar*

LC – *brindar porque estamos...eh...estamos com um vinho do porto...eh...muito, muito agradável, muito bom [som dos copos a tocarem-se em brinde]*

JPM – *isto é para fazer inveja ao público [risos no estúdio] (...) estamos aqui a brincar com os copos*

(edição de 19/10/2007, min. 42:30)

Este registo informal, muitas vezes decorrente do léxico convocado, constrói a imagem de um público próximo dos interlocutores. Esta identificação é tácita e talvez por isso a convocação desse público ocorra apenas ocasionalmente, quando há uma situação menos usual.

De facto a questão impõe-se: até que ponto o discurso é condicionado pelo seu carácter mediático? A questão já foi levantada a propósito da tensão entre a espontaneidade característica da tertúlia e os condicionalismos próprios do discurso público. Apesar de ser difícil encontrar evidências num *corpus* que apenas selecciona um desses registos (só um estudo comparativo poderia fornecer-nos os dados necessários para analisarmos com rigor esta questão) encontramos sinais que dão conta da consciência meta-enunciativa dos locutores relativamente à necessidade de modalização do enunciado em função da sua inscrição no espaço público.

Analisemos um segmento da edição de 26 de Outubro de 2007 de *Um Certo Olhar*, que nos dá conta dos constrangimentos que o espaço público institucional (que na tertúlia radiofónica se diferencia da tertúlia entre amigos pela abertura do sinal aos ouvintes) impõe na selecção lexical.

Nesta edição, os participantes no debate convocaram várias vezes, com ironia, as palavras do primeiro-ministro português, José Sócrates, no final do discurso em que apresentou o resultado das negociações do tratado de Lisboa, em Outubro de 2007, dirigindo-se ao então presidente da comissão europeia, Durão Barroso: “Foi porreiro, pá”. Crê-se que o primeiro-ministro não tinha consciência de que os microfones estavam ligados, portanto as condições de enunciação que assumiu não coincidiram com aquelas que, de facto, aconteceram. A diferença consistiu precisamente na presença (não prevista pelo locutor) dos ouvintes que os meios de comunicação introduzem, que, por sua vez, assumem determinada imagem institucional do locutor. Luís Caetano dá bem conta desta diferença, de certo modo defendendo o locutor cuja imagem privada, não institucional, foi inadvertidamente exposta em público.

LC – mas esse verbo [rir] não existe em linguagem eurocrata. o rir é...é muito raro

IP – pois, o que conseguem é dizer porreiro que é uma palavra ainda por cima pesada

LC – mas também foi em off...foi em off

IP – eu não tenho nada contra o calão, mas (...)

(edição de 26/10/2007, min. 07:37)

A *gaffe* foi comentada na comunicação social, foi título de jornais e foi, como já dissemos, inscrita, nos discursos (polifónicos) de Villaverde Cabral e de Maria João

Seixas ao longo da edição de 29 de Outubro de *Um Certo Olhar*⁴⁶. Esta reacção demonstra uma consciência colectiva de que o adjectivo *porreiro* não é adequado num quadro em que o locutor (que é primeiro-ministro) interage com os portugueses que acabaram de ouvir o seu discurso público e mediatizado. Manuel Villaverde Cabral aponta para esta marca de registo familiar⁴⁷ do adjectivo *porreiro* através da sua recontextualização num enunciado com outras opção lexicais que partilham desse universo, marcando assim a sua distância crítica:

MVC – [...] *tenho a certeza ... enfim...que o tratado foi porreiro para o sócrates. não tenho nada a certeza que seja porreiro para nós...eh...para o resto da malta*

(edição de 26/10/2007, min. 13:12)

Esta consciência da necessidade de modalização do discurso público pode levar-nos a inferir que o registo usado em *Um Certo Olhar* é falsamente espontâneo, na medida em que recria, como é próprio da tertúlia radiofónica, uma interacção verbal (a tertúlia entre amigos) mas introduzindo condicionantes institucionais⁴⁸. Por outro lado, podemos dizer que esta consciência meta-enunciativa se torna visível à superfície do texto nas ocorrências da modalização autonímica, mais provável no discurso oral, em que a planificação do discurso é simultânea com o dizer.

Os exemplos que a seguir apresentamos ilustram alguns aspectos da modalização autonímica, sobre os quais reflectiremos a seguir:

IP – *exacto. eu... eu por acaso da de portugal....de portugal, desconhecia. a de espanha acho muito...eh...meritória [tom de gracejo], acho muito necessária nesta fase do campeonato...eh...e...nasceu, tanto quanto eu sei, do problema do terrorismo e da forma como...como o, o governo...como ambos os governos têm lidado com o terrorismo, uns a mata-cavalos e outros com festinhas na... portanto.. os anteriores... a direita a mata-cavalos, não resultou também e a ... esquerda... e eu digo a esquerda...eu não sei... por acaso o caetano veloso no show que fez cá em lisboa dizia que a ... as distinções... falar de direita e esquerda hoje em dia é um pretensiosismo... e eu achei graça e acho que é uma boa expressão..eh...aliás*

⁴⁶ O episódio foi apresentado nos principais telejornais nacionais e foi notícia nos jornais, no dia seguinte ao episódio (20 de Outubro): *Diário de Notícias*, *Público*, *Jornal de Notícias*, entre outros. As palavras ditas pelo primeiro-ministro foram ainda citadas como título de um artigo do semanário *Expresso* de 29 de Dezembro de 2007, em que Luísa Meireles aponta a assinatura do tratado de Lisboa como um “acontecimento nacional” de 2007. A dimensão desta ocorrência e o seu impacto na sociedade portuguesa é ainda hoje visível através de uma consulta à blogosfera, em que se encontram muitas referências ao episódio, muitas vezes irónicas ou satíricas, e se pode constatar a recorrência da expressão “porreiro pá” muitas vezes recontextualizada.

⁴⁷ Mais do que registo familiar, podemos identificar um determinado sociolecto ligado a uma geração (a de José Sócrates) e a um espaço de convívio informal.

⁴⁸ Cf. Gotzon Toral, citado na página 42.

duvido que o ps português também... se possa chamar hoje em dia, pelo menos o de josé sócrates, um partido de esquerda

(edição de 26/10/2007, min. 25:00)

Esta intervenção de Inês Pedrosa veio a propósito do subtema lançado pelo moderador: o surgimento de novos partidos políticos na Europa, como por exemplo a UPD em Espanha e o MMS em Portugal. Verifica-se desde logo uma hesitação por parte da locutora na utilização das palavras “esquerda” e “direita” neste contexto, que se torna visível pelos silêncios que antecedem a sua enunciação. A partir de certo ponto, o sentido destas palavras passa a ser o tema central do discurso⁴⁹, revelando a consciência da locutora em relação aos efeitos da sua utilização na sua própria imagem. É evidente a intenção de acentuar a imagem de alguém com consciência política e capaz de reconhecer o esvaziamento de sentido que estes termos sofreram, de uma locutora que não usa os termos com ingenuidade.

Em outros momentos, a consciência metadiscursiva passa pela reformulação do discurso, como acontece com a substituição lexical que Maria João Seixas faz, face à intervenção do moderador, e que resulta da reavaliação do sentido do adjetivo *grave* (a interacção desenvolve-se em torno da não presença da então Ministra da Cultura numa cerimónia de homenagem a José Saramago):

MJS – *a questão de saramago é... é...simbolicamente bastante grave... de facto não... não custava nada [tom de gracejo] à ministra da cultura... para já devia ter conhecimento do que se passa e, depois, apesar de tudo, é uma homenagem ao nobel de... da literatura. acho que... acho que devia...uma representação*

LC – *deve ter muitas homenagens...eh...todos os anos>*

MJS – *não, mas por alguma razão esta...eh...é, é...particular. então que se faça uma...uma escolha. eu disse grave, enfim não direi grave mas...eh...não podia acontecer e acho que há uma sucessão de ausências*

(edição de 30/11/2007, min. 02:33)

Nesta passagem podemos ainda descobrir a consciência meta-enunciativa, no tom de gracejo que acompanha a enunciação de *não custava nada à Ministra*, que pode ser

⁴⁹ Podemos analisar esta viragem temática à luz da tensão entre o plano do dizer (sobre a criação de um novo partido político em Espanha) e o plano do comentário autonómico, que suspende a linha enunciativa para perspectivar as formas significantes “direita” e “esquerda”. Talvez neste caso possamos considerar que o comentário ultrapassou o tempo de suspensão admissível, de modo que não permitiu a retoma da linha enunciativa interrompida (a locutora passou a centrar o seu discurso na política do primeiro ministro José Sócrates).

interpretado como um comentário da locutora ao seu próprio discurso, consciente dos efeitos desta adopção de um registo familiar na desvalorização dos factores institucionais e da imagem da Ministra da Cultura. Ao adoptar um tom de gracejo, a locutora distancia-se do seu próprio discurso, ou seja, distancia-se de um enunciador que não reconhece o papel oficial de representante do estado português da Ministra da Cultura ou, então, não reconhece o significado institucional da homenagem ao prémio Nobel português.

Podemos ainda encontrar no nosso *corpus* de análise registos que evidenciam a consciência dos locutores relativamente a outros aspectos metadiscursivos como sejam, por exemplo, o reconhecimento e antecipação do plano textual que constroem, como se pode ver, por exemplo, em enunciados que começam por anunciar características dos discurso a produzir:

IP – *muito resumidamente, acho que o nobel foi bem atribuído*

(edição de 19/10/2007, min. 56:56)

MJS – *não. eu não estou de acordo. vamos lá por partes. primeira parte. e porque se referiu esta figura[...]*

(edição de 14/12/2007, min. 13:20)

A modalização autonímica vai sendo observável à superfície do texto como estes exemplos ilustram e aos quais poderíamos acrescentar muitos outros que vão surgindo ao longo do nosso *corpus*. Não podemos afirmar que a presença dos ouvintes é o único factor que acciona esta vigilância, mas podemos colocar essa hipótese a partir da observação de que os locutores têm consciência crítica sobre o seu próprio discurso e sabem o quanto ele é importante na construção da sua imagem. Transcreveremos um momento em que esta noção é explicitada por Vicente Jorge Silva, quando o tema central da interacção é a cimeira EU-África:

VJS – *alguns [dirigentes africanos] deviam estar presos...desde*

IP – *quase todos*

VJS – *desde o tipo do sudão, desde o ditador sudanês, passando por alguns cleptocratas e ditadores africanos que são personagens....eh...enfim, eu não gostava de cruzar com eles. e não é... atenção! a gente tem que falar dos africanos sem complexos de, de*

IP – *pois*

VJS – *de ...ou de **podermos ser considerados racistas** ou qualquer coisa no género. eu acho que não>*

IP – *aliás eles jogam com isso*

VJS – *não sou racista. claro que não sou*

IP – *eu também não*

VJS – *eu não sou verdadeiramente racista...eh...e que não podemos passar a vida inteira sempre com esse complexo, que, **quando eu digo... eh... critico... um líder africano ou faço uma referência dessas...eh... sou logo imediatamente suspeito de ter uma atitude sobranceira do ocidental colonizador..eh.. eu acho que isso... só queria fazer este ponto***

LC – *essa ressalva, está feita*

VJS – *este esclarecimento. peço desculpa à minha amiga...*

(edição de 14/12/2007, min. 14:20)

Esta passagem ilustra bem uma consciência meta-enunciativa que parte da duplicação do locutor em receptor do seu próprio discurso, operação que o faz reconhecer uma interpretação não coincidente com a sua. Recuperemos, para a leitura desta ocorrência de modalização autonímica, as palavras de Authier- Revuz:

Nous dirons donc, non pas que a modalité autonome «constitue le lieu où l'énonciateur tient compte du langage des autres» masi celui où il tient compte de l'autre qui marque son langage, «autre» dans lequel on trouve, entre autres, le «langage des autres» (1995 Vol.I:160)

Os principais destinatários deste esclarecimento serão muito provavelmente os ouvintes; é com a imagem que os ouvintes podem construir do locutor que este se preocupa, consciente de que eles podem reconhecer no seu discurso determinados valores racistas de que ele sente necessidade de se demarcar. Por outro lado, há no discurso do locutor a consciência de que a sua imagem pré-discursiva não é a de um racista (*não sou racista. claro que não sou*): a presença do advérbio *claro*, que tem uma função modalizadora, pretende ser a confirmação de uma imagem que os ouvintes já têm (é *claro*, porque já há dados anteriores que o asseguram. Os ouvintes já o conhecem – entra em jogo o *ethos* pré-discursivo – o que se torna mais provável no contexto da tertúlia radiofónica em que a fidelidade e a familiaridade são marcas distintivas). Mais do que construir uma imagem, o locutor pretende aqui preservar uma imagem que o seu discurso pode pôr em causa.

Este locutor manifesta mais vezes a consciência meta-enunciativa, como ilustram os dois exemplos de modalização autonímica assinalados a negrito, em que o locutor

fala precisamente sobre líderes africanos, que refere com a terceira pessoa, utilizando o deíctico *nós* para identificar os europeus ou os ocidentais, configurando assim uma distância que também caracteriza o discurso racista:

VJS – *alguns líderes de países onde, apesar de tudo, vigora um regime político... mais normal, digamos assim, como na África do Sul... quer dizer, caramba! façam um esforço! nós é que temos de fazer os esforços todos? temos que aceitar as regras do jogo todas? eles não fizeram esforço nenhum, pois... mas também... que reciprocidade é essa?*

IP – *claro*

VJS – *que é que o senhor Mbeki, que é o herdeiro de Mandela... o herdeiro, o sucessor. não digo que é o herdeiro ... Mbeki, aliás, com posições impensáveis sobre a Sida e outras coisas que tais.*

(edição de 14/12/2007, min.33:33)

4.2.3 A situação espaço-temporal e o propósito do acto comunicativo

Como já referimos, no debate radiofónico há duas instâncias espaço-temporais a considerar: a da gravação, em estúdio, e a da audição num espaço exterior que já caracterizámos em termos prototípicos.

Embora o lugar e o tempo de enunciação sejam referenciados por deícticos (tipicamente *aqui* e *agora*), eles não são partilhados pelos ouvintes, que têm outro *aqui* e outro *agora*⁵⁰. Esta situação não partilhada tem implicações ao nível da construção discursiva. Por um lado, torna necessário explicitar alguns elementos que constituem o cenário da enunciação, de modo a contextualizar os ouvintes, que carecem de uma representação visual do espaço. Esta necessidade de explicitação é por vezes resolvida pelos participantes ou pelo moderador, como acontece, por exemplo, na sequência que transcrevemos:

LC – *eu peço-vos é que deixem o microfone quieto entre ambos [risos vários]*

MJS – *então, mas nós estamos a partilhar... quero explicar aos ouvintes que o meu microfone pifou.*

LC – *é verdade.*

MJS – *e... nós temos um microfone diante de cada um de nós, mas hoje eu tenho de partilhar com o meu camarada de direita [risos dos interlocutores]*

VJS – *da direita, salvo seja.*

⁵⁰ O programa não vai para o ar em directo: é gravado com alguns dias de antecedência.

Por outro lado, o desfasamento espacial levanta dificuldades na identificação dos locutores (que não se vêem a falar) e da rede hierárquica dos destinatários que se vai reformulando ao longo da interacção verbal, muitas vezes reconhecível pela direcção do olhar do locutor e pelo *feed-back* (olhar) dos alocutários, como nos diz Marianne Doury a propósito do quadro comunicativo do debate televisivo:

Enfin, une étude des regards peut également donner des indications sur l'hierarchie des destinataires (...) Mais c'est surtout l'existence de contact visuel (Cook, 1984:126) qui constitue une information pertinente sur le cadre participatif. (Doury, 1995: 230)

A ausência de imagem em rádio implica uma perda de informação, não obstante os esforços que possam ser feitos no sentido de a colmatar (verificamos, por exemplo, a preocupação do moderador em nomear sempre aqueles a quem se dirige). Há sempre alguns elementos extra-linguísticos que configuram uma interacção verbal oral, que os ouvintes apenas podem inferir (salvo aqueles que são audíveis como o riso ou aqueles sobre os quais há informação), o que os coloca numa situação de desvantagem em relação a quem está em estúdio.

No que se refere ao objectivo da interacção oral, ele prende-se necessariamente com a natureza radiofónica do *corpus*. Sem entrarmos na análise de objectivos particulares dos participantes e do moderador, que se vão redefinindo ao longo da interacção verbal, poderemos, a partir dos géneros discursivos convocados (debate radiofónico e tertúlia radiofónica) encontrar um objectivo formativo no programa. Recuperando a perspectiva de Luisa Santamaría sobre a tertúlia, apresentada no capítulo anterior, *Um Certo Olhar* define-se como um espaço de partilha de opinião sobre a actualidade que, do ponto de vista dos ouvintes (destinatários finais do discurso dos *media*) é visto numa perspectiva formativa, já que o “olhar” dos participantes na tertúlia é reconhecido como um olhar credível e esclarecedor. Por sua vez, os participantes acreditam que “têm coisas a dizer⁵¹”. É neste sentido que poderemos compreender o facto de todas as edições do programa encerrarem com uma sequência em que os participantes dão sugestões culturais (literatura, cinema, música, exposições, etc.), que – mais uma vez numa base de cooperação – os ouvintes irão tomar em consideração,

⁵¹ Cf. discurso de Maria João Seixas transcrito na página 53

precisamente porque reconhecem a autoridade daqueles que as fazem, pessoas informadas sobre a actualidade cultural e capazes de seleccionar as obras ou iniciativas melhores.

Com base na análise que acabámos de apresentar, e tendo em conta a reflexão apresentada no capítulo anterior, parece-nos mais adequado enquadrar *Um Certo Olhar* no género “tertúlia radiofónica” do que no género “debate”. Esta opção decorre de vários factores como o grau acentuado de informalidade da interacção verbal, as relações interpessoais de horizontalidade, bem como a flexibilidade na formação de coligações, o carácter não agonal da interacção e a proximidade dos participantes em termos de referências culturais e ideológicas, o papel flexível do moderador e a sua relação de proximidade com os interlocutores em estúdio e, finalmente, a relação de familiaridade com um público que se adivinha fiel e que reconhece a autoridade intelectual dos participantes na tertúlia.

V – ANÁLISE LINGUÍSTICA

Procederemos à análise linguística, na perspectiva já anunciada da polifonia e da modalização, numa amostra do *corpus*: a edição de 14 de Dezembro de 2007 de *Um Certo Olhar*⁵², cuja transcrição integral é apresentada em anexo. Centramo-nos nesta edição porque seria muito ambicioso, no contexto deste trabalho, analisar as cerca de oito horas de interacção verbal que constituem o nosso *corpus*. De qualquer modo, esta opção metodológica não nos impede de recortar sequências de outras edições que possam confirmar ou contrariar observações e reflexões feitas na primeira análise.

5.1. Estrutura interaccional

Como já referimos, a edição que seleccionámos é moderada por Luís Caetano e conta com a participação de Inês Pedrosa, Maria João Seixas e Vicente Jorge Silva.

Podemos delimitar sequências conversacionais ao longo dos 61:21 minutos em que decorre o programa, marcadas pelo moderador, em função de unidades temáticas. Assim, o quadro que se segue descreve a estrutura interna da edição em estudo.

⁵² A selecção desta edição foi, em parte, aleatória. Tivemos apenas o cuidado de seleccionar uma edição cujo quadro comunicativo não se afastasse do modelo dominante, como seria o caso das edições em que participam convidados ou em que algum dos elementos residentes (Inês Pedrosa, Maria João Seixas e Vicente Jorge Silva) não participa.

Um Certo Olhar — 14/12/2007			
Sequências ⁵³	Nº de vezes de tomada de palavra	Nº de intervenções do moderador	Tempo (em minutos)
Genérico: música + título do programa+ música			
1	Sequência de abertura	1-1 (1)	1 (100%) 0:45 – 1:34 (0:49)
transição para sequência 2 (parte da intervenção nº1)			
1			
1			
2	Campanha de promoção de Portugal	1-60 (60)	14 (23%) 1:34 – 6:36 (5:02)
3	Cimeira União Europeia - África	61-235 (175)	39 (22.3%) 6:36 – 42:25 (35:49)
transição para sequência 4 (parte da intervenção nº 235, do moderador)			
4	Videovigilância nas ruas	235-294 (60)	9 (15%) 42:25 – 51:35 (9:10)
transição para sequência 5 (parte da intervenção nº 294, do moderador)			
5	Sugestões aos ouvintes	294 – 334 (41)	14 (34,1%) 51:35 – 58:15 (6:40)
6	Sequência de fechamento	334 – 334 (1)	1 (100%) 58:15 – 58:41 (0:26)
transição para sequência 7 (parte da intervenção nº 334, do moderador)			
7	Música de Zeca Afonso	-----	----- 58:41 – 60:35 (1:54)
Genérico: música + título do programa+ música			

O quadro mostra que há seis sequências na interacção verbal (não contabilizámos a sétima por se tratar de um momento musical) e que a terceira sequência, em torno do tema da cimeira União Europeia-África, é a mais longa, distanciando-se significativamente, em termos de tempo, das restantes.

As duas sequências mais curtas são as de abertura (0:49 min.) e de fechamento (0:26 min.), que são da responsabilidade do moderador. Também é ao moderador que cabe fazer a transição entre as sequências temáticas (sequências transaccionais), que se constituem tipicamente de movimentos de fechamento e abertura.

⁵³ Referimo-nos aqui a sequências temáticas, delimitadas em função da existência de um tema dominante e explicitamente proposto pelo moderador.

Começaremos precisamente por analisar estas sequências iniciais e finais de abertura e fechamento, assim como outros movimentos do moderador (sequências transaccionais) no sentido de reorientar a temática da interacção, através de questões intermédias, e de gerir as vezes de elocução, atribuindo papéis comunicacionais aos participantes.

5.2. Polifonia e modalização no discurso do moderador: as frases interrogativas

Uma das estratégias de moderação a que Luís Caetano recorre é a de questionar os participantes, através da formulação de perguntas. O que verificamos é que a maior parte das perguntas colocadas são interrogações totais, isto é, susceptíveis de ser respondidas em termos de sim/não, que Brès já aponta como estratégia recorrente em debates e entrevistas, ao serviço da imagem do locutor⁵⁴. Claro que uma resposta desse tipo, do ponto de vista pragmático, seria ineficaz, pois o objectivo do moderador é levar os participantes à exposição de opinião e à argumentação. É precisamente este modelo de resposta que os participantes desenvolvem, porque a sua competência pragmática, associada ao conhecimento do subgénero em que se enquadra o seu discurso, os orienta nesse sentido. Repare-se que, quando ocorre uma resposta que se confina a uma manifestação de concordância ou discordância, sem argumentação, os participantes denotam a consciência da sua desadequação pragmática (ainda que não haja qualquer agramaticalidade a nível sintáctico ou incoerência semântica). Vejamos a seguinte sequência⁵⁵

(249- 43:39m) MJS —é conhecida a serenidade das minhas intervenções e... portanto[risos IP]eu estou no centro. olha, eu...eu...eu talvez vos surpreenda, mas eu também não... quer dizer... este (...) das vigilâncias nas ruas, a mim não me incomoda nada...quer dizer...já me incomodou entrar em centros comerciais e em instituições, em edifícios, e habituar-me às câmaras... bancos... mas uma vez que...que me habituei, não...não me choca nada a presença de mais câmaras ...eh... na rua, nos...

⁵⁴ Cf. página 20

⁵⁵ Todas as transcrições apresentadas neste capítulo serão, salvo indicação contrária, relativas à edição de 14 de Dezembro de 2007. Serão assinaladas pelo número de ordem tomada de palavra (na sequência das 334 intervenções) e será registado o momento da sua ocorrência.

(250) VJS – generalizado, como na Inglaterra?

(251) MJS – não, mas aqui ainda é assim... é pouquinho...eh... não me choca, não tenho nada, não tenho nada a dizer, se isso... se a isso equivaler... equivaler?

(252) VJS/PI/LC – sim, está bem.

(253) MJS – está bem? está bem dito?

(254) VJS/PI/LC – está, está.

(255) MJS – equivaler uma adequada acção policial e acção judicial...eh... relativamente a infractores, criminosos, delinquentes, tanto melhor. se isso ajudar, porque não? portanto, não tenho mais nada a acrescentar. eu... >

(256) LC – venham elas

Nesta sequência verificamos, da parte de MJS, a necessidade de não confinar a sua resposta (à questão acerca da legitimidade e da eficácia de sistemas videovigilância nas ruas das cidades) a uma simples concordância ou discordância. Tenta argumentar, mas o que faz sobretudo é repetir a sua posição. “não me incomoda nada”, “não me choca nada”, “não me choca”, “porque não?”. Por outro lado, a locutora pressente a escassez da sua argumentação: “não tenho nada, não tenho nada a dizer”, “não tenho mais nada a acrescentar”. A repetição, além de funcionar como reafirmação de uma convicção, é importante como marca do factor emocional na argumentação; neste caso poderá marcar alguma ansiedade da locutora face ao facto de não corresponder ao que era esperado, quer pelos participantes, quer pelos ouvintes: um discurso argumentativo.

Dada a competência pragmática dos participantes da tertúlia, o moderador pode recorrer a interrogações totais sem pôr em causa o bom funcionamento do programa, podendo até tirar partido de algumas virtualidades deste tipo de formulações. No quadro que se segue, transcrevemos todas as perguntas feitas pelo moderador aos participantes ao longo desta edição de 14 de Dezembro de 2007.

Total de interrogações na edição de 14/12/2007		
1	nº de ordem na tomada de palavra	Transcrição
	1	[...] tu, inês pedrosa, com uma revista semanal à frente, parecem-te os rostos adequados para uma...boa imagem de portugal?
2	25	[...] de qualquer forma, parece-vos a melhor campanha, a favor da imagem de portugal, essa eleição de...rostos ...que serão conhecidos em alguns círculos...eh...?
3	7	nossa senhora de fátima também?

4	49	questionas também o impacto e os resultados desta campanha, maria joão seixas?
5	61	[...] este anúncio de kadhafí...é na tua opinião, vicente jorge silva, aceitável, para um jornal nacional?
6	93	este balanço da cimeira união europeia – áfrica acaba por ser um...um episódio que acaba por ter mais a lamentar do que a celebrar?
7	114	positiva porquê, maria joão?
8	116	criámos ponte?
9	152	portanto, a questão de que o colonialismo português não foi dos piores...é isso que estás a dizer?
10	158	[...] viste kadhafí, josé eduardo dos santos e viste coisas sãs, também, nesta cimeira, inês pedrosa?
11	174	e estas cimeiras nem sequer servem para contribuir um pouco para o fim dessa violação dos direitos humanos?
12	176	acabam por branquear um pouco a acção?
13	209	[...] satisfação perante o papel de portugal nestes últimos seis meses de construção europeia, vicente jorge silva, agora, que encerramos/encerrámos a nossa presidência com este tratado de lisboa?
14	229	inês pedrosa. satisfação luso-europeia perante esta presidência?
15	231	>ficarmos presidentes da união europeia ad aeternum ?
16	233	maria joão. satisfação ou desconfiança?
17	235	[...] qual de vocês se quer pronunciar primeiro sobre esta...sobre estes perigos e estas vantagens da videovigilância? incomoda-vos ou satisfaz-vos?
18	294	[...] sugestões. não há tempo para mais. uma exposição?

Como podemos verificar, das 18 questões formuladas, apenas 4 (n^{os} 7, 16, 17, 18) não se enquadram no modelo que atrás definimos – ainda que as questões 16 e 17, dada a sua construção disjuntiva, também apontem apenas para duas respostas pré-definidas e fechadas. Em português, estas interrogações distinguem-se da afirmação apenas pela entoação. Retomando Ducrot, e aceitando a interrogação como um processo polifónico que convoca dois enunciadores (um primeiro que afirma e um segundo que introduz a dúvida sobre o enunciado anterior), podemos ver o locutor como um locutor aberto a dois pontos de vista. O facto da diferenciação de E1 e E2 ser marcada apenas pela entoação atenua a sua distância (o primeiro enunciado, salvo pela entoação, é

visível/audível) e, por isso, torna a posição do locutor mais facilmente neutra, contribuindo assim para a construção da sua imagem, concordante com o princípio de neutralidade do moderador. Vai assim ao encontro da perspectiva de Brès apresentada no capítulo II.⁵⁶

Continuando a perspetivar a interrogação como um processo de desdobramento polifónico, é interessante analisarmos os primeiros enunciadores convocados, isto é, aqueles que originam a afirmação que é posteriormente questionada.

Começemos pelas ocorrências 1 e 2, em que se questiona uma afirmação anterior de que os rostos escolhidos para a campanha de promoção de Portugal são adequados, com origem num enunciador a que chamaremos E1. Através de um processo de dedução, poderíamos assimilar E1 a um locutor virtual próximo dos responsáveis pela campanha de promoção de Portugal: desse ponto de vista a escolha seria adequada. A consideração desse enunciador (que não ouvimos dizer isso, mas é muito plausível/verosímil que tenha dito ou que dissesse) permitir-nos-ia ler a interrogação de uma forma próxima do discurso relato, marcado, neste caso, por um apagamento enunciativo (Rabatel:2003), que anula a identidade do locutor assimilado à afirmação de que os rostos foram bem escolhidos. Neste caso, o apagamento enunciativo pode ter um efeito de despolitização do discurso, no sentido em que não há posicionamentos partidários ou pessoais: os participantes devem concentrar-se na campanha e não nos seus agentes. Aliás se analisarmos a sequência imediatamente anterior à questão 2, verificamos a resistência do moderador à identificação de nomes responsáveis pela campanha:

(15- 03:13m) LC –<um fotógrafo internacional caríssimo para tirar essas fotografias e creio que ficaremos por aqui

(16) VJS –sim, ouvi falar nuns, nuns empresários conhecidos[insinuação?]

(17) IP – preferia. acho que outra arte em que Portugal tem dado algu...bastantes cartas

(18) MJS – arquitectura, não?

(19)IP – a arquitectura também, por exemplo. e a própria fotografia, portanto não percebo por que é que entre os muito e muito bons, muitos muito bons, fotógrafos portugueses, não se encontra um, provavelmente faria um preço mais patriótico do que os tais 200...eh... mil

(20) LC –< 200.000 contos

(21) IP – < contos, em moeda antiga.

(22) VJS – não seria uma coisa de manuel pinho? que tem a mania...

(23) LC – é manuel pinho...

⁵⁶ Cf. página 20

(24) VJS – que percebe de fotografia ou que é coleccionador e que terá...eh...
contratado esse...?

(25) LC – sim, sim, é **uma iniciativa do ministério da economia. de qualquer forma, parece-vos a melhor campanha**, a favor da imagem de Portugal, esta eleição de... rostos ...que serão conhecidos em alguns círculos...eh...? >

Ainda na questão 2 encontramos um enunciador que se assimila ao ponto de vista dos responsáveis pela campanha. Desta feita temos um desdobramento enunciativo produzido pelo uso do futuro do indicativo com valor modal: *serão conhecidos*. A afirmação de que os rostos seleccionados são conhecidos é agora marcada pela dúvida (modalidade epistémica) de um E2 através deste dispositivo de flexão verbal. Este processo polifónico desresponsabiliza o locutor relativamente à afirmação inicial, que apresenta como duvidosa e atribui a um enunciador ao qual não se assimila. Este dispositivo que permite “dizer sem dizer” é aplicado por Vicente Jorge Silva no turno 24 (VJS- *que percebe de fotografia ou que é coleccionador e que **terá**...eh... contratado esse...?*), mas o moderador não dá continuidade à insinuação de que o responsável pela contratação do fotógrafo foi Manuel Pinho, *que tem a mania que percebe de fotografia* (isto é, de facto não percebe - há aqui um distanciamento crítico do locutor em relação a Manuel Pinho. O locutor acciona uma estratégia polifónica: convoca o ponto de vista de Manuel Pinho para o contrariar com uma expressão depreciativa “tem a mania que”). Aliás, o moderador – que, como dissemos evita pessoalizar a questão – substitui o indivíduo pela instituição: o Ministério da Economia.

Continuando a analisar o jogo polifónico do moderador na formulação das perguntas, observamos dois tipos de ocorrência. Num primeiro, o moderador introduz a marca de dúvida sobre um enunciado que assimila a um ou mais dos locutores da interacção verbal. É o caso, por exemplo, da questão 6: o balanço negativo da cimeira foi feito pelos locutores anteriores - eles é que terão afirmado que a “cimeira União Europeia – África acaba por ser um...um episódio que acaba por ter mais a lamentar do que a celebrar”. De facto este enunciado não foi produzido nem por Vicente Jorge Silva, nem por Maria João Seixas, nem por Inês Pedrosa. Trata-se de uma síntese dos seus pontos de vista, produzida pelo moderador. Assim, podemos dizer que a afirmação de que a cimeira União Europeia – África acaba por ter mais a lamentar do que a celebrar não é atribuível a outro locutor que não o moderador, mas é construída com base no discurso dos participantes anteriores (Vicente Jorge Silva e Inês Pedrosa). Assim, o moderador convoca dois enunciadores: um que afirma e outro que pergunta. Pelo

artifício da pergunta, o locutor assimila-se ao enunciador que questiona, quando, na realidade está também na origem do ponto de vista apresentado pelo enunciador que afirma, ainda que por vezes (nem sempre, como acontece claramente na questão 5, por exemplo) construído com base nos enunciados produzidos pelos seus interlocutores.

A questão 4 também convoca, face a Maria João Seixas (que apenas intervierá uma vez), o discurso dos outros participantes que questionaram em intervenções anteriores o impacto da campanha e promoção de Portugal, como a ocorrência do marcador adverbial *também* evidencia. Este advérbio vem, mais uma vez, acentuar a ideia de consenso que predomina na tertúlia radiofónica, na medida que o locutor, neste caso o moderador, retoma o discurso dos interlocutores e aponta para uma coincidência de opiniões: Maria João Seixas, tal como os seus interlocutores, questiona a campanha.

Ora esta construção do discurso através da retoma do discurso do interlocutor (diafonia) revela um moderador atento, que respeita a pertinência da voz dos participantes, mas que promove também o confronto de ideias.

Outra (segunda) estratégia do moderador consiste em confrontar os participantes com o seu próprio discurso, recorrendo mais uma vez à diafonia. Fá-lo convocando, na sua enunciação, um enunciador que se identifica com a perspectiva do locutor que acaba de falar, muitas vezes dando continuidade ao discurso desse locutor. Introduce, porém, uma entoação interrogativa dissonante com a orientação assertiva do enunciado anterior, que lhe permite a distanciação, enquanto locutor, relativamente ao ponto de vista do seu interlocutor, retomado no seu discurso através de E1. É o que acontece nas questões 11 e 12, que transcrevemos em baixo, recuperando parte do seu contexto, de modo a evidenciar esta estratégia do moderador cuja pergunta (entoação interrogativa) não incide sobre o dito, mas sobre o dizer que antecipa, como que pedindo confirmação para a sua inferência. Esta estratégia é potenciada pelo facto de esta passagem se configurar como uma entrevista, em que a interacção se faz entre o moderador e Inês Pedrosa, relegando momentaneamente os demais participantes para um papel secundário. Luís Caetano assume o papel de entrevistador, institui-se como interlocutor principal de Inês Pedrosa e verbaliza a sua interpretação do discurso do outro.

(173- 29:58m) IP – e, portanto, nós não podemos pensar como...eh... eu acho que, como europeus, temos o direito de pensar, isso sim, não que... não que...precisamente porque não queremos... que nenhuma raça, nenhuma parte do mundo seja superior a outra, todas têm que ser

...eh...guiadas pelos direitos humanos, que são iguais para toda a gente. e que não pertencem, não são exclusivos do ocidente, que também os tem quebrado muitas vezes. mas o que se passa a nível endémico de...eh... desvergonha, de...de despudor absoluto em relação...eh... à morte ... quer dizer...o

(174) LC – e estas cimeiras nem sequer servem para contribuir um pouco para o fim dessa violação dos direitos humanos?

(175) IP – eu penso que não contribuem para nada, porque...

(176) LC – <acabam por branquear um pouco a acção?

(177) IP – branqueiam.

Como podemos observar, num primeiro momento, Luís Caetano, a partir de uma hesitação de Inês Pedrosa, conclui o seu enunciado (em concordância com a orientação argumentativa desenvolvida, desde o início, pela locutora) aproximando assim os locutores Inês Pedrosa (locutora do turno 173) e Luís Caetano (locutor do turno 174). Esta partilha enunciativa é confirmada pelo deíctico textual (dessa), que referencia a violação dos direitos humanos, no sentido anteriormente construído por Inês Pedrosa. A conclusão (174), contudo, é uma interrogação à qual Inês Pedrosa responde (175). Deste modo o moderador sintetiza a ideia de Inês Pedrosa e solicita a validação dessa síntese. O mesmo processo ocorre no último trio afirmação+hesitação/ pergunta-síntese/resposta (175-177).

A partilha do discurso – diríamos da enunciação se admitíssemos a possibilidade de uma mesma enunciação ser partilhada por dois locutores – é particularmente evidente no contexto da questão 8, em que o conector *portanto* (150 e 152) assegura a continuidade e marca um exercício de interpretação do moderador em relação ao discurso do seu alocutário, mais uma vez num quadro próximo da entrevista:

(148- 23:09 m) LC – então vamos, vamos à justificação dessa saudade.

(149) MJS – mas não, não... porque nós somos incapazes de sugar bem. temos uma incapacidade, quer dizer, não somos desenvolvimentistas, não...

(150) LC – >portanto ...

(151) MJS – não sugamos bem e depois ...

(152) LC – portanto, a questão de que o colonialismo português não foi dos piores... é isso que estás a dizer?

(153) MJS – ah isso não foi com certeza, embora é sempre...>

Esta estratégia, mais uma vez, promove uma relação interpessoal de cooperação e reconhecimento do outro e, por outro lado, permite ao moderador cumprir a sua função de sintetizar e clarificar, face aos ouvintes, as posições dos interlocutores.

Na questão 3 (*nossa senhora de fátima também?*), encontramos um caso particular de polifonia que produz um efeito irónico. Luís Caetano convoca o discurso de Inês Pedrosa, que referira o futebol e o fado, mas reconstrói o seu sentido quando refere Nossa Senhora de Fátima, convocando assim um certo *ethos* português, muito explorado no discurso político do Antigo Regime, anterior a Abril de 1974. A triologia “fado, futebol e Fátima” marcou o discurso conservador do Antigo Regime, que se vinculou a um Portugal também conservador e fechado em relação à vida cultural internacional. Assim a convocação desse discurso resulta numa avaliação negativa da campanha de promoção de Portugal, que terá falhado na reconstrução da imagem do país como país moderno e aberto. A ironia resulta da inscrição desse discurso conservador num contexto enunciativo em que este não funciona: os ouvintes e os interlocutores reconhecem o locutor Luís Caetano como um locutor temporal e ideologicamente distante do discurso do Antigo Regime. Melhor dizendo, reconhecem dois enunciadores: E1 a que o locutor não se assimila e que representa uma doxa, e E2 que se distancia desse ponto de vista e de quem o locutor se aproxima. Mais uma vez, a entoação interrogativa configura uma modalização não assertiva e distancia o locutor do ponto de vista que desejaria Nossa Senhora de Fátima na campanha de promoção de Portugal. Este reconhecimento e a partilha de uma determinada enciclopédia histórica e política são condições para que a ironia funcione. Luís Caetano salvaguarda, contudo, o respeito pelos ouvintes religiosos que veneram Nossa Senhora de Fátima, cujo sentido é já revisto na medida em que é desvinculado do discurso político convocado.

Ainda na análise do discurso do moderador, podemos observar a presença da polifonia, no sentido estrito de discurso relatado. Acontece sobretudo nas sequências de abertura, mas também nas sequências transaccionais, que comportam habitualmente um movimento de fechamento do tema anterior, seguido de um movimento de abertura de uma nova sequência temática. O discurso relatado é uma estratégia recorrente na apresentação dos temas para discussão; o moderador convoca muitas vezes a voz da imprensa que, como vimos, é determinante na construção da actualidade e, consequentemente, na selecção dos temas do debate. Analisemos os processos

polifónicos e o seu valor pragmático na abertura da sequência 3⁵⁷, centrada na temática da cimeira EU-África:

(61- 06:36 m) LC -entretanto ainda do nosso programa da semana anterior, ficamos de continuar a nossa... o nosso olhar sobre a cimeira europa-áfrica. há aqui questões que gostava de, de vos pôr...para a conversa, nomeadamente o anúncio do coronel kadhafi em três jornais nacionais, diários, o público, j.n. e o diário de notícias. **o expresso em editorial...eh... afirma que não aceitou esse anúncio e faz uma crítica aos jornais que o fizeram.** também a propósito do coronel kadhafi que, como... é sabido, exigiu condições especiais de alojamento que lhe foram fornecidas no forte de s. julião da barra. **ramaillade, muçulmana de origem senegalesa, secretária de estado dos negócios estrangeiros e dos direitos humanos no governo de nicola sarkozy insurgiu-se contra a visita de a França, depois de lisboa. ela disse que kadhafi ia a França limpar os pés ensanguentados....eh... dos, dos crimes que cometeu...eh... e, criticou a afirmação de kadhafi na cimeira de lisboa de que o terrorismo é um acto legítimo para os fracos.** kadhafi assinou com sarkozy contratos de 10.000 milhões de euros, tal como com o governo português. este anúncio e esta presença, não só de kadhafi mas de muitos homens considerados ditadores, já aqui o...o referimos na semana passada, que se instalaram em lisboa durante dois dias...este anúncio de kadhafi... é na tua opinião, vicente jorge silva, aceitável, para um jornal nacional?

Neste caso, não se regista um movimento de fechamento da sequência anterior (sobre a campanha de promoção de Portugal). A transição temática é marcada apenas pelo conector *entretanto*, que marca a simultaneidade dos dois acontecimentos (a campanha de promoção de Portugal e a cimeira UE- África). O moderador realiza assim uma passagem harmoniosa para o segundo tema, já anunciado na abertura e já agendado, por sugestão de uma das participantes na edição anterior do programa, em 9 de Dezembro⁵⁸.

O tema da cimeira, restringido por momentos à figura de kadhafi, é apresentado a partir de dois pontos de vista claramente identificados: o do semanário *Expresso* e o de Ramaillade (ainda que não seja identificada a fonte de informação do locutor, que terá sido provavelmente um órgão de comunicação social). Temos aqui presente um estratégia polifónica, em que o locutor convoca em relato de discurso, os discursos de dois locutores (um deles institucional, já que o autor individual do editorial do *Expresso* não é nomeado, o que está de acordo com as características deste subgénero

⁵⁷ Ver quadro da página 72

⁵⁸ Luís Caetano dá assim seguimento à sugestão de Maria João Seixas. Cf p.53

jornalístico), interpretando e seleccionando os seus pontos de vista com recurso ao discurso indirecto. O moderador não se limita relatar as palavras dos locutores referidos (o que só acontece uma vez: *ela disse que Kadhafi ia a França limpar os pés ensanguentados...eh...dos, dos crimes que cometeu*⁵⁹), antes apresenta uma paráfrase ou síntese, que evidencia sobretudo o acto ilocutório, isto é, o valor accional do discurso. Mesmo em relação ao discurso atribuído a Ramaillade, o moderador não está a “mostrar” com absoluta fidelidade o discurso da locutora. Tal intenção obrigaria ao discurso directo, ainda que nem mesmo este assegure a reprodução fiel de um enunciado, como sugere Ducrot, quando analisa o discurso relatado no contexto da sua teoria polifónica de dupla enunciação⁶⁰:

Le différence entre style direct et style indirect n'est pas que le premier ferait connaître la forme, et le second, le seul contenu. Le style direct aussi peut viser le seul contenu, mais pour faire savoir quel est ce contenu, il choisit le faire entendre une parole (c'est-à-dire une suite de mots, imputée à un locuteur). Et il suffit, pour l'exactitude, que celle-ci manifeste effectivement certains traits saillants de la parole rapportée (d'où le fait que les historiens anciens, et bon nombre d'historiographes modernes, n'ont pas de scrupules à réécrire les discours qu'ils rapportent). Que le style direct implique de faire parler quelqu'un d'autre, de lui faire prendre en charge des paroles, cela n'entraîne pas que la vérité tienne à une correspondance littérale, terme à terme. (Ducrot, 1984:199)

A questão que, no final, Luís Caetano coloca a Vicente Jorge Silva é construída a partir destes pontos de vista que o moderador seleccionou e que têm uma orientação crítica; de facto os enunciados convocados são adversos à participação de Kadhafi na cimeira, ou, pelos menos, é assim que são apresentados. A própria selecção de alguns dos verbos e locuções introdutórias de discurso relatado apontam nesse sentido: *faz uma crítica, insurgiu-se, criticou*. No entanto, o moderador mantém a aparência de objectividade na medida em que esses pontos de vista críticos são atribuídos a outros locutores que não ele. Consegue, assim, este “dizer sem dizer”, este descomprometimento, que se torna ainda mais eficaz quando ocorrem situações de desinscrição enunciativa do sujeito, como acontece no segmento *não só de Kadhafi mas também de muitos homens considerados ditadores*. O facto deste enunciado estar

⁵⁹ Depreendemos que o discurso de Luís Caetano não se afaste muito das palavras de Ramaillade, ainda que tenha sempre de as traduzir para português. Caso contrário, estaria a incorrer num erro grave de falta de rigor jornalístico: as palavras são demasiado fortes e explícitas para que se atribuam a quem não as tenha dito. A imagem que construímos deste moderador não é compaginável com um erro dessa dimensão. De qualquer modo, a opção pelo discurso indirecto, sugere Ducrot (1984), aproxima mais o locutor desse ponto de vista, do que aconteceria se tivesse optado por discurso directo).

⁶⁰ No final do capítulo analisaremos ocorrências destas situações em que não há seguramente uma reprodução do enunciado, apesar da sugestão de discurso relatado (dizemos sugestão porque no discurso oral a marcação do discurso relatado não é tão evidente como acontece no registo escrito, em que as aspas funcionam como marcadores. No registo oral o discurso relatado é reconhecido por dispositivos de modalização vocal, por marcas morfosintácticas e pelos indicadores contextuais).

construído na voz passiva vem acentuar ainda mais a invisibilidade do sujeito da acção de considerar. É importante anotar o verbo *considerar*, que é um verbo de opinião e, por conseguinte, convoca necessariamente um sujeito avaliativo, logo qualquer enunciado em que ocorra é marcado pela presença desse sujeito, ou seja, está vinculado a um ponto de vista. Com a desinscrição enunciativa do sujeito (quem é que os considera ditadores?), estamos a atenuar o carácter subjectivo do enunciado que é assegurado apenas pela própria semântica do verbo seleccionado. Por sua vez a construção passiva com ocultação do agente acentua esta desinscrição, objectivando o acto de considerar, o que permite ao próprio moderador desvincular-se do ponto de vista apresentado, que é atribuído a uma voz doxal.

Mais uma vez o moderador preserva a sua imagem de profissional rigoroso e imparcial.

5.3 *Acho que ...* e outros verbos de opinião na 1ª pessoa do singular como dispositivos de modalização (valor epistémico)

Ao longo da interacção discursiva em análise, ocorrem 32 expressões iniciadas com verbo de opinião – *parecer*, *achar* e *pensar* (seguido de oração subordinada substantiva completiva) – conjugado na primeira pessoa do singular. No quadro que se segue registamos todas essas ocorrências:

Total de ocorrências na edição de 14/12/2007			
Nº	Tomada de palavra	Locutor	Transcrição
1	2	IP	parecem-me sobretudo escassos [os rostos seleccionados para promover portugal]
2	5	IP	[...] e eu penso que há rostos do cinema e da literatura portuguesa bastante divulgados [...]

3	8	IP	[...] acho que outra arte em que Portugal tem dado algu... bastantes cartas
4	43	VJS	[...] acho ...bastante incipiente para não dizer pindérico e confuso (avalia ainda a campanha de promoção de portugal]
5	62	VJS	eu acho que o anúncio [de kadhafi] tem um efeito cómico [...]
6	76	VJS	o que é que se passa com aquele homem [Kadhafi]? depois, ninguém tem curiosidade em saber o que é que se passa? não têm curiosidade em saber, por exemplo, aquela história das amazonas? eu acho uma coisa também extraordinária, até bizarra...
7	86	VJS	[...] eu acho que ...eh... o coronel kadhafi é um símbolo dos aspectos mais desagradáveis que para mim teve a cimeira [...]
8	88	VJS	[...] penso que só a senhora merkel falou do assunto[direitos humanos] de uma forma mais veemente e mais concreta
9	90	VJS	E creio que passou [o problema dos direitos humanos]...eh...como uma nota de rodapé
10	105	VJS	e não sou verdadeiramente racista ...eh... e que não podemos passar a vida inteira sempre com esse complexo, que, quando eu digo...eh... critico.... um líder africano ou faço uma referência dessas...eh...sou logo imediatamente suspeito de ter uma atitude sobranceira do ocidental colonizador. eh... eu acho que isso ... só queria fazer este ponto...
11	112	MJS	[...] eu acho que ... esta cimeira foi positiva
12	138	MJS	[...]e acho que as coisas talvez possam vir a ser um bocadinho diferentes.
13 14	157	MJS	[...] eu acho... eu acho que alguma coisa... talvez mais sã do que apenas negócios esteve presente nesta cimeira [...] e acho que daí é capaz de haver sementes novas
15	163	IP	[...] mas o que me pareceu .. é assim [a propósito da cimeira]
16	171	IP	[...] e isso [a sensação de que tudo se confina a negócios] eu acho que é mau para a europa
17	173	IP	[...] eu acho que , como europeus, temos o direito de pensar
18	175	IP	e penso que [estas cimeiras] não contribuem para nada
19	178	IP	não acho que [estas cimeiras] branqueiem [o desrespeito pelos direitos humanos]
20 21	179	IP	[...] eu penso que isto é...e depois...[...] eu acho que enquanto essas... essas questões não forem tratadas

22	180	MJS	mas eu acredito [que a cimeira tem vantagens]
23	224	VJS	acho que nós fun... não há dúvida... funcionamos muito bem [na organização de cimeiras]
24	228	VJS	[...] quando ... parece-me ... [a Europa] está a correr o risco de acentuar ainda mais o défice democrático
25 a 26	232	IP	[...] não sei se esta forma economicista, de certa maneira, de...de gerir a Europa não significa uma redução democrática, porque parece-me que é de louvar que... por mais caro que fique... de uma certa maneira fica mais caro, mas também favorece a economia, temporariamente que seja, do próprio país, o facto de se realizarem coisas nesse...nesse país, a rotação das presidências europeias parece-me mais desejável do que a não rotação, do que a eleição por xis tempo. [...] eh... e tudo isto devia ser, como disse o vicente... eu concordo em absoluto que havia necessidade de referendar e eu acho que o primeiro... a primeira asneira foi não se ter feito um referendo, universal [...] agora ...eh... quanto à organização em si, eu acho que a hot... a nossa hotelaria que não é tão boa quanto a nossa hotelaria governamental tem a aprender com isto. porque não é. porque é demorada, os serviços são demorados...
27	257	MJS	[...] olha, acho que sim. venham as câmaras [de videovigilância]
28 29	177	IP	a mim o que me parece ... concordo com o que vocês disseram, mas o que me parece é que a videovigilância só por si também não resolve
30	280	IP	[...] e penso que há a ideia neste governo de que... que é muito tecnológico... de que com a câmara se... se dissuade o criminoso
31	333	VJS	[...] e acho um livro muito bonito, muito belo e muito comovente

Analisando as ocorrências transcritas, podemos observar que os verbos de opinião (assinalados a negrito) têm um valor epistémico⁶¹, na medida em que introduzem uma marca de incerteza do locutor em relação ao conteúdo do seu enunciado. É o que acontece, por exemplo, na sequência nº8, em que Vicente Jorge Silva marca com a dúvida – através do recurso ao verbo *pensar (que)* na 1ª pessoa do singular – uma asserção que pode ser mais facilmente reconhecida como verdadeira ou falsa: o facto de que apenas Angela Merkel falou no assunto dos direitos humanos pode ser confirmado ou desmentido, uma vez que não estamos no domínio da opinião. A responsabilidade dos locutores em relação à verdade das suas afirmações é acrescida por se tratar de um

⁶¹ No que se refere aos verbos de opinião, a fronteira entre modalidade e modalização proposta por Vion revela-se pouco nítida: o locutor representa a sua opinião (modalidade) e/ou reflecte sobre o teor opinativo do seu *dictum*, accionando mecanismos de desdobramento enunciativo (modalização)?

discurso público e, neste caso particular de *Um Certo Olhar*, reproduzível em nossa casa com recurso ao *podcast* disponível em linha. Esta consciência metadiscursiva dos locutores é observável em outros momentos, entre os quais destacamos aquele em que o locutor marca a sua asserção como sendo apenas um ponto de vista, repetindo *não vi* (ver transcrição que se segue), deixando bem claro que o conteúdo do seu enunciado não corresponde a uma verdade, mas a uma apreensão subjectiva. Os verbos de opinião operam uma restrição a uma perspectiva: veiculam o conhecimento de alguém sobre algo. Ao assumir-se explicitamente como origem do enunciado, o locutor pode proteger a sua imagem ou, pelo contrário, fragilizá-la na medida em que se assume como único responsável e garante do acto assertivo que realiza. No entanto, e porque se trata de discurso público, a sua opinião é imposta; a sua voz tem a força, na comunicação social, da de um *opinion maker*, portanto o seu ponto de vista, mesmo que explicitamente subjectivo, tem um valor (quase) de verdade. De qualquer modo, a necessidade de modalizar o seu discurso neste sentido levou o locutor a interromper a sua linha argumentativa:

(76- 10:14 m) VJS- o que é que se passa com aquele homem [kadhafi]? depois, ninguém tem curiosidade em saber o que é que se passa? não têm curiosidade em saber, por exemplo, aquela história das amazonas? eu acho um coisa também extraordinária, até bizarra...ninguém? nem como *faits divers*? os jornais...não se interrogam sobre isso. **não vi nenhum jornal...não vi, pode ser que tenha aparecido**, mas...

O recurso às conjugações verbais assinaladas a negrito no quadro apresentado atrás tem um efeito modalizador que funciona de forma inversa ao apagamento enunciativo. Do ponto de vista puramente gramatical e semântico poderemos até assinalar uma redundância: o locutor é responsável pela enunciação, logo o que ele diz é o que ele pensa, isto é, o locutor assimila-se ao enunciador que põe em cena, a não ser que haja marcadores que o distanciem; a presença do sujeito de enunciação é óbvia. Com recurso aos verbos de opinião, ele torna-se tema do seu próprio enunciado que não se centra numa realidade exterior sobre a qual ele se pronuncia, mas sim naquilo que ele pensa. Este processo tem implicações na imagem do locutor, que se configura não como aquele que sabe e diz a verdade (própria do discurso científico ou doutrinário), mas como aquele que tem um determinado pensar, configurador de identidade pessoal, social,

cultural e ideológica. Observemos, a título ilustrativo, os seguintes pares de enunciados, a partir de dois exemplos registados no quadro representado anteriormente:

2 - e eu penso que há rostos do cinema e da literatura portuguesa bastante divulgados

2' - há rostos do cinema e da literatura portuguesa bastante divulgados

16 - eu acho que, como europeus, temos o direito de pensar

16' - como europeus, temos o direito de pensar

Partimos dos registos 2 e 16, porque nos permitem contrapô-los com 2' e 16', sem proceder a outras intervenções que não a simples eliminação dos dispositivos linguísticos sobre os quais nos propomos reflectir.

De facto, em termos semânticos, numa abordagem restritiva, 2 e 2' são enunciados idênticos. Se Inês Pedrosa tivesse produzido a enunciado 2' estaria, do mesmo modo, a dar opinião, uma vez que é a locutora responsável pelo enunciado: apresenta um ponto de vista (E1) ao qual se assimila. A diferença entre os enunciados comparados corresponde à diferença entre uma atitude de assunção da subjectividade (2, 16) ou de pretensão de objectividade (2', 16').

A mesma lógica pode aplicar-se à comparação de 16 com 16' e a outros pares de enunciados que quiséssemos apresentar a partir dos registos seleccionados no quadro.

Ora a questão que se põe é que 2 e 2' não coincidem do ponto de vista pragmático. Acrescentar *eu acho* ao enunciado *como europeus, temos o direito de pensar*, de facto, modifica-o. A vinculação do conteúdo de um enunciado a um ponto de vista, mesmo que esse enunciado seja opinativo (portanto necessariamente subjectivo) interfere na imagem que o locutor apresenta de si aos interlocutores e aos ouvintes, bem como nas relações interpessoais que se constroem em estúdio. Ao explicitar o carácter subjectivo do seu enunciado, o locutor revela alguma humildade, inversa à atitude doutrinal ou doutoral de quem se apresenta como alguém que está na posse da verdade⁶². Neste caso, a tertúlia seria absurda, porque quem conhece a última verdade não se coloca numa relação de horizontalidade com os interlocutores, ainda que a humildade possa ser um artifício, tal como a espontaneidade, para que o género radiofónico funcione, sobretudo

⁶² Esta interpretação tem em consideração as características da tertúlia radiofónica. Temos, no entanto, de colocar a hipótese do discurso assumidamente subjectivo não ser uma marca de humildade, mas, pelo contrário, revelador de uma imagem muito favorável que o locutor tem de si, que o faz considerar pertinente a sua opinião sobre determinado assunto.

no espaço restrito do estúdio, já que, como vimos, os ouvintes reconhecem a autoridade dos participantes no programa (o que não quer dizer que lhes permitam uma atitude autoritária). Este locutor que se reconhece como um ponto de vista, através do recurso a expressões do tipo *acho que, parece-me que, penso que*, muitas das vezes reforçadas pela enunciação do pronome pessoal, forma de sujeito (mais uma redundância semântica no caso do Português), apresenta-se como um locutor capaz de relativizar a sua visão do mundo, portanto disposto a reconhecer outras diferentes, proporcionando um quadro de relações interpessoais marcadas pela tolerância e pela cooperação. A modalização, neste sentido, matiza um dizer que poderia ser sentido como autoritário. Ora este perfil de locutor, que se desenha ao longo da interacção que estudamos⁶³, adequa-se ao quadro comunicativo da tertúlia radiofónica, tal como a descrevemos no capítulo III.

5.4 Diafonia e construção das relações discursivas

Ao longo da edição de *Um Certo Olhar* que constitui o nosso *corpus* de análise, podemos observar ocorrências diversas de diafonia, como já verificámos na análise do discurso do moderador, o que parece coerente com o quadro comunicativo que temos vindo a pôr em evidência, em que os interlocutores assumem uma atitude de cooperação e de reconhecimento do valor do discurso dos pares.

Os casos de diafonia explícita são menos frequentes do que os casos de diafonia implícita, muitas vezes traduzida em continuidade discursiva, portanto não marcada por conectores ou por reformulação como anuncia Roulet.⁶⁴

5.4.1. Diafonia explícita e seus valores pragmáticos

Entenderemos aqui por casos de diafonia explícita aqueles em que o locutor atribui as palavras ao outro, esclarecendo esse facto enunciativo no seu próprio discurso ou,

⁶³ Verificámos que nas 260 tomadas de palavra pelos participantes (excluímos o moderador), 25 (não incluímos a sequência nº7 pelas razões atrás expostas) estão marcadas por esta explicitação do sujeito de enunciação, algumas delas com mais de uma ocorrência. Parece-nos uma incidência significativa (9,6%), capaz de interferir de modo decisivo na construção das relações interpessoais ao longo da interacção.

⁶⁴ Cf. página 27

então, os casos em que o locutor repete as palavras que o interlocutor acaba de dizer num curto espaço de tempo anterior, de modo a que essa enunciação ainda esteja “presente”.

Apresentaremos em seguida exemplos ilustrativos do valor pragmático da diafonia na formação de coligações discursivas, com efeitos na aproximação interpessoal e no reconhecimento do outro e, também, na criação de laços de partilha ideológica entre os interlocutores da tertúlia. O facto de, ao longo do nosso *corpus*, não encontrarmos exemplos da utilização inversa (conflitual) do processo diafónico, confirma o carácter não agonal da tertúlia.

Observemos a seguinte sequência, em que Vicente Jorge Silva está a caracterizar a personagem Kadhafi e é, nessa tarefa, ajudado por Maria João Seixas, que sugere o adjectivo *alucinada*⁶⁵ (71) que o interlocutor repete (72), mostrando assim a sua aceitação; alguns minutos à frente, Vicente Jorge Silva vai retomar a palavra introduzida pela interlocutora, deixando clara a sua origem enunciativa (86):

(70 -9:19m) VJS - guarda. há uma coisa que eu confesso em relação ao coronel kadhafi... é um bocado por de mais... lá porque...eh... há os negócios...não podem justificar tudo! o coronel kadhafi apresenta-se com ...eh... com uma personagem com uma postura um pouco desvairada...eh... impõe...

(71) MJS - alucinada, mesmo.

(72)VJS - **alucinada.** *aliás*, basta olhar para ele. ninguém, por exemplo, nenhum jornal se interroga sobre com que cara é que ele aparece.

(...)

(86-12:03) VJS - **alucinada como tu disseste.** *mas* isto é um exemplo caricatural do... do... eu acho que ...eh...o coronel kadhafi é um símbolo dos aspectos mais desagradáveis que para mim teve a cimeira união europeia – áfrica. quer dizer...eh... terá sido o caso limite (...)

Repare-se que, quanto retoma o discurso de Maria João Seixas, Vicente Jorge Silva dá-lhe continuidade argumentativa, através de um novo argumento, introduzido pelo conector *aliás*. Já no segundo caso, a retoma vai operar uma reorientação argumentativa, marcada pelo conector adversativo *mas*: Vicente Jorge Silva aceita o contributo de Maria João Seixas, mas retira-lhe pertinência face a outras características, não enunciadas, de Kadhafi. A diafonia não se esgota num efeito de eco, mas num

⁶⁵ Esta primeira ocorrência do adjectivo *alucinada* pode ser analisada numa perspectiva de diafonia implícita. Mais à frente ocupar-nos-emos deste tipo de realização.

movimento de articulação com o discurso do interlocutor. Este encadeamento, como vimos, pode orientar-se em sentidos diversos, abertos geralmente por um conector discursivo, que introduz, entre outras possibilidades, a justificação e a reformulação.

A diafonia explícita pode ainda ser factor de coesão interdiscursiva. Vejamos a seguinte passagem, já numa das sequências finais do programa (5-. “sugestões aos ouvintes”), em que se podem observar diferentes realizações diafônicas:

(310-55:10m) IP– < editado pela d. quixote...eh... também dizer já agora que há uma exposição de graça morais chamada in sofrimento...eh...em coimbra. e portanto quem estiver em coimbra pode aproveitar, inaugurou agora para ver durante este período de natal. e... também, a maria joão tinha recomendado aqui uns filmes a semana passada... eu também queria recomendar... uma colecção que eu própria tenho andado a ver ... que há a caixa agora do hal hartley, que também é um presente de natal, para outros ou nós mesmos muito bom, que é ...do melhor do cinema independente...eh... americano, que agora podemos ver, eu acho que é sempre diferente quando se pode ...e isso é uma das vantagens do dvd ... ver a obra de um realizador, em vez de ver só um filme

(311) LC – hum

(312) IP– ver uma sequência.

(313) LC – <organizares o teu próprio ciclo.

(314) IP– **organizar e...e.. porque** se percebe melhor as constantes, as diferenças e...e se vê melhor o...o fundo de cada filme.

(315) MJS – por acaso **tu falaste em cebolas e as mulheres-insecto** com as cebolas nas mãos e a trabalhar a terra como as mulheres-cão da, da paula...

(316) IP– <da paula rego

(317) MJS – ... **da paula rego**. eu estou muito virada para dar presentes de natal...cestas de cebolas [risos dos interlocutores].estou, estou. porque os há muito bonitos e ...

(318) LC – < de várias cores

Esta sequência ilustra, mais uma vez, a função de reforço da orientação argumentativa da repetição diafônica, no turno 314, com a repetição do verbo *organizar*, seguida do conector justificativo *porque*. Já a repetição do nome Paula Rego, no turno 317, tem uma função apenas de aceitação e confirmação do discurso de Inês Pedrosa por parte de Maria João Seixas, a quem a interlocutora auxilia na selecção do nome, na sequência da hesitação observável no turno 315.

Por outro lado, há o turno 315, em que Maria João Seixas retoma as palavras de Inês Pedrosa, que falara “em cebolas e as mulheres-insecto com as cebolas nas mãos e a trabalhar a terra como mulheres-cão”; neste caso a retoma é simplesmente temática, não

há uma intenção confirmativa ou de qualquer modo argumentativa. A retoma surge aqui como um dispositivo de coesão discursiva, isto é, uma tentativa, por parte de Maria João Seixas, de relacionar o discurso que anuncia com o discurso anterior da sua interlocutora, de modo a atenuar algum efeito de despropósito em recomendar cestos de cebolas como presente natalício ou, simplesmente, de modo a assinalar uma coincidência temática, ainda que pouco sustentada (o que se pressente na locução adverbial que introduz o enunciado de Maria João Seixas, *por acaso*).

Como já sugerimos, a diafonia explícita não traduz necessariamente anuência ou concordância. Pode, pelo contrário, integrar-se numa estratégia de reorientação argumentativa, geralmente marcada por um conector indicativo de oposição ou por uma reformulação. Um exemplo claro deste funcionamento da diafonia é aquele que se segue:

(76- 10:15 m) VJS –. o que é que se passa com aquele homem? depois, **ninguém** tem curiosidade em saber o que é que se passa? não têm curiosidade em saber, por exemplo, aquela história das Amazonas? eu acho uma coisa também extraordinária, até bizarra... ninguém? nem como *faits divers*? os jornais, não se interrogam sobre isso. não vi nenhum jornal... não vi, pode ser que tenha aparecido, mas ... se interrogarem sobre este tipo de extravagâncias que dão uma figura de opereta completa, mas como o homem tem muito dinheiro, tem muito petróleo e tem...eh... pode abrir cordões à bolsa, todas as pessoas tratam o Kadhafi como a história do rei vai nu. o Kadhafi... como se fosse uma figura de grande relevância e depois há estes anúncios, com estas... asneiradas, com estas tolices....eh (...)

(77) LC – **ninguém, não é bem assim, porque ramallade, esta ...eh...secretária de estado ... e é curioso é uma secretária de estado dos negócios estrangeiros e direitos humanos, uma escolha de nicholas sarkosy. ela questiona...>**

(78) VJS – não, ela tem toda a razão. ele chega aos sítios e ainda por cima... insulta, ofende os países que permitem montar a tenda...eh... que o acolhem, que o recebem com uns sorrisos. ele chega lá...eh... começa a...a ofender... os países, as suas tradições, justifica o terrorismo... é preciso não esquecer que o coronel Kadhafi e o estado líbio está envolvido...eh

Nesta sequência, verificamos que no turno 77, Luís Caetano vai recuperar de forma elíptica o discurso anterior de Vicente Jorge Silva. De facto o quantificador universal *ninguém*, actualiza parte do enunciado anterior, particularmente a sequência “ninguém tem curiosidade em saber o que é que se passa? não têm curiosidade em saber, por exemplo, aquela história das Amazonas? eu acho uma coisa também extraordinária, até bizarra... ninguém?”, que, não obstante a sua entoação interrogativa, neste caso

retórica, é entendido como uma asserção, que Luís Caetano contesta, através da reformulação: “ninguém, não é bem assim”. Na intervenção seguinte, Vicente Jorge Silva começa com uma negação, não relativa ao enunciado do seu interlocutor, mas sim ao seu próprio enunciado. Neste caso, a diafonia é evidenciada pela cadeia de referência a Ramaillade introduzida no enunciado de Luís Caetano e continuada por Vicente Jorge Silva na forma anafórica (ela): aqui verifica-se uma aproximação deste interlocutor em relação ao argumento do moderador, evidenciando a sua (do moderador) eficácia argumentativa na contestação da ideia de que todos são indiferentes às “asneiradas” de Kadhafi.

As relações interpessoais típicas da tertúlia são, como vimos, amigáveis. Assim, a preservação desse clima amigável e da face⁶⁶ dos interlocutores é uma preocupação, que se torna evidente sobretudo nos momentos de dissensão. Neste contexto, a diafonia funciona pragmaticamente, permitindo ao interlocutor um jogo duplo de concordância, ou, pelo menos de reconhecimento da palavra do outro (através da repetição diafónica) e de discordância através de uma reformulação posterior. Este processo é observável em algumas sequências, das quais destacamos a que se segue, a título ilustrativo:

(158-25:22 m) LC – deixa-me perguntar à inês pedrosa...é um programa que está com um olhar demorado sobre esta cimeira união europeia – áfrica. viste mugabe, viste kadhafi, josé eduardo dos santos e viste coisas sãs, também, nesta cimeira, inês pedrosa?

(159) IP – devo dizer que não [gracejo de IP]. eu percebo a ideia...eh... generosa aliás, da...da maria joão...

(160) MJS – não é generosa, inês

(161) IP – é... também.

(162) MJS – não é, por (...)

(163) IP – e de alguém que é também de áfrica, como é a maria joão. **mas** o que...o que me pareceu... é assim. do ponto de vista daquilo que estavas agora a dizer das novas gerações ou da percepção ... isto agora começando por fora, pela percepção da população em relação à cimeira ... sinto que até ...eh...o tom e a...o tom destes ...dirigentes ...eh...africanos e a forma...eh... de tudo isto... quer dizer, o próprio facto... as exigências, as compras, o fecharem áreas de centros comerciais para irem lá comprar... tudo isso... eh...eu, eu sei lá, os taxistas... os taxistas são sempre aquele barómetro já gasto, mas muito irritados. lisboa cheia de buracos...o trânsito em dezembro é terrível, não é?... e agora ainda se anda pior, porque estão cá esses eh...esses...esses torcionários todos, esses criminosos todos.... era o que eu ouvia nos táxis e é o que... a sensação... quer dizer... não há...a sensação de que se trata...eh...de que se lida de igual para igual... com

⁶⁶ Ver nota 17.

peessoas que não estão a tratar... porque...vamos lá a ver...e em resumo, porque já nos adiantámos muito...assim...sobre isto, mas ...

(164) **MJS** – nunca é de mais sobre áfrica.

(165) **IP** – nunca é de mais, **mas** é assim. nós podemos ter a história de colonização que todos temos e eu nem acredito que haja colonizações... pode haver mais incompetentes, a nossa foi particularmente incompetente em muitos níveis, mas foi muito brutal. é uma coisa que eu... eu estudei mais isso em relação ao brasil do que a áfrica, mas nós tínhamos a ideia... fizemos o mulato, portanto, íamos lá, amávamos as negras ou amávamos as índias...e... os homens que iam, não é? e, portanto, era uma relação de amor. não é, não é, não foi isso que se passou no brasil e não foi isso que se passou em áfrica. toda a colonização é brutal. depois há uns que sabem sugar melhor do que outros e nós nem soubemos sugar, o que...bom...enfim. agora, que é verdade que... isto que a maria joão disse de saudade da colonização portuguesa, eu ouvi-o em moçambique. nunca estive em angola, mas ouvi-o em 94 em moçambique, pela simples razão que tinham acabado de sair de uma guerra civil brutal e, pese todo... tudo que nós criámos de fronteiras artificiais e tudo... nós, nós europa, não é? nós, não só...não só a áfrica portuguesa, mas nas outras...nas outras partes de áfrica. mas nós agora temos que também largar essa culpa, não podemos estar sempre agarrados à história, porque quando eu vi o kadhafi pôr na...na ...aliás vem em tituleira de jornais que exigia indemnização, uma indemnização que a...a europa está farta de indemnizar os dirigentes africanos.

Logo no início desta sequência enunciativa, percebemos um desacordo entre interlocutoras (Inês Pedrosa e Maria João Seixas), o que não é nota dominante da interacção discursiva habitual de *Um Certo Olhar*, como já observámos no capítulo III. Por outro lado, encontramos marcas de atenuação do efeito negativo que a discordância poderia trazer no plano das relações interpessoais. Inês Pedrosa começa por afirmar a sua compreensão relativamente ao ponto de vista da sua interlocutora (159), que pusera a questão da responsabilidade do ocidente na situação africana actual e afirmara a convicção de que a cimeira UE-África tinha sido positiva. Este efeito de atenuação do registo conflitual é ainda reforçado pelo gracejo de Inês Pedrosa (159). As conjunções adversativas *mas* (assinaladas a negrito), contudo, vêm marcar a divergência de Inês Pedrosa em relação ao discurso da sua interlocutora. A segunda ocorrência da adversativa, na terceira intervenção de Inês Pedrosa (165), funciona associada a uma repetição diafónica, ilustrando o jogo de aproximação/distanciação de que falámos há pouco: por um lado a locutora retoma e confirma o ponto de vista da interlocutora, mas, depois, conduz o seu discurso noutro sentido argumentativo. Esta preocupação de preservar pontos de contacto e de concordância com o discurso da interlocutora, através de mecanismos diafónicos, evidencia-se de novo na última intervenção de Inês Pedrosa

(165): *depois há uns que sabem sugar melhor do que outros e nós nem soubemos sugar, o que...bom...enfim. agora, que é verdade que... isto que a maria João disse de saudade da colonização portuguesa, eu ouvi-o em moçambique.* Neste enunciado encontramos a diafonia explícita com referência à origem enunciativa, mas também a retoma de um verbo que fora, alguns minutos antes, dito pela Maria João Seixas (*sugar*), conjuntamente com a ideia de que os Portugueses não souberam *sugar* ⁶⁷ África.

A análise destes enunciados permite-nos equacionar a hipótese de que a diafonia pode funcionar, num contexto de conflito verbal, como um dispositivo de preservação das relações interpessoais, através da marcação de pontos de convergência argumentativa e discursiva.

5.4.1. Diafonia implícita e seus valores co-construção discursiva

Como referimos, a diafonia implícita é um processo recorrente na interacção que estamos a analisar, particularmente nas situações em que o interlocutor dá continuidade (semântica e sintáctica) ao discurso do outro, como já assinalámos a propósito da partilha de cadeias de referência com recurso a processos anafóricos gramaticais. A percepção deste fenómeno e a necessidade de o analisar de forma sistemática motivou, conforme explicámos no capítulo IV, a introdução de um marcador de transcrição que desse conta deste processo (<).

Esta situação ocorre 26 vezes ao longo da interacção. Por vezes funciona apenas como uma completação, em que o interlocutor ajuda na selecção da palavra ou expressão que o seu interlocutor demora a encontrar. Este processo, em que o interlocutor não se assimila ao enunciador que convoca, já que se limita a prever o desfecho do enunciado do outro, não deixa de assinalar uma atitude de cooperação, de

⁶⁷ Inês Pedrosa remete para enunciados anteriores de Maria João Seixas:

(138-17:31m) MJS – inqualificáveis, não. bastante qualificáveis. [...] o que é que nós pensamos da nossa história do ocidente sobre África? o que é que nós... o que é que nos interessa? que curiosidade é que temos para...relativamente a um continente muito grande, muito específico, muito adiado, muito sugado, sugado pelo...nas suas riquezas, nas riquezas do seu subsolo pelas...pelos países ocidentais, o que é que nos interessa saber? o que é que nós devíamos saber?

(147-21:10m) MJS – campo... leiam kapuscinsky, comecem por ébano se quiserem. está editado em português pelo campo das letras [...] eu tenho saudade do colonialismo português. imaginem. parece um...um disparate o que eu estou a dizer, mas...é um disparate obviamente... o colonialismo é um dos males humanos... horríveis

(148) LC – então vamos, vamos à justificação dessa saudade.

(149) MJS – mas não, não... porque nós somos incapazes de sugar bem, temos uma incapacidade, quer dizer, não somos desenvolvimentistas, não...

(150) LC – > portanto ...

(151) MJS – não sugamos bem e depois...

quem ouve e compreende o discurso, caso contrário não poderia concluí-lo. Vejamos três sequências ilustrativas:

1.

(78 -11:05 m) VJS – não, ela tem toda a razão. ele chega aos sítios e ainda por cima... insulta, ofende os países que permitem montar a tenda...eh... que o acolhem, que o recebem com uns sorrisos. ele chega lá...eh... começa a...a ofender... os países, as suas tradições, justifica o terrorismo... é preciso não esquecer que o coronel kadhafi e o estado libio está envolvido...eh

(79) LC – <...**no abate dum avião**

(80)VJS – no...no...no famoso acidente... trágico...eh... acto terrorista, que custou a vida a centenas de pessoas...eh... sobre...eh... a grã-bretanha, há já bastantes anos

(81) LC – **quase vinte.**

2.

(280- 48:55 m) IP– ninguém vê nada. porque nós não temos polícia. às vezes, ando perdida... porque aquelas ruas são todas muito iguais e quero até uma informação ...onde é o restaurante xis... e não se vê um polícia na rua. e acho que é mais importante a presença humana do que a videovigilância porque eles podem andar disfarçados, encapuçados, como andam muitas vezes...eh... as câmaras podem falhar ou podem...eh... começar por se atingir as câmaras facilmente. portanto acho é que a videovigilância em si, não sei qual é o investimento ... não compensa... não substitui... e penso que há a ideia neste governo de que... que é muito tecnológico... de que com a câmara se...se dissuade o criminoso e pronto, e não é assim. **portanto a presença humana...**

(281) VJS – não, a polícia de proximidade...

(282) IP– a polícia de proximidade

(283) VJS – <e a polícia municipal, por exemplo, é um papel que a polícia municipal poderia e deveria desempenhar. acho que é exactamente o papel da polícia municipal... que não é só...vejo muito, por exemplo, a velha imagem os bobbies ...eh... britânicos que, não só são polícias...eh...como são também pessoas que ajudam os outros na rua...

3.

(210- 36:13m) VJS – muito rapidamente, acho que portugal tem muito jeito para fazer estas cimeiras e é um facto...

(211) LC – aliás, tínhamos dois portugueses a liderar isto.

- (212) VJS – temos uma vocação...
- (213) IP– >**hoteleira... temos uma vocação hoteleira** [risos IP].
- (214) VJS – é indiscutível, todas as cimeiras que nós organizamos/organizámos a nível europeu são...resultam sempre muito bem.
- (215) LC – os jerónimos estavam bonitos.
- (216) VJS – temos muito talento para isto. não, não há dúvida nenhuma. provavelmente temos mais talento que ...que quaisquer outros...
- (217) MJS – é o lado terciário da nossa economia.[risos vários]
- (218) VJS – exactamente. ouve, **mas** >
- (219) LC – são muitos anos de preparação.
- (220) VJS – talvez devêssemos aproveitar estes exemplos...
- (221) IP – isso é verdade
- (222) VJS - então, por que é que não funcionamos noutras áreas?
- (223) IP - exactamente

No primeiro segmento, as completações do enunciado, assinaladas a negrito, são nítidas; o interlocutor limita-se a prever o enunciado que ficou suspenso ou a completar com informação mais precisa a asserção do seu interlocutor. No exemplo 2., verificamos uma continuidade argumentativa, mas com uma maior criatividade do locutor, que, de facto, acrescenta algo à argumentação. Neste caso, Vicente Jorge Silva continua a linha argumentativa favorável à polícia de proximidade como estratégia de controlo da violência e do vandalismo nas ruas, acrescentado o exemplo concreto da polícia municipal e das funções que esta poderá desempenhar nesse sentido.

Já no terceiro segmento, o adjetivo *hoteleira* dito por Inês Pedrosa, no turno 213, embora perfeitamente coerente em termos sintácticos e semânticos com o enunciado anterior, introduz uma nota irónica (perceptível também pela entoação, pelo riso e ocorrências irónicas anteriores), que não era óbvia no enunciado do interlocutor e que, mais à frente, ele recusa, assumindo um tom não irónico. O corte com essa orientação jocosa de Inês Pedrosa é nítido no turno 218, em que, à anuência expressa pelo advérbio *exactamente*, se segue uma adversativa que vem marcar uma reorientação argumentativa e um apelo de Vicente Jorge Silva para que Inês Pedrosa o oiça, o que pressupõe uma informação nova e pertinente. De facto, não se trata de uma informação nova, mas de uma revisão do sentido avaliativo, em que o enunciador vai, agora, assumir uma avaliação positiva sobre o conteúdo do seu enunciado. Quer dizer, Vicente Jorge Silva vai valorizar essa habilidade dos portugueses para a organização de eventos e tomá-la como argumento para sustentar a possibilidade de sucesso dos portugueses

noutras áreas. Este funcionamento da diafonia implícita, de continuação ou conclusão de enunciado, com introdução de um novo ponto de vista, é recorrente. Funciona, assim, não só como dispositivo de confirmação, mas também como ponto de partida para a reorientação argumentativa.

Há ainda outras formas de continuidade diafônica. Consideremos dois momentos em que o moderador completa a lógica argumentativa do interlocutor, mas apresenta essa completação como hipótese, que o interlocutor pode ou não confirmar. Esta posição do moderador resulta, por um lado, do seu papel esclarecedor do público (é necessário que os ouvintes entendam o sentido argumentativo do discurso) e, ao mesmo tempo, da distância que o seu papel lhe impõe, que não lhe permite manipular o discurso dos interlocutores. Daqui resulta uma solução intermédia de completação com necessidade de confirmação:

1.

(148- 23:09 m) LC – então vamos, vamos à justificação dessa saudade.

(149) MJS – mas não, não... porque nós somos incapazes de sugar bem. temos uma incapacidade, quer dizer, não somos desenvolvimentistas, não...

(150) LC – >portanto ...

(151) MJS – não sugamos bem e depois ...

(152) LC – **portanto, a questão de que o colonialismo português não foi dos piores... é isso que estás a dizer?**

(153) MJS – ah isso não foi com certeza, embora é sempre...>

2.

(173-29:58 m) IP – e, portanto, nós não podemos pensar como...eh... eu acho que, como europeus, temos o direito de pensar, isso sim, não que... não que...precisamente porque não queremos... que nenhuma raça, nenhuma parte do mundo seja superior à outra, todas têm que ser ...eh...guiadas pelos direitos humanos, que são iguais para toda a gente. e que não pertencem, não são exclusivos do ocidente, que também os tem quebrado muitas vezes. mas, o que se passa a nível endémico de...eh... desvergonha, de...de despudor absoluto...eh.. em relação...eh... à morte ... quer dizer...o

(174) LC – **e estas cimeiras nem sequer servem para contribuir um pouco para o fim dessa violação dos direitos humanos?**

(175) IP – eu penso que não contribuem para nada, porque...

(176) LC – **<acabam por branquear um pouco a acção?**

(177) IP – branqueiam.

A diafonia implícita de continuação do enunciado do interlocutor estreita as relações interpessoais, no sentido em que funciona como reconhecimento do sentido do enunciado do outro: se o interlocutor completa um enunciado inacabado é, não só porque o ouviu, como porque o compreendeu e encadeia o seu discurso sobre ele. Confirmamos, afinal, algumas ideias já apresentadas no capítulo II, nomeadamente o papel da enunciação conjunta quer no sentido de sinalizar a proximidade afectiva e ideológica, quer no sentido de a construir ou consolidar. Tal como observámos relativamente à diafonia explícita, há aqui estratégias de encadeamento que podem funcionar como reforços da orientação argumentativa ou como auxílios do interlocutor na construção do enunciado do outro, que é incorporado no discurso diafónico. Neste sentido, podemos reafirmar a ideia de que, neste subgénero discursivo, a diafonia pode funcionar como estratégia de co-orientação argumentativa, que se enquadra dentro de protótipo da tertúlia radiofónica, enquanto género que configura relações interpessoais amigáveis e alguma convergência afectiva e ideológica dos interlocutores.

Alguns dos exemplos apresentados permitem-nos verificar ainda que a diafonia permite uma reorientação argumentativa sem ruptura, preservando assim a partilha de sentidos e, como é da sua natureza, de discursos. Pode ainda, como acontece nas intervenções de Luís Caetano, nas duas últimas sequências apresentadas, funcionar como dispositivo de orientação do discurso no sentido da sua conclusão, isto é, como estratégia de levar o locutor a assumir as consequências lógicas dos seus argumentos.

5.5 Discurso relatado como estratégia argumentativa

Como referimos atrás, interessa-nos analisar o recurso ao discurso relatado como estratégia argumentativa na interacção discursiva de *Um Certo Olhar* na sua edição de 14 de Dezembro de 2007, quer no sentido da co-construção de opinião, quer no sentido contrário de citar para contestar.

Como já constatámos no capítulo relativo à descrição do *corpus* e na análise do uso dos verbos de opinião, o quadro comunicativo da tertúlia radiofónica assume o discurso de opinião como discurso preferencial, o que explica a pouca ocorrência de casos de relato de discurso marcados pela desinscrição enunciativa, sobretudo enquanto estratégia de criação do “verniz de objectividade” de que nos fala Marnette⁶⁸. Há, no entanto, alguns casos em que a origem do enunciado convocado é indefinida, situada numa voz doxal, que desresponsabiliza o locutor relativamente à sua enunciação, numa lógica de “dizer sem dizer” de que nos fala Rabatel. Apresentamos as duas ocorrências marcadas pelo uso do *se* indeterminado, assinaladas a negrito:

IP (249- 30:45m) – os senhores são tratados como senhores. eu subli... saliento que caiu-me particularmente mal, não sei se disse isto a semana passada ... quer dizer...eh... um dirigente africano que tem uma relação com portugal, com portugal como josé eduardo dos santos, de angola, dá-se ao luxo de...de faltar ao jantar de boas-vindas que lhe é oferecido pelo primeiro ministro, não sei se também pelo presidente da república de portugal. eu penso que isto é.....e depois... claro se fosse outro dirigente qualquer, se fosse o sarkosy que fizesse isso ou alguém ...da europa, de um país pequeno ou grande, europeu, era uma grande falta de educação, nós, com esses complexos racistas como disse o (que temos) e, como disse o vicente, não temos razão para ter, é que vamos calando isso, isso aparece, quando muito, em rodapezinho...e, mas isso é um sinal de que se estão nas tintas para nós...eh... e estão a fazer os negócios o melhor que podem para eles, eles oligarquia/cliptoligarquia, ignorando completamente, não têm a mínima noção patriótica...eh... nem já... nem do ponto de vista... quer dizer... têm a noção tribal no sentido mais estrito de os... senhores, as suas mulheres, as suas famílias... e mais nada. e eu acho que enquanto essas...essas questões não forem...eh...tratad...quer dizer...aqui não puderam ser tratadas e não... **porque não se podem ofender os convidados (...)**

VJS (228- 37:56m) - fala-se na necessidade de ultrapassar o défice democrático, que persiste na europa. como é que ultrapassa o défice democrático, quando...parece-me, está a correr o risco de acentuar ainda mais o défice democrático, colocando os cidadãos, marginalizando os cidadãos e

⁶⁸ Cf. página 24

dando cada vez mais poder aos directórios políticos? mesmo que o parlamento europeu amanhã possa ter uma importância maior...eh... estes...digamos, estes vícios de origem...eh...que têm um carácter perverso, que acaba por contaminar o próprio processo...eh... de...duma maior abertura, de uma maior democratização dos mecanismos e das instituições europeias, portanto, eu aí tenho muitas dúvidas sobre se este caminho que se está a seguir não está...não pode vir a dar resultados relativamente contrá...contraditórios com os propósitos dos próprios...eh... dirigentes europeus. portanto, directório, de um lado político...directório político de um lado e de por outro, os cidadãos, como não estão suficientemente amadurecidos, para dar um paternalismo terrível dos directórios políticos em relação aos cidadãos. os cidadãos europeus não estão suficientemente amadurecidos para se governar por si próprios. onde é que já ouvimos isto? e, portanto...eh... aí, os directórios políticos substituem a vontade dos cidadãos, é isto que me parece ser o equívoco essencial em relação ao tratado

Inês Pedrosa convoca uma voz doxal que traduz um código de conduta protocolar e que, por isso, explica o facto de o governo português não abordar questões incómodas aos dirigentes africanos, particularmente aquelas que se relacionam com os direitos humanos. De facto, o enunciador de *não se pode(m)*⁶⁹ *ofender os convidados* não se assimila à locutora Inês Pedrosa, que contesta esses códigos de conduta que não permitem a discussão efectiva dos problemas (ainda que defenda alguns procedimentos protocolares como é o caso daquele que obrigava José Eduardo dos Santos a comparecer ao jantar de boas-vindas). Neste caso, a convocação deste enunciador serve para apresentar argumentos, no sentido de interpretar o comportamento dos governantes portugueses que se assimilam a esse enunciador. O argumento seria, no entanto, deles e não da locutora Inês Pedrosa.

Já Vicente Jorge Silva começa por seleccionar o *se*, pronome indeterminado, de modo a apagar a origem enunciativa do enunciado convocado (*há necessidade de ultrapassar o défice democrático*). No entanto, ao longo da sua argumentação este enunciador vai-se assimilando a um locutor responsável pela política europeia. Esta viragem vai-se configurando numa construção activa, com sujeito nulo (*como é que ultrapassa o défice democrático, quando...parece-me, **está a correr** o risco de acentuar ainda mais o défice democrático*) e depois, pela referência *aos propósitos dos próprios...eh... dirigentes europeus* (o facto de não haver referências textuais a outros propósitos, leva o interlocutor a inferir que o locutor se refere à preocupação em superar o défice democrático). Assim, o percurso discursivo de Vicente Jorge Silva pretende

⁶⁹ Trata-se de uma imprecisão sintáctica no discurso da locutora: o verbo *poder* deveria estar no singular dado que o sujeito é o *se* indeterminado e não *os convidados* como parece sugerir o enunciado produzido.

revelar a incoerência (a que chama *equivoco*) desse locutor, dirigente europeu e enunciador da afirmação de que a Europa tem um défice democrático, que opta, no entanto, por não fazer o referendo em relação ao tratado de Lisboa, o que contraria o bom funcionamento de uma sociedade democrática em que as opções políticas e sociais são determinadas pelos cidadãos. Com esta estratégia, o locutor usa o próprio discurso do outro para contestar as suas opções (do outro). O locutor (L1) não manifesta, assim, opinião pessoal sobre a possibilidade de se referendar o tratado de Lisboa. Opta por denunciar a incoerência dos responsáveis políticos que se lhe opõem. Trata-se de um exemplo claro de sobre-enunciação, tal como a define Rabatel.

Outro momento em que ocorre a manipulação da palavra do outro, neste caso com recurso ao discurso directo, é também protagonizado por Vicente Jorge Silva, a propósito de um anúncio da autoria de Kadhafi, publicado por alguns jornais portugueses:

(62 - 8:03 m) VJS – eu acho que o anúncio tem um efeito cómico, **qualquer pessoa normal que leia isto, dá-lhe vontade de rir**, percebes? de...

(63) LC - é exótico para começar.

(64) VJS – bem (...) **eu leio três frases**, a análise intelectual é o código dos acontecimentos. é uma das frases. no site, **kadhafi fala** todas as portas são válidas para o conhecimento . parece uma coisa do budismo zen [tom irónico], não se percebe muito bem [risos vários] e depois diz o seguinte. kadhafi fala. o perigo das armas metralhadoras contra os seres humanos baseia-se no seu uso exagerado na morte colectiva

(65) LC – falta-lhes a medida de termo.

(66) VJS – **conclusão:** as armas metralhadoras, se não forem em uso exagerado e se não for a morte colectiva...[tom irónico]

(67) LC – <se for em uso moderado...[tom irónico]

(68) VJS –< moderado e na morte individual...[risos dos interlocutores] são aceitáveis? ou será que o, o coronel kadhafi tem interesse noutra tipo de armas e não nas metralhadoras? **porque a seguir diz.** pela piedade humana, há necessidade de apoiar o meu apelo para anular as armas metralhadoras, exceptuando as outras armas convencionais. quer dizer, as outras armas convencionais...tudo bem, as armas metralhadoras... **tem qualquer coisa contra as metralhadoras..eh... é uma fixação, não sei, uma fixação semelhante àquela que tem pelas Amazonas...eh... que lhe prestam...**

Nesta passagem o relato de discurso, num processo de sobre-enunciação, tem por objectivo criticar, pela exploração do ridículo, o locutor citado (I1), Kadhafi, como desde logo o locutor Vicente Jorge Silva anuncia (*qualquer pessoa normal que leia isto*,

dá-lhe vontade de rir) e como o tom irónico e os risos dos participantes confirmam. A citação de Kadhafi, reproduzida na leitura em estúdio de Vicente Jorge Silva, tem uma força de verdade, isto é, confere credibilidade ao discurso do locutor que cita. No entanto, essas “frases” são retirados do seu contexto e do seu co-texto e manipuladas por L1 de forma a marcar negativamente a imagem de I1, que acaba por ser apresentado como uma pessoa caprichosa, incapaz de decisões sustentadas: *tem qualquer coisa contra as metralhadoras...eh... é uma fixação, não sei, uma fixação semelhante àquela que tem pelas Amazonas...eh... que lhe prestam....*

A manipulação do discurso relatado, tomado como ponto de partida para a argumentação, é feita com recurso a estratégias diversificadas: as entoações irónicas, os comentários depreciativos e, ainda, uma estratégia argumentativa de recontextualização e continuação do discurso relatado. Inicialmente, há uma demarcação clara de vozes pela representação do discurso directo, introduzido pelos verbos *declarandi* (*falar e dizer*) e por uma entoação diferencial. No entanto, a conclusão (*conclusão: as armas metralhadoras, se não forem em uso exagerado e se não for a morte colectiva...*) já não é representada como discurso relatado. O locutor encena um enunciador, que assimila a Kadhafi e que conclui, na sequência do seu discurso efectivamente produzido, que as armas metralhadoras são aceitáveis se não forem utilizadas de forma exagerada. A distância do locutor (L1) em relação a este enunciado é assegurada pelo discurso anterior, e reforçada pelo tom irónico e pelo tom interrogativo final, que introduzem um enunciador a quem o locutor (L1) se assimila. Vicente Jorge Silva leva Kadhafi a uma conclusão de que ele realmente não é responsável, a não ser por imperativos lógicos que L1 accionou. Trata-se de uma estratégia em que L1 parte de discurso directo efectivamente produzido para lhe dar uma sequência possível, mas não produzida por I1. Há, assim, uma operação de manipulação do discurso do outro, através da sua recontextualização.

Na sequência anterior, Vicente Jorge Silva levava o discurso do outro a contradizer-se e, agora, orienta-o para uma determinada conclusão que é desfavorável à imagem do seu locutor (I1). Aparentemente, o locutor que cita (Vicente Jorge Silva) nada acrescenta ao discurso do outro, apenas o interpreta, usando um esquema de argumentação silogístico, o que torna a sua argumentação menos subjectiva, portanto mais convincente.

Há outros usos do discurso relatado, nomeadamente na co-construção de opinião, no sentido em que o refere Muñoz⁷⁰, de que há exemplo no nosso *corpus*:

(158-25:22 m) LC – deixa-me perguntar à inês pedrosa...é um programa que está com um olhar demorado sobre esta cimeira união europeia – áfrica. viste mugabe, viste kadhafi, josé eduardo dos santos e viste coisas sãs, também, nesta cimeira, inês pedrosa?

(159) IP – devo dizer que não [gracejos de IP]. eu percebo a ideia...eh... generosa aliás, da...da maria joão

(160) MJS – não é generosa, inês

(161) IP – é também

(162) MJS – não é, por (...)

(163)IP- e de alguém que é também de áfrica, como é a maria joão. mas o que...o que me pareceu... é assim: do ponto de vista daquilo que estavas agora a dizer das novas gerações ou da percepção ... isto agora começando por fora, pela percepção da população em relação à cimeira ... sinto que até ...eh...o tom e a...e a ...o tom destes dirigentes ...eh...africanos e a...a forma...eh... de tudo isto... quer dizer, o próprio facto... as exigências, as compras, o fecharem áreas de centros comerciais para irem lá comprar... tudo isso... eu, eu sei lá, os taxistas... os taxistas são sempre aquele barómetro já gasto, mas muito irritados. **lisboa cheia de buracos** ...o trânsito em dezembro é terrível, não é?... **e agora ainda se anda pior, porque estão cá esses eh...esses...esses torcionários todos, esses criminosos todos**..... era o que eu ouvia nos táxis e é o que... a sensação... quer dizer... não há...a sensação de que se trata...eh...de que se lida de igual para igual... com pessoas que não estão a tratar... porque...vamos lá a ver...e em resumo, porque já nos adiantámos muito...assim...sobre isto, mas ...

Inês Pedrosa relata o discurso dos taxistas para responder à questão que lhe colocou o moderador. Trata-se de uma estratégia argumentativa de convocação de vozes significativas, no sentido em que são representativas de opinião de grupos (os taxistas são identificados pela locutora como *barómetro*). Embora Inês Pedrosa não afirme concordar com o ponto de vista dos taxistas de que os dirigentes africanos são *torcionários* e *criminosos*, o relato desse discurso acaba por funcionar como opinião, já que ele é convocado sem ser contestado. Podemos ver aqui uma manobra de distanciamento que protege o locutor da responsabilização por um discurso que poderia ser considerado racista, xenófobo, com acusações graves e eventualmente difamatórias: quem o diz, são os taxistas. Mais uma vez, estamos perante uma das virtualidades do discurso relatado: a possibilidade de “dizer sem dizer”.

⁷⁰ Cf. página 23

Também o moderador da tertúlia radiofónica, cujo papel não prevê (e em certa medida não permite) opinião, recorre a estes dispositivos. O discurso directo e o discurso indirecto – já o dissemos –, mesmo quando é identificada a sua origem enunciativa, não são retratos objectivos do mundo, pois resultam de opções significantes do locutor que cita. Observemos, a este propósito, uma das intervenções do moderador:

(61-06:36 m) LC – entretanto ainda do nosso programa da semana anterior, ficamos de continuar a nossa... o nosso olhar sobre a cimeira europa-áfrica. há aqui questões que gostava de, de vos pôr...para a conversa, nomeadamente o anúncio do coronel kadhafi em três jornais nacionais, diários, o público, j.n. e o diário de notícias. **o expresso em editorial...eh... afirma que não aceitou esse anúncio e faz uma crítica aos jornais que o fizeram.** também a propósito do coronel kadhafi que, como... é sabido, exigiu condições especiais de alojamento que lhe foram fornecidas no forte de s. julião da barra. **ramaillade, muçulmana de origem senegalesa, secretária de estado dos negócios estrangeiros e dos direitos humanos no governo de nicholas sarkosy insurgiu-se contra a visita de kadhafi a França, depois de lisboa. ela disse que kadhafi ia a França limpar os pés ensanguentados....eh... dos, dos crimes que cometeu...eh... e, criticou a afirmação** de kadhafi na cimeira de lisboa de que o terrorismo é um acto legítimo para os fracos. kadhafi assinou com sarkosy contratos de 10.000 milhões de euros, tal como com o governo português. Este anúncio e esta presença, não só de kadhafi mas de muitos homens considerados ditadores, já aqui o...o referimos na semana passada, que se instalaram em lisboa durante dois dias....**este anúncio de kadhafi, é na tua opinião, vicente jorge silva, aceitável, para um jornal nacional?**

De facto, todo o discurso de Luís Caetano é desfavorável a Kad hafi, apesar de não haver a formulação óbvia dessa opinião. Essa orientação resulta, em muito, do recurso ao discurso indirecto (sempre desfavorável a Kad hafi), em particular o de Ramaillade e à formulação da questão total final, que ilustra um processo dialógico descrito por Brès, em que a interrogação, num efeito de lilote, se aproxima, do ponto de vista pragmático, da negação correspondente (*não é aceitável*)⁷¹.

⁷¹ Podemos confirmar esta interpretação, (sustentada também na imagem pré-discursiva de Luís Caetano como homem defensor dos princípios democráticos) na análise que Brès faz de um recorte do jornal francês *Le Monde* que ele próprio transcreve:

(3) (l'affaire du colza transgénique) «Une tempête dans un verre d'eau?»
Non, monsieur Glavany, c'est la pointe émergée de l'iceberg OGM! L'affaire du cloza pollué aux organismes génétiquement modifiés (OGM) constitue un tournant majeur de la saga des plantes transgéniques. (Le Monde)

Par l'interrogation, E1, met en débat l'assertion [(affaire du cloza transgénique) est une tempête dans un verre d'eau], énoncé attribué à un autre énonciateur e1, explicité ici comme «Monsieur Glavany». Remarquons les guillemets, marqueur dialogique plus explicite, qui signalent que ladite [sic] assertion a le statut de discours rapporté. Cette interrogation produit ici un effet de sens globalement proche de l'assertion négative correspondante (confirmé para la réponse négative apporté par E1 lui-même : «Non, Monsieur Glavany»).(Brès, 2001:255-256)

Assim, Luís Caetano consegue orientar o discurso num determinado sentido argumentativo, através das escolhas que faz no seu enunciado, e pelas quais é responsável.

Finalmente, o discurso relatado aparece ainda com uma função mimética, no contexto de uma sequência narrativa, em que Maria João Seixas relata um episódio ocorrido em Londres, recorrendo ao discurso directo (assinalado a negrito) para presentificar as enunciações evocadas (apesar de, como já vimos, as enunciações não serem repetíveis). Não há uma tentativa de reproduzir o que foi dito⁷², mas sim de dramatizar um episódio no seu essencial, criando um “efeito de real”⁷³. É nesse sentido que interpretamos a tradução (o diálogo terá ocorrido em inglês) e a expressão vaga “rua não sei das quantas”:

(288-50:04 m) **MJS** – olha, eu sei, uma história. e tem um ano. há um ano e meio, uma amiga minha e eu tivemos que ir a um doutoramento a londres, assistir a um doutoramento de um amigo nosso. e, depois, um dia...eh... precisámos de ir ...eh...a um sítio e perdemo-nos, começou a chover e perdemo-nos e andámos meia hora para trás e para diante e não conseguíamos e perguntávamos às pessoas e elas não sabiam onde é que era a rua e depois vimos um carro ...com três bobbies [risos IP] parados. mas parados ali. a helena..eh... precipitou-se a perguntar... depois também não percebeu a reacção... a seguir fui eu onde eles estavam sentadinhos no carro parado e nós dissemos... **olhe, queríamos ir para a rua não sei quantas**. nós estávamos no começo dessa rua, mas não tínhamos percebido porque a placa não estava lá. **podem-nos informar onde é que é?** e eles disseram, **não** [burburinhos]. testemunha. eu não estou a inventar esta história!

(289) **IP** – mas não, porque não sabiam?

(290) **MJS** – não porque... quer dizer, não sabiam, tinham de se informar. não era obrigatório que eles soubessem. por acaso estavam na rua, mas não era obrigatório. mas... quer dizer...e a... e a rir!

(291) **IP**– não era a função.

(292) – e eu disse **mas o que é isto?!**. eu não vou tomar estes três... estas três bestas pela polícia que eu conheci nos anos 60, 70 ...

A reconstrução de um episódio aparece também numa passagem inicial do nosso *corpus*, com a particularidade de os locutores citarem discursos possíveis, mas não testemunhados, num processo de criação ficcional, ainda que intencionalmente

⁷² Como já referimos, o discurso directo não reproduz necessariamente as palavras do discurso citado (cf. pág.82)

⁷³ Cf. Vion :” La stratégie de discours direct vise à créer un effet de réel, à donner l’impression que les paroles rapportées sont authentiques et le locuteur s’efface devant elles. In convient, bien entendu, de ne pas confondre cet effet de réel avec une reproduction fidèle de la réalité” (2005:4)

verosímil. Trata-se da dimensão fictiva do discurso relatado (Marques: 2006c), que leva alguns autores, como Rabatel, a preferirem falar em discurso representado.

Neste caso as locutoras Maria João Seixas e Inês Pedrosa (L1) situam-se numa posição de superioridade em relação a Il, pois adivinham o seu discurso ao ponto de o poderem representar em discurso directo, criando o “efeito de real” já referido:

(50-5:00m) LC – questionas também o impacto e os resultados desta campanha, maria joão seixas?

(51) MJS – ai eu, olha, nem me vou dar ao trabalho de...de... eu subscrevo tudo... o que já foi dito. eh... quero só dizer que, apesar de tudo, me inquietou ligeiramente a presença da joana vasconcelos, isto é...

(52) LC – porquê?

(53) MJS – ... que eles distraíram-se por uma vez e ... assim ...**vamos lá pôr uma coisa das artes plásticas**

(54) IP – moderna. foi...**vamos pôr uma moderna.**

(55) MJS – não...e das artes plásticas. **há aí alguma coisa de cultura? então vá lá, vamos pôr, vamos pôr....** ..quer... não é muito habitual e pode ser que, que, que lhes dê...

(56) IP – > que seja o prenúncio.

Este dispositivo linguístico é aqui utilizado para construir uma imagem negativa dos responsáveis pela campanha de promoção de Portugal, locutores prováveis dos enunciados citados, pessoas previsíveis e que mostram ignorância e até desprezo relativamente à vida cultural, como evidencia a selecção lexical para designar objecto cultural (*uma coisa*), selecção que, lembramos, é afinal da responsabilidade da locutora Maria João Seixas, aqui também locutora citante de discurso ficcional. O recurso repetido ao verbo *pôr* e ao advérbio *lá* (*vamos lá pôr*) também contribui para a construção deste enunciador para quem a cultura é uma aérea de interesse menor, face ao qual apresenta alguma condescendência que o uso do advérbio vem reforçar. Há aqui um processo criativo que se assemelha ao da criação literária que Isabel Duarte refere relativamente a “Os Maias” de Eça de Queirós:

O romance queirosiano, sobretudo a obra-prima Os Maias, utiliza, de um modo inovador, relato do discurso das personagens para com esse relato tecer a intriga narrativa e traçar o retrato (muitas vezes, a caricatura) da personagem, através das suas palavras, dos seus tiques verbais. (Duarte, 2003:539)

O discurso relatado, que no nosso exemplo obedece a um critério de verosimilhança, funciona como dispositivo de crítica aos seus locutores possíveis (os responsáveis pela campanha de promoção de Portugal), mas também, por contraponto, como dispositivo para a construção de uma imagem positiva das locutoras Maria João Seixas e Inês Pedrosa, que se distanciam daqueles, enquanto pessoas conhecedoras da vida cultural, numa atitude de superioridade confirmada pelo tom irónico e pelo riso. Como já afirmámos atrás, o locutor numa interacção, não obstante o reconhecimento de um *ethos* pré-discursivo por parte dos interlocutores e dos destinatários, acciona estratégias de reconstrução ou confirmação (como acontece neste caso particular) dessa imagem pré-discursiva no acto de dizer.

VI- CONCLUSÕES

O percurso de investigação que acabámos de apresentar permite-nos avançar com algumas conclusões. Como temos vindo a afirmar, não nos propusemos problematizar os conceitos de polifonia e de modalização do ponto de vista teórico: fizemo-lo apenas de modo a podermos operar com eles. Preocupou-nos sobretudo analisar o funcionamento destes processos numa particular interacção discursiva, integrada no discurso radiofónico, portanto é nesse sentido que apontam estas reflexões finais.

Começámos por enquadrar o nosso *corpus* de análise no subgénero da tertúlia radiofónica, que diferenciámos do debate radiofónico, apesar de o programa ser assim designado pelo moderador. Esta decisão fundamenta-se em determinadas características da interacção em estudo, que a aproximam do protótipo da tertúlia radiofónica, tal como este é apresentada em alguns estudos do domínio da comunicação social. O quadro comunicativo foi importante na definição do subgénero, mas foi sobretudo a análise linguística do discurso que o confirmou. Destacamos, assim, como características da tertúlia radiofónica, o tom relativamente informal (ainda que a sua natureza radiofónica introduza algum grau de formalidade) e a relação horizontal entre os interlocutores que, por vezes, abrange mesmo a relação entre o moderador e os participantes, quando o primeiro, também ele num registo menos formal, partilha discursos, expressa opinião, participa em coligações discursivas e até permite a participação dos interlocutores no alinhamento dos programas. Por outro lado, o tom não agonal e as relações de cortesia e de convergência ideológica e afectiva são também marcas da tertúlia. Esta configuração das relações interpessoais é confirmada pela análise linguística do discurso, pois também é função do discurso defini-las e consolidá-las. Podemos, nesse sentido, concluir que essa relação interpessoal de proximidade afectiva e ideológica se consolida através de mecanismos discursivos como, por exemplo, as coligações que se vão construindo e reconstruindo ao longo da interacção, sem contudo se cristalizarem como acontece geralmente no debate, em que as relações de oposição e de convergência são pré-definidas e estáveis. A flexibilidade das coligações garante um clima de abertura e partilha entre todos os interlocutores.

A análise dos processos de retoma diafónica revela-se também interessante na caracterização do tom amigável da tertúlia: mesmo quando introdutora de uma reformulação ou de uma reorientação argumentativa, a retoma diafónica constituiu-se

sempre como um movimento de aceitação inicial, quer no sentido do respeito pela palavra do outro, quer no sentido do reconhecimento da sua pertinência. A diafonia, em particular na sua função de continuação e/ou completação do enunciado do outro, revelou-se também um mecanismo de coesão discursiva, em que os interlocutores, num quadro de partilha e convergência de enunciados, cooperam na construção de sentidos, o que vem, mais uma vez, consolidar as relações interpessoais que caracterizam a tertúlia radiofónica.

Do mesmo modo, o moderador recorre a estratégias polifónicas e modalizadoras para configurar o seu papel de gestor da interacção discursiva, a quem não cabe, em princípio, proferir opinião, através da formulação de questões em que dois enunciadores (o que afirma e o que questiona) são convocados. Também recorre frequentemente à retoma diafónica para reenviar os seus interlocutores aos seus discursos, denotando, assim, uma atitude de ouvinte atento e interessado e, ao mesmo tempo, assegurando a resposta a eventuais questões do público ouvinte, que não se constitui como alocutário.

Outro aspecto caracterizador da tertúlia radiofónica é a tensão entre o tom conversacional (“entre amigos”), e o discurso público que é sempre uma emissão de rádio. Mais uma vez, a análise do discurso permite-nos analisar os processos linguísticos que gerem esta tensão e que, por outro lado, a tornam visível à superfície do texto. Referimo-nos, por exemplo, às ocorrências frequentes de comentários reflexivos metadiscursivos (modalização autonímica), que dão conta da consciência do locutor relativamente ao seu discurso e a preocupação quer com possíveis (e indesejáveis) interpretações, quer com a imagem que os interlocutores e os ouvintes poderão construir de si a partir do seu discurso. De facto, em rádio, a construção do *ethos* discursivo adquire contornos particulares, posto que não há imagem visual: só voz é dada aos ouvintes, daí a sua força acrescida na construção da imagem do locutor.

Verificámos ainda a importância da modalização com valor espistémico (através dos verbos de opinião) na construção da imagem dos participantes da tertúlia, que, não obstante a sua voz de “opinion makers”, se apresentam como interlocutores abertos à opinião na sua atitude de reconhecimento da subjectividade, propiciando assim relações interpessoais de confiança e de tolerância.

Finalmente, a análise das ocorrências do discurso relatado no nosso *corpus* mostra-nos bem as suas virtualidades pragmáticas, no domínio da argumentação, que passam também pela construção da imagem do locutor, que por vezes é salvaguardada pela atribuição do dizer a outro, permitindo-lhe “dizer sem dizer”. Também documentámos a

ocorrência da manipulação do discurso do outro, numa posição de sobre-enunciação, através da sua recontextualização e da reorientação argumentativa.

Em suma, verificámos que a modalização e a polifonia estão presentes ao longo do nosso *corpus* de análise e que são estratégias discursivas partilhadas por todos os interlocutores da tertúlia radiofónica, em circunstâncias diversificadas e com objectivos diversos, ainda que sempre argumentativos. A convocação de diferentes vozes no discurso, de forma mais ou menos explícita, revelou-se um fenómeno corrente, quer num registo mais espontâneo e informal, predominante no subgénero que seleccionámos (concluimos que, não obstante a especial vigilância própria do discurso público, a tertúlia radiofónica pressupõe alguma espontaneidade e um discurso não completamente planeado), quer num registo mais planeado, como se observou, por exemplo, em algumas sequências de abertura do moderador.

Tal como se configura no espaço radiofónico actual, a tertúlia radiofónica enquanto lugar de partilha de opinião e de saberes, cujos interlocutores conhecem, por inerência ao seu perfil, muitos outros discursos (escritos, orais, fílmicos, musicais), poderá configurar um quadro comunicativo propício a estratégias polifónicas.

VII – BIBLIOGRAFIA

Almeida, C. (2002). Algumas questões teórico-metodológicas levantadas pela análise de um corpus de interacções verbais na rádio. In *Actas do XVIII encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp.37-45). Lisboa: APL

Almeida, C. (2005). *Discurso radiofónico português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa.

Amoussy, R. (1999). *Images de soi dans le discours - La construction de l'ethos*. Paris: Delauchaud et Niestlé.

Anscombre, J., & Ducrot, W. (1988). *L'argumentation dans la langue* (2^{ème} éd.). Liège: Pierre Mardaga.

Aristóteles. (1998). *Retórica* (M. A. Júnior, Trad.) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Austin, J. (1980). *How to do things with words*. (2.nd edition) Oxford: Oxford University Press.

Authier-Revuz, J. (1995). *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse.

Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale* (A. Aucouturier, Trad.) Paris: Éditions Gallimard.

Bally, C. (1965). *Linguistique générale et linguistique française* (4^{ème} éd.). Berne : Francke.

Benveniste, E. (1970). L'appareil formel d' énonciation. *Langages*, 217, 12-18

Benveniste, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.

Braga, D. (2007). *Estratégias de argumentação e construção da imagem pessoal no debate político televisivo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

- Brès, J. (2001). Analyse du discours et dialogisme. *Diacrítica*, n° 21, 249-263.
- Bucholtz, M. (2000). Potitics of transcription. *Journal of pragmatics*, n°10, 32, 1439-1465
- Charaudeau, P. (2005). *Les médias et l'information: l'impossible transparence du discours*. Bruxelles: De Boeck.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil.
- Doury, M. (1995). Duel sur la cinq: dilogue ou trilogue. In C. Kerbrat-Orecchioni, *Le trilogue* (pp. 225-249). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Duarte, I. (2003). O discurso das personagens em Os Maias: polifonia, modernidade. *Línguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras*, XX (II), 539-549.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Ducrot, O., et al. (1980). *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Fonseca, J. (1988). Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos. *Diacrítica*, n° 3-4, 63-77
- Fonseca, J. (1994). Heterogeneidade na língua e no discurso. In J. Fonseca, *Pragmática linguística: introdução, teoria e descrição do português* (pp. 49-94). Porto: Porto Editora.
- Goffman, E.(1974). *les rites d'interaction*. (A. Kihm, Trad.) Paris: Les Éditions Minuit.
- Haillet, P. (2003). Polyphonie et modalisation. *Thélème. Revista Complutense de Estudios Franceses*, n° extraordinario, 95-108.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1995). *Le trilogue*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1990). *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans la langue*. Paris: Armand Colin.

Maingueneau, D. (1996). *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil.

Maingueneau, D. (2005). L'analyse du discours et ses frontières. *Marges Linguistiques*, n°9, 64-75

Marnette, S. (2005). L'effacement énonciatif dans la press contemporaine. *Langages*, 156, 51-64.

Marques, M. A. (2006a). Modalização/modalidade: (in)definições da área. In *Processos discursivos de modalização: actas do III Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso* (pp. 149-162). Braga: Universidade do Minho.

Marques, M. A. (2006b). Novas perspectivas nas ciências da linguagem: a análise linguística do discurso. In F. Azevedo (coord.), *Linguagem materna e literatura infantil: elementos nucleares e para professores do ensino básico* (pp. 161-183). Lisboa: Lidel.

Marques, M. A. (2006c). Debate político e discurso relatado: dimensões de uma ficção. In *VII Congr s de Linguística General: Actes*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona

Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do discurso político parlamentar*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos.

Mendes, J. P. (2003). *Tudo o que se passa na TSF*. Porto: Jornal de Notícias.

Moreno Espinosa, P. (2002). La tertulia radiofónica, foro para el siglo XXI. *Estudios sobre el Mensaje Period stico*, 8 , 275-291.

Müller, F. (1995). Trilogue et "double articulation" de la conversation radiophonique. In C. Kerbrat-Orecchioni, *Le Trilogue* (pp. 201-223). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Mu oz, J. M. (2005). Effacement  nonciatif et co-construction de l'opinion das les forums du jornal Le Monde. *Langages*, 156, 79-95.

Ramilo, M., Freitas, T. (2003). *Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas*. Comunicação apresentada no encontro comemorativo do 25  aniversário do CLUP, Porto (retirado de <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-redip-transcricao.pdf> em em Dezembro de 2007)

Ramilo, M., Freitas, T. (2002). *A linguística e a linguagem dos média em Portugal: descrição do projecto REDIP*. Comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional de ALFAL, San Jose, Costa Rica (retirado de <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-redip-redip.pdf> em Dezembro de 2007)

Rabatel, A. (2003). L'effacement énonciatif dans les discours représentés et ses effets pragmatiques de sous- e sur-énonciation. *Estudios de Lengua y Literatura Francesas*, 14, 33-61.

Rabatel, A. (2005). L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. *Langages*, 156, 03-17.

Rebelo, J. (2002). *O discurso do jornal* (2ª ed). Lisboa: Editorial Notícias.

Roulet, E., et al. (1991). *L'articulation du discours en français contemporain* (3^{ème} éd.). Berne: Peter Lang.

Santamaría Suárez, L. (1997). *Géneros para la persuasión en periodismo*. Madrid: Fragua.

Saramago, J. (1982). *Memorial do convento*. Lisboa: Editorial Caminho.

Scannel, P. (1991). Introduction: the relevance of talk. In P. Scannel (ed.), *Broadcast talk* (pp. 1-13). London: Sage.

Searle, J. (1979). *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.

Toral, G. (s.d.). *Eukonews&Media*. Retirado em 20/05/08 de <http://euroknews.com/0034zbnk/media3401es.html> /

Vion, R. (2005). *Modalisation, dialogisme et polyphonie*. (retirado de <http://www.dialogicidad.cl/papers/Vion.pdf> em Maio de 2008)

Vion, R. (2006). Dimensions énonciative, discursive et dialogique de la modalisation. In *Processos discursivos de modalização: actas do III Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso* (pp. 12-36). Braga: Universidade do Minho.

VIII – ANEXO I

Transcrição da Emissão de *Um Certo Olhar* em 14 de Dezembro de 2007

(de acordo com as normas apresentadas no capítulo IV, pp. 45-49)

Transcrição da Emissão de *Um Certo Olhar* em 14 de Dezembro de 2007

(de acordo com as normas apresentadas no trabalho de dissertação, pp. 44-49)

Interlocutores

- Luís Caetano, jornalista, autor do programa e moderador (LC)
- Inês Pedrosa (IP)
- Maria João Seixas (MJS)
- Vicente Jorge Silva (VSJ)

LC – bem -vindos a um certo olhar, o debate na antena 2 com maria joão seixas e inês pedrosa, vicente jorge silva e luís caetano, em dias...eh... luminosos, tão luminosos quantos os sorrisos do primeiro ministro e do presidente da comissão europeia aquando da assinatura do tratado de lisboa. lisboa, que é a plataforma de... da diplomacia europeia e mundial depois da cimeira de áfrica no último fim-de-semana...eh...nestes últimos dias assistimos a uma nova fase na construção europeia. nestes dias, de que vamos falar, foi também lançada a nível mundial uma campanha ... ainda não tive oportunidade de ver as fotografias dessa campanha de promoção de portugal, mas tu, inês pedrosa, com uma revista semanal à frente, parecem-te os rostos adequados para uma... boa imagem de portugal?

IP – parecem-me sobretudo escassos...eh...e, e a mim enerva-me sempre um bocadinho que portugal seja, acima de tudo, futebol... eh <

LC -temos dois rostos de futebol

IP – dois rostos do futebol...<

LC – cristiano ronaldo e josé mourinho

IP – eh...um rosto do fado. isto parece um visã um bocadinho... eh..

LC – nossa senhora de fátima também?

VJS – é preciso adeptos

IP – <falta fátima. olha a nossa senhora de fátima

LC – <com todo o respeito

IP – exactamente. mas em vez [gracejos], de nossa senhora de fátima temos a joana vasconcelos

LC – hum

IP – que é uma, boa artista plástica, mas eu sinto a falta de personalidades da literatura, de personalidades do cinema, porque são duas artes que, não parecendo, isto é a questão da internacionalização, são, dizem eles, rostos que são muito conhecidos no estrangeiro, e eu penso que há rostos do cinema e da literatura portuguesa bastante divulgados...eh...noutros países e penso que são duas artes em que...>

VJS – mas isso não será ... não será uma primeira leva? mas o próprio...>

IP – se é uma segunda, se haverá segunda ou terceira, também ouvi falar, nuns valores, financeiros tão altos...

LC – <um fotógrafo internacional caríssimo para tirar essas fotografias e creio que ficaremos por aqui

VJS – sim, ouvi falar nuns, nuns empresários conhecidos[insinuação?]

IP – preferia. acho que outra arte em que portugal tem dado algu...bastantes cartas

MJS – arquitectura, não?

IP – a arquitectura também, por exemplo. e a própria fotografia, portanto não percebo por que é que entre os muito e muito bons, muitos muito bons, fotógrafos portugueses, não se encontra um, provavelmente faria um preço mais patriótico do que os tais 200...eh... mil

LC – < 200.000 contos

IP – < contos, em moeda antiga

VJS – não seria uma coisa de manuel pinho, que tem a mania...

LC – é manuel pinho...

VJS – que percebe de fotografia ou que é coleccionador e que terá...eh... contratado esse...?

LC – sim, sim, é uma iniciativa do ministério da economia. de qualquer forma, parece-vos a melhor campanha, a favor da imagem de portugal, esta eleição de... rostos ...que serão conhecidos em alguns círculos...eh...? >

VJS – eu confesso que não consigo perceber...(...) pronunciar-me sobre isso antes da minha amiga maria joão seixas

LC – outros que fazem parte das imagens diárias...da agenda do futebol (...)

IP – eu preferia ver as obras deles...>

VJS – eu tinha visto... diz

IP – por exemplo, a Joana Vasconcelos tem uma obra que é reconhecida, mas a cara não será e é mais interessante ver a obra do que as caras, percebes? penso eu

VJS – mas eu tenho visto imagens, mas parece que essa joana vasconcelos vai aparecer. eh... o que...

IP – vai aparecer, como? já aparece

VJS – não, não, aparece, aparece depois

IP – as obras. as obras aparecem depois. é o que era interessante. não

VJS – não, não é as obras.....

IP – não

VJS – estamos a falar da imagem dela nos cartazes.

IP – a imagem está já aqui

VJS – está bem, está bem, pronto, ok. não, isso, eu ...estava a falar de uma coisa que me parece...eh... enfim... mais relevante do que ver as fotografias aqui

IP – é isso

VJS –permitam-me...eh... mas, o aspecto que elas têm na cidade... são...eh... uns cartazes imensos...eh...que cobrem às vezes ...eh... paredes inteiras onde há prédios...eh... em obras (...)

IP – (...)[risos IP]

VJS – têm essa finalidade também...eh...e o, e o, e o ... pessoalmente , isto é uma questão de gosto pessoal, é evidente, acho... bastante incipiente para não dizer pindérico e confuso. têm uma imagem muito confusa...eh... não têm impacto nenhum... e não se percebe qual é o objectivo da campanha... não é nada visível nos cartazes.

LC – parecem fotografias mais de emissão filatélica

IP – é...é...parecem

VJS – não, é uma imagem em alto contraste...do, duma figura com uma paisagem em segundo plano. e tudo isso é muito confuso, não se percebe nem sequer bem a paisagem, nem a cara da pessoa

IP –pois é

VJS – portanto...

LC – questionas também o impacto e os resultados desta campanha, maria joão seixas?

MJS – ai eu, olha, nem me vou dar ao trabalho de...de... eu subscrevo tudo... o que já foi dito.eh... quero só dizer que, apesar de tudo, me inquietou ligeiramente a presença da joana asconcelos, isto é...

LC – porquê?

MJS – ... que eles distraíram-se por uma vez e ... assim ...vamos lá pôr uma coisa das artes plásticas

IP – moderna. foi...vamos pôr uma moderna

MJS – não...e das artes plásticas. há aí alguma coisa de cultura? então vá lá, vamos pôr, vamos pôr. ..quer...não é muito habitual e pode ser que, que, que lhes dê...

IP –>que seja o prenúncio

MJS –que lhes dê o gosto [risos IP] e que a próxima campanha seja com escritores, cineastas, como a Inês disse, arquitectos...

IP –> ...arquitectos

MJP –...pintores...eh

IP – exactamente.

MJS –eh...músicos ...eh... aí, sim, eu veria o ministério da economia ...eh...com um projecto de desenvolvimento, acertado ...eh... sustentado, e sustentável para o país. mas estas coisas das campanhas internacionais são sempre também complexas ... quem é ... quem é que decide? porquê? o objectivo, eu ainda não percebi muito bem, para além dos cartazes, o que é que é feito, por exemplo, em termos de... de filmes e de...eh... para passarem internacionalmente... e o que é que eles querem vender...a ideia da energia? do sol? da, do mar? da praia, mais uma vez? a costa mais a oeste?

LC – entretanto ainda do nosso programa da semana anterior, ficamos de continuar a nossa... o nosso olhar sobre a cimeira europa-africa. há aqui questões que gostava de, de vos pôr...para a conversa, nomeadamente o anúncio do coronel kadhafi em três jornais nacionais, diários, o público, j.n. e o diário de notícias. o expresso em editorial...eh... afirma que não aceitou esse anúncio e faz uma crítica aos jornais que o fizeram. também a propósito do coronel kadhafi que, como... é sabido, exigiu condições especiais de alojamento que lhe foram fornecidas no forte de s. julião da barra. ramallade, muçulmana de origem senegalesa, secretária de estado dos negócios estrangeiros e dos direitos humanos no governo de nicholas sarkosy insurgiu-se contra a visita de kadhafi a França, depois de lisboa. ela disse que kadhafi ia a França limpar os pés ensanguentados....eh... dos, dos crimes que cometeu...eh... e, criticou a afirmação de kadhafi na cimeira de lisboa de que o terrorismo é um acto legítimo para os fracos. kadhafi assinou com Sarkozy contratos de 10.000 milhões de euros, tal como com o governo português. este anúncio e esta presença, não só de kadhafi mas de muitos homens considerados ditadores, já aqui o...o referimos na semana passada, que se instalaram em Lisboa durante dois dias....este anúncio de kadhafi... é na tua opinião, vicente jorge silva, aceitável, para um jornal nacional?

VJS – eu acho que o anúncio tem um efeito cómico. qualquer pessoa normal que leia isto, dá-lhe vontade de rir, percebes? de...

LC – é exótico para começar

VJS – bem (...) eu leio três frases: a análise intelectual é o código dos acontecimentos. é uma das frases. no site, kadhafi fala todas as portas são válidas para o conhecimento . parece uma coisa do budismo zen [tom irónico], não se percebe muito bem [risos vários] e depois diz o seguinte. kadhafi fala. o perigo das armas metralhadoras contra os seres humanos baseia-se no seu uso exagerado na morte colectiva

LC – falta-lhes a medida de termo

VJS – conclusão: as armas metralhadoras, se não forem em uso exagerado e se não for a morte colectiva...[tom irónico]

LC – <se for em uso moderado...[tom irónico]

VJS – < moderado e na morte individual...[risos dos interlocutores] são aceitáveis? ou será que o, o coronel kadhafi tem interesse noutra tipo de armas e não nas metralhadoras? porque a seguir diz. “pela piedade humana, há necessidade de apoiar o meu apelo para anular as armas metralhadoras, exceptuando as outras armas convencionais” . quer dizer, as outras armas convencionais...tudo bem, as armas metralhadoras... tem qualquer coisa contra as metralhadoras..eh... é uma fixação, não sei, uma fixação semelhante àquela que tem pelas amazonas...eh... que lhe prestam...

LC – quarenta amazonas

VJS – ...guarda. há uma coisa que eu confesso em relação ao coronel kadhafi... é um bocado por de mais... lá porque...eh... há os negócios...não podem justificar tudo! o coronel kadhafi

apresenta-se com ...eh... com uma personagem com uma postura um pouco desvairada...eh... impõe...

MJS – alucinada, mesmo

VJS – < alucinada. aliás, basta olhar para ele. ninguém, por exemplo, nenhum jornal se interroga sobre com que cara é que ele aparece. coronel kadhafi... outra personagem qualquer que aparecesse com aquele ar, as pessoas interrogavam-se...eh... o homem às vezes está com a barba de três dias, outras vezes está muito bem escapelado. umas vezes veste-se...uma... umas fardas estranhíssimas... outras aparece vestido de beduíno

IP – não se veste nada mal, tem lá umas coisinhas que não desdenharia

VJS – não, mas vocês já viram bem a cara dele? e o...eh... tem um rosto assim... suado muito inchado

LC –bom, mas para além desta espécie de ménage diária...

VJS –. o que é que se passa com aquele homem? depois, ninguém tem curiosidade em saber o que é que se passa? não têm curiosidade em saber, por exemplo, aquela história das amazonas? eu acho uma coisa também extraordinária, até bizarra... ninguém? nem como faits divers? os jornais... não se interrogam sobre isso. não vi nenhum jornal... não vi, pode ser que tenha aparecido, mas... se interrogarem sobre este tipo de extravagâncias que dão uma figura de opereta completa, mas como o homem tem muito dinheiro, tem muito petróleo e tem...eh... pode abrir os cordões à bolsa, todas as pessoas tratam o kadhafi como a história do rei vai nu. O kadhafi... como se fosse uma figura de grande relevância e depois há estes anúncios, com estas... asneiradas, com estas tolices...eh (...)

LC – ninguém, não é bem assim, porque ramaillade, esta...eh... secretária de estado ... e é curioso é uma secretária de estado dos negócios estrangeiros e direitos humanos, uma escolha de nicholas sarkosy. ela questiona...>

VJS – não, ela tem toda a razão. ele chega aos sítios e ainda por cima... insulta, ofende os países que permitem montar a tenda...eh... que o acolhem, que o recebem com uns sorrisos. ele chega lá...eh... começa a...a ofender... os países, as suas tradições, justifica o terrorismo... é preciso não esquecer que o coronel kadhafi e o estado líbio está envolvido...eh

LC – <...no abate dum avião

VJS – no...no famoso acidente trágico...eh... acto terrorista, que custou a vida a centenas de pessoas...eh... sobre a grã-bretanha, há já bastantes anos

LC – quase vinte.

VJS –e nunca foi... bom a líbia parece que pagou umas indemnizações

LC –>umas indemnizações, sim

VJS – na sequência disso e depois arranjou uns bodes expiatórios lá na secreta líbia para ficarem com a responsabilidade disso. mas toda a gente sabe quem é o coronel kadhafi.

IP – dizem (...)

VJS – alucinada como tu disseste. mas isto é um exemplo caricatural do... do... eu acho que ...eh...o coronel kadhafi é um símbolo dos aspectos mais desagradáveis que para mim teve a cimeira união europeia – áfrica. quer dizer...eh... terá sido o caso limite. mais, talvez, do que mugabe, que o mugabe até foi relativamente discreto, apenas se limitou a defender-se e, de certa maneira, ficou um pouco isolado, na cimeira, embora me tenha parecido que a cimeira confirmou aquilo..eh... que...eh...eu dizia a semana passada, que a maria joão assim... um bocadinho zangada comigo sobre... a cimeira ue-áfrica, foi apenas um pretexto para...eh... fazer negócios. embora esses negócios... parece que não tenham sido muito.... não tenha re... tenham dado grandes frutos, para já...

LC – não sabemos também

VJS – para já há o problema dos direitos humanos, que foram completamente secundarizados ou reduzidos a um formalismo .penso que só a senhora merkel falou do assunto de uma forma mais veemente e mais concreta...eh

LC – <do Zimbabwe, nomeadamente

VJS – e creio que passou...eh... como uma nota de rodapé ...eh... depois, se tivermos oportunidade de falar sobre a europa, também gostava de dizer qualquer coisa, se for do entendimento das outras pessoas

LC – juntem à conversa, para já...esta...este>

VJS – não, é a propósito do tratado europeu... a propósito do tratado europeu, mas agora

LC – este balanço da cimeira união europeia-áfrica. acaba por ser um...um episódio que acaba por ter mais a lamentar do que a celebrar?

MJS – não. eu não estou de acordo. vamos lá por partes. primeira parte. e porque se referiu este...esta figura mediaticamente extravagante do coronel kadhafi. interessa-me muito menos discutir o coronel kadhafi do que os meus dirigentes, os dirigentes ocidentais, que com o coronel kadhafi negociam. essa para mim é a questão política, como...como europeia e como ocidental, que me interessa seguir com atenção e retirar daí algumas lições para outros encontros e desencontros com figuras menos excêntricas, mas...

VJS – <mas há outros que também são... frescos.

MJS – ...mas igualmente frescas

VJS – alguns deviam estar presos...desde

IP – quase todos

VJS –desde o tipo do sudão, desde o ditador sudanês, passando por alguns cleptocratas e ditadores africanos que são personagens...eh... enfim... eu não gostava de me cruzar com eles. e não é ... atenção! a gente tem que falar dos africanos sem complexos de, de...

IP – pois

VJS –de ou que podemos ser considerados racistas ou qualquer coisa no género. eu acho que não>

IP – aliás, eles jogam com isso

VJS – não sou racista. claro que não sou

IP – eu também não

VJS – e não sou verdadeiramente racista ...eh... e que não podemos passar a vida inteira sempre com esse complexo, que, quando eu digo...eh... critico.... um líder africano ou faço uma referência dessas...eh...sou logo imediatamente suspeito de ter uma atitude sobranceira do ocidental colonizador... eh... eu acho que isso... só queria fazer este ponto...

LC – < essa ressalva. está feita

VJS – este esclarecimento. peço desculpa à minha amiga...

MJS – quando acabares...

VJS – ah, pode ser, só

MJS – e se eu puder alinhar os meus pontinhos sobre esta matéria...

VJS – oh, faça o favor, faça o favor

MJS – eu estou muito serena, hoje, ao contrário da última vez, que estava um bocadinho exaltada. estou muito serena. portanto... primeiro ponto, em relação a esta extravagante figura. segundo ponto...eh... relativamente à... à maneira como estas cimeiras se organizam, à ... aos objectivos que pretendem atingir, às...eh... ao modo logístico, diplomático e político da...das negociações que levam à sua concretização e, nesse sentido, eu acho que, esta cimeira foi positiva. perguntar-me-ão ...positiva, porquê?

IP – pergunto eu : positiva porquê?

LC – positiva porquê, maria joão?

IP – eu não vi nada, eu pessoalmente por exemplo, não vi nada. vá

LC – criámos ponte? [risos IP]

MJS – volto

IP – explica, explica. explica lá porquê[risos IP]

VJS – explica lá porquê. eu queria saber... o..o grau positivo desta cimeira.

IP – eu também. eu ainda não vi nada

VJS – mas eu posso atender a aspectos positivos. estou a falar é , a questão essencial.[risos IP] para mim. a questão essencial para mim, já agora, permitam-me, é que os negócios secundarizaram a ... eh... e a concorrência... a obsessão da concorrência com a china que tende a ocupar posições cada vez mais importantes no continente africano...

LC – maria joão afastou-se um pouco. marcámos/marcamos o nosso terreno em áfrica. isso é uma frase um bocadinho colonialista, mas...>

IP – ó vicente, vamos lá chamar a maria joão para ela acabar de explicar.

LC – no fundo se isso podia definir... como marcámos/marcamos o nosso território em áfrica, mas não sei se isso não traz reminiscências...eh

IP – deixa lá a maria joão acabar os pontos dela.

VJS – não, eu não estou a falar, eu não estou a falar...eh...de...eu não estou a falar de...de...eu estou a falar da posição oficial em relação a isso. os líderes europeus... >

IP – bate-lhe, maria João.

VJS – ...estão interessados em não perder o terreno em relação...eh... ao espaço que a china foi conquistando...ah...ou que está a conquistar em áfrica

IP – vicente, tu podes não ser racista, mas ...>

VJS – a china não tem problemas nenhuns com os direitos humanos, como nós sabemos...

IP – ...calhas de ser machista, se continuas a falar. é porque as mulheres.... nós, as mulheres, também temos qualquer coisa para acrescentar. [risos IP]

VJS – secundarização dos direitos humanos...

IP – [risos]

LC – maria João seixas, esses pontinhos, mais...mais para a frente

MJS – queridos ouvintes [risos vários]

IP – isto está difícil. >

MJS – estais cientes de que eu estou serena...que, de facto ...eh...aturar estas...estas intromissões do meu ...queridíssimo amigo vicente jorge silva

VJS – >inqualificáveis.

MJS – inqualificáveis, não. bastante qualificáveis. é muito difícil para quem tenta com algum esforço alinhar um pensamento. eu estava a dizer que, do ponto de vista logístico, político, diplomático é muito complicado, particularmente com os dirigentes de um continente que é o continente africano, conseguir juntar a...a união africana à união europeia e met... trazer a um sítio de onde partiram as caravelas para a descoberta do continente...eh...da maneira como foi feito. portanto eu tenho que... saudar o governo português...eh...e...a...na presidência...eh... que entendeu ser útil politicamente este passo. e acho que as coisas talvez possam vir a ser um bocadinho diferentes, do ponto de vista dos canais de comunicação entre dirigentes africanos e dirigentes europeus e outros. segundo ponto. terceiro ponto. a questão da áfrica como...o que é que nós pensamos quando pensamos, áfrica? o que é que nós ainda pensamos? temos ressentimentos? temos culpabilidades? nós brancos, que fomos colonizadores, temos isto? temos aquilo? achamos que eles são... todos... uns famélicos...eh... corruptos...eh...incapazes? o que é que nós pensamos sobre áfrica? o que é que nós pensamos da nossa história do ocidente sobre áfrica? o que é que nós... o que é que nos interessa? que curiosidade é que temos para...relativamente a um continente muito grande, muito específico, muito adiado, muito sugado, sugado pelo...nas suas riquezas, nas riquezas do seu subsolo pelas...pelos países ocidentais, o que é que nos interessa saber? o que é que nós devíamos saber? nesse ponto eu gostava de sugerir aos ouvintes deste programa que lessem um jornalista escritor polaco, ryszark kapuscinsky. lembrem-se de capuccini ou capuccino e...e kapuscinsky, que escreveu as coisas mais definitivas, mais correctas, mais honestas...eh... sobre as suas múltiplas viagens como jornalista ao serviço da...da imprensa polaca e que morreu

este ano em janeiro. façamos um acto de...de curiosidade... ia dizer de humildade, mas isso é o meu lado católico, não tem nada a ver com humildade. de curiosidade verdadeira. o que é que nós sabemos de África? o que é que queremos saber? como é que, por exemplo, as...e isto tem ainda efeitos hoje e tem ainda efeitos para a vida das sociedades africanas e dos governos dos tais ditadores clepto..., quê?

VJS – cleptocratas.

MJS – cleptocratas, disse o vicente. tudo isso... não é o único continente onde os há mas ali há uma..há...estou de acordo

VJS – uns roubos, uns ladrões

MJS – os próprios ...isso eu sei o que é e os ouvintes também sabem...

VJS – >já agora para quem...caso haja alguma dúvida...os que roubam.

MJS – mas por quilómetro quadrado há, de facto, neste continente, talvez, uma maior concentração de cleptocratas (ai que difícil que é essa palavra para mim). bom

LC – só dizer que kapuscinsky está editado em português, no campo de letras, nomeadamente ébano

VJS – e que a responsabilidade...que o ocidente alimenta por interesse

MJS – campo... leiam kapuscinsky, comecem por ébano se quiserem. está editado em português pelo campo das letras. mas leiam. mesmo. há coisas, por exemplo, que é preciso perceber. a questão da importância dos clãs nas sociedades africanas e dos chefes dos clãs e dos conselhos de anciãos dos clãs. e a formação das tribos, a importância dos antepassados... para...a dinâmica, social das comunidades africanas. e, depois pensar, o que é que a conferência de berlim fez a esta... a este mapa, que fazia sentido, dos clãs? clãs que se guerreavam. clãs que se escravizavam. mas havia uma ordem histórica, anterior, que foi completamente retalhada, e a batuta do senhor bismark...eh... ajudou...eh... em muito. e não sei se é com um século, ou dois, ou três que vai compor isso e vai ajudar, inclusivamente os dirigentes africanos a ...a conviverem com a ...com esta, com este paiol. paiol, que as nações ocidentais deixaram...eh.. em efervescência em África. isto é, fazer fronteiras separando clãs e unindo clãs inimigos de morte, fazendo parte do mesmo território, da mesma nova nação. é uma coisa incomensurável. e, depois, a cobiça, a cobiça ocidental sobre África, sobre África a desvergonha com que essa cobiça é praticada há muito, muito, eu tenho...eu tenho saudade do colonialismo português. imaginem. parece um...um disparate o que eu estou a dizer, mas...e é um disparate obviamente... o colonialismo é um dos males humanos... horríveis

LC – então vamos, vamos à justificação dessa saudade.

MJS – mas não, não... porque nós somos incapazes de sugar bem. temos uma incapacidade, quer dizer, não somos desenvolvimentalistas, não...

LC – >portanto ...

MJS – não sugamos bem e depois...

LC – portanto, a questão de que o colonialismo português não foi dos piores... é isso que estás a dizer?

MJS – ah isso não foi com certeza, embora é sempre...>

LC – mas isso...

MJS – embora é sempre... não, mas eu... deixem-me, deixem-me falar à minha vontade. deixem-me dizer asneiras. deixam que os ouvintes digam que eu disse... que eu disse asneiras. quero eu dizer que a avidez...eh...do ocidente sobre...sobre as riquezas do subsolo africano têm sido tão despidoradamente exercidas, têm sido tão despidoradamente negociadas, com os tais cleptocratas e ditadores, que, talvez áfrica e a chamada de atenção que uma cimeira destas pode...eh... fazer sobre nós... é, é, é... uma pergunta de ordem moral: está bem... e nós?

VJS – então o que é que a gente faz, então?

MJS – e nós? e nós, o que é que vamos exigir aos nossos governantes, para...eh... de alguma maneira corrigir. eu acho... eu acho que alguma coisa... talvez mais sã do que apenas os negócios esteve presente nesta cimeira, só pela a sua própria organização e realização. vou explicar. eh... como no teatro, as cenas, a cenografia do palco é importante. ea ceno...e este palco teve os líderes todos africanos, que nós nunca vimos juntos... já não nos lembrávamos de ter as imagens de cairo... do cairo. mas cairo é o cairo... lá estão eles em áfrica. eu acho que é uma entrada na nossa reflexão e na... no nosso imaginário, diferente daquelas que... habitualmente nos eram...nos eram dadas. e acho que daí é capaz de haver sementes novas, sobretudo nos mais novos, para se pensar isto de áfrica, da união europeia, das relações com... da união europeia com outros ditadores do mundo...eh...bom, portanto...

LC – deixa-me perguntar à inês pedrosa...é um programa que está com um olhar demorado sobre esta cimeira união europeia – áfrica. viste mugabe, viste kadhafi, josé eduardo dos santos e viste coisas sãs, também, nesta cimeira, inês pedrosa?

IP – devo dizer que não [gracejos de IP]. eu percebo a ideia...eh... generosa aliás, da...da maria joão

MJS – não é generosa, inês

IP – é... também

MJS – não é, por (...)

IP – e de alguém que é também de áfrica, como é a maria joão. mas o que...o que me pareceu... é assim: do ponto de vista daquilo que estavas agora a dizer das novas gerações ou da percepção ... isto agora começando por fora, pela percepção da população em relação à cimeira ... sinto que até ...eh...o tom e a...o tom destes dirigentes ...eh...africanos e a forma...eh... de tudo isto... quer dizer, o próprio facto... as exigências, as compras, o fecharem áreas de centros comerciais para irem lá comprar... tudo isso... eu, eu sei lá, os taxistas... os taxistas são sempre aquele barómetro já gasto, mas muito irritados. lisboa cheia de buracos...o trânsito em dezembro é terrível, não é?... e agora ainda se anda pior, porque estão cá esses eh...esses...esses torcionários todos, esses

criminosos todos..... era o que eu ouvia nos táxis e é o que... a sensação... quer dizer... não há...a sensação de que se trata...eh...de que se lida de igual para igual... com pessoas que não estão a tratar... porque...vamos lá a ver...e em resumo, porque já nos adiantámos muito...assim...sobre isto, mas...

MJS – nunca é de mais sobre áfrica

IP – nunca é de mais, mas é assim. nós podemos ter a história de colonização que todos temos e eu nem acredito que haja colonizações... pode haver mais incompetentes, a nossa foi particularmente incompetente em muitos níveis, mas foi muito brutal. é uma coisa que eu... eu estudei mais isso em relação ao brasil do que a áfrica, mas nós tínhamos a ideia... fizemos o mulato, portanto, íamos lá, amávamos as negras ou amávamos as índias... os homens que iam, não é? e, portanto, era uma relação de amor. não é, não é, não foi isso que se passou no brasil e não foi isso que se passou em áfrica. toda a colonização é brutal. depois há uns que sabem sugar melhor do que outros e nós nem soubemos sugar, o que...bom...enfim. agora, que é verdade que... isso que a maria João disse de saudade da colonização portuguesa, eu ouvi-o em moçambique. nunca estive em angola, mas ouvi-o em 94 em moçambique, pela simples razão que tinham acabado de sair de uma guerra civil brutal e, pese todo... tudo que nós criámos de fronteiras artificiais e tudo... nós, nós europa, não é? nós, não só...não só áfrica portuguesa, mas nas outras...nas outras partes de áfrica. mas nós agora temos que também largar essa culpa, não podemos estar sempre agarrados à história, porque quando eu vi o kadhafi pôr na...na ...aliás vem em tituleira de jornais que exigia indemnização, uma indemnização que a...a europa está farta de indemnizar os dirigentes africanos. é que, ainda por cima, como se tem visto em reportagens... sucessivas, muito do apoio a vai directamente para os bolsos desta/dessa gente, que não são áfrica, são os exploradores de áfrica, calha que são do mesmo povo e que são negros também. mas é uma forma de exploração humana, tão ou mais cruel, seja por razões tribais, seja pelo que for. mas nós, eu não me sinto pessoalmente... eu devo dizer... já não sou sequer da geração da guerra colonial e não me sinto em dívida com áfrica. mesmo. porque, também fui colonizada...eh...nós então podíamos ir...nós fomos colonizados todos, houve uma colonização...eh...diversa do...de diversas partes do mundo

LC – uma ocupação de território

IP – uma ocupação. nós fomos colonizados pelos árabes e podíamos agora também dizer... e fomos colonizados...eh... por sucessivas levas de povos, e escravizados, e...eh...e não podemos estar sempre a invocar a história...nem a recente, porque...eh... quando atiram para nós...>

MJS – a minha (...), espero que tenha ficado claro, não era para desculpar nada, nem para desculpabilizar, era só uma informação...

IP – é porque os povos de áfrica não são estes, estes...

MJS – claro que não são

IP – ... e podem, os negócios... eu sou... claro... estes...estes... o facto de eles virem e de fazerem negócios ainda agudiza esta sensação de que... isso eu acho que é mau para a europa, por isso acho

que mais valia não fazer estas cimeiras, que não só se gasta muito dinheiro na organização destas cimeiras, como servem para fazer basicamente... para fazer negócios porque...eh... escamoteando os massacres, as violações dos direitos humanos, mesmo o rei da Suazilândia, a gente fala das figuras, não é? esse rei da suazilândia que se dá ao luxo de escolher uma virgem por ano, ou duas, ou três, ou... para ficar com ele e depois vai deitando as outras fora. mas o que é isto?!

MJS – ainda não lhe apareceu a xerazade

IP – e, portanto, nós não podemos pensar como...eh... eu acho que, como europeus, temos o direito de pensar, isso sim, não que... não que...precisamente porque não queremos... que nenhuma raça, nenhuma parte do mundo seja superior a outra, todas têm que ser ...eh...guiadas pelos direitos humanos, que são iguais para toda a gente. e que não pertencem, não são exclusivos do ocidente, que também os tem quebrado muitas vezes. mas o que se passa a nível endémico de...eh... desvergonha, de...de despudor absoluto em relação...eh... à morte ... quer dizer...o

LC – e estas cimeiras nem sequer servem para contribuir um pouco para o fim dessa violação dos direitos humanos?

IP – eu penso que não contribuem para nada, porque...

LC – <acabam por branquear um pouco a acção?

IP – branqueiam

MJS – não acho que branqueiem

IP – os senhores são tratados como senhores. eu subli... saliento que caiu-me particularmente mal ... não sei se disse isto a semana passada ... quer dizer...eh... um...eh... dirigente africano que tem uma relação com portugal, com portugal como josé eduardo dos santos, de angola, dá-se ao luxo de...de faltar ao jantar de boas-vindas que lhe é oferecido pelo primeiro ministro, não sei se também pelo presidente da república de portugal. eu penso que isto é.....e depois... é... claro se fosse outro dirigente qualquer, se fosse o sarkosy que fizesse isso ou alguém ...da europa, de um país pequeno ou grande, europeu, era uma grande falta de educação, nós, com esses complexos racistas como disse, que temos, e, como disse o vicente, não temos razão para ter, é que vamos calando isso, isso aparece, quando muito, em rodapezinho...e, mas isso é um sinal de que se estão nas tintas para nós e estão a fazer os negócios o melhor que podem para eles, eles (...) ignorando completamente, não têm a mínima noção patriótica,...eh... nem já... nem do ponto de vista... quer dizer... têm a noção tribal no sentido mais estrito de... os senhores, as suas mulheres, as suas famílias, e mais nada. e eu acho que enquanto essas...essas questões não forem...eh...tratad...quer dizer...aqui não puderam ser tratadas e não... e não... porque não se podem ofender os convidados. portanto isso tem de ser... tem de haver os canais diplomáticos sem, sem haver cimeiras para resolver essas questões prévias, para depois poder ter uma agenda comum. porque se não é um folclore de agenda comum, que não existe. vai tudo continuar na mesma

MJS – mas eu acredito...

VJS – eu gostava de também... sobre isto também dizer uma coisa muito breve. eh... eu, por exemplo...eh...não há personagem... não há figura humana viva que eu admire mais do que nelson mandela.

IP/MJS – também eu

VJS – e uma das coisas que me chocou, ou que me choca muito, é ver que o sucessor de nelson mandela, mbeki...eh.. insiste...

IP/MJS – sim, sim

VJS –... persiste em proteger o indescritível regime de mugabe...

IP/MJS – sim, sim

VJS – como se...eh...o... a condenação política do que se passa no zimbabwe... a escravização de pessoas, a falta de respeito de mugabe pelos seus opositores e pelas próprias populações, que têm sido tratadas como se fossem cães...

IP/MJS – sim, sim

VJS –que o senhor mbeki continue a defender o mugabe, como se o mugabe fosse uma espécie de símbolo da/de áfrica, e que, quando se critica o mugabe, é uma manifestação de racismo em relação a áfrica. não pode ser!

IP/MJS – pois não

VJS – não podemos tolerar isso. não acredito que nelson mandela, se fosse presidente de áfrica do sul, não teria expresso uma posição ...de distanciamento em relação ao...eh... ao regime de mugabe. eh...portanto isto é uma crítica que eu queria fazer... mas também não fazem esforço nenhum, os africanos...eh... para se fazerem respeitar

IP/MJS – pois

VJS – alguns líderes de países onde, apesar de tudo, vigora um regime político... mais normal, digamos assim, como na áfrica do sul... quer dizer, caramba! façam um esforço! nós é que temos de fazer os esforços todos? temos que aceitar as regras do jogo todas? eles não fazem esforço nenhum. pois... mas também...que reciprocidade é essa?

IP – claro

VJS – que é que o senhor mbeki, que é o herdeiro de mandela ...o herdeiro, o sucessor. não digo que é o herdeiro ... mbeki, aliás, com posições impensáveis sobre a sida e outras coisas que tais.

IP – exactamente

VJS – bom. mas não vou entrar por aí. porque é que o senhor mbeki e outros dirigentes africanos insistem em defender o senhor mugabe?! é só por causa da inglaterra? porque a inglaterra foi colonizadora? porque a inglaterra ...eh...foi... enfim, teve aqueles colonos na rodésia e...e... que...e fez...e que trataram os negros...eh... de uma forma...eh... completamente...eh... de um colonialismo cruel e feroz? mas o que é que faz o mugabe, que é negro, que esse...? pretende passar por progressista? reivindicava do marxismo, no início, impôs um partido único e agora trata

os seus ...eh...irmãos...eh...o.. os seus...eh... a sua população como se fossem cães. vou começar a ler o polaco. sem dúvida

LC – kapuscinsky

VJS – lerei. o ébano

MJS – já ganhei. já ganhei um leitor

VJS – lerei e não há dúvida nenhuma que há coisas que tu disseste aqui que eu concordo completamente. a divisão de fronteiras, a forma como a colonização se fez, eu estou... concordo com isso...agora, não vou estar a vida inteira...

MJS – não, não é essa a questão

VJS – a carregar o fardo do homem branco>

MJS – não, mas qual fardo do homem branco? acabou, o fardo do homem branco

VJS –séculos e séculos e séculos, até à consumação dos tempos...eh...aceitando que o senhor...eh... o senhor Eduardo dos Santos e outros que tais são uma consequência inevitável da colonização branca

IP– por isso é que é tão importante que apareçam

VJS – quando é que acaba isso?

IP– que apareçam, que apareçam figuras como esta ramailade , como apareceu hirsí ali, que é outra mulher. é...é curioso que são mais as mulheres a terem a coragem de avançar e muitas vezes a serem mal interpretadas também porque...eh...porque... para que se percebe isto, já não é... não é uma questão racial. é que eles atiram isso para continuarem a fazer os desmandos que fazem, e nós não temos que continuar com a má consciência que os protege e desprotege populações negras, que eles... dizem e maltratam

LC – apraz-me ver...certos assuntos desenvolvidos ...eh...ao longo de um tempo...eh... longo. de qualquer forma, pedia-vos para tentarmos incluir mais uns quantos no programa de hoje... uma boa capacidade de síntese. para já. satisfação perante o papel de Portugal neste últimos seis meses da construção europeia, vicente jorge silva, agora, que encerramos/encerrámos a nossa presidência com este tratado de lisboa?

VJS – muito rapidamente, acho que Portugal tem muito jeito para fazer estas cimeiras e é um facto...

LC – aliás, tínhamos dois portugueses a liderar isto

VJS – temos uma vocação...

IP– >hoteleira... temos uma vocação hoteleira[risos IP]

VJS – é indiscutível. todas as cimeiras que nós organizamos/organizámos a nível europeu são...resultam sempre muito bem

LC – os Jerónimos estavam bonitos

VJS – temos muito talento para isto. não, não há dúvida nenhuma. provavelmente temos mais talento que ...que quaisquer outros...

MJS – é o lado terciário da nossa economia.[risos vários]

VJS – exactamente. ouve, mas >

LC – são muitos anos de preparação

VJS – talvez devêssemos aproveitar estes exemplos...

IP– isso é verdade

VJS – então, mas, porque é que não funcionamos noutras áreas?

IP– exactamente

VJS – acho que nós fun...não há dúvida... funcionamos muito bem, independentemente lá das críticas que eu possa fazer à ...ao...a questões de fundo da...da cimeira união europeia-união africana...eh... áfrica. ou mesmo da, da... do meu cepticismo em relação ao tratado europeu, sobre o qual eu tenho as maiores dúvidas, nomeadamente... uma só...eh...que eu resumo assim...eh... não faz sentido para mim que a europa tenha de se esconder, se mascarar, se disfarçar...eh.. fazer de conta que não é aquilo...eh... que pretende ser, para ser aceite...eh... pelos estados... ..eh... pelos 27. ou seja

LC – é a diplomacia

VJS – ou seja...eh... a constituição europeia de giscard d'estaing e companhia foi rejeitada em dois países, concretamente a holanda e a França. toda a gente sabe. portanto, arranjou-se uma forma...eh...um...muito habilidosa de fazer passar alguns...eh...dos mesmos princípios ...eh...com um tratado que já não é tratado constitucional, etc., etc., etc.. bom. mas depois toda a gente está com receio de fazer referendos, para evitar que a população...que os, que os cidadãos europeus se pronunciem num sentido negativo em relação....

LC –a Irlanda fá-lo-á

VJS – fala-se da necessidade de ultrapassar o défice democrático, que persiste na europa. como é que ultrapassa o défice democrático, quando ...parece-me ... está a correr o risco de acentuar ainda mais o défice democrático, colocando os cidadãos, marginalizando os cidadãos e dando cada vez mais poder aos directórios políticos? mesmo que o parlamento europeu amanhã possa ter uma importância maior...eh... estes...digamos, estes vícios de origem...eh...que têm um carácter perverso, que acaba por contaminar o próprio processo...eh... de...de uma maior abertura e uma maior democratização dos mecanismos e das instituições europeias, portanto, eu aí tenho muitas dúvidas sobre se este caminho que se está a seguir não está...não pode vir a dar resultados relativamente contra....contraditórios com os propósitos dos próprios..eh... dirigentes europeus. portanto, directório, de um lado político...directório político de um lado e depois...os cidadãos, como não estão suficientemente amadurecidos... para dar um paternalismo terrível dos directórios políticos em relação aos cidadãos. os cidadãos europeus não estão suficientemente amadurecidos para se governar por si próprios. onde é que nós já ouvimos isto? e, portanto...eh... aí, os directórios políticos substituem a vontade dos cidadãos, é isto que me parece ser o equívoco essencial em relação ao tratado

LC – inês pedrosa. satisfação luso-europeia perante esta presidência?

IP– [risos IP] pois... acho também... acho que de facto devíamos...eh...especializarmo-nos nesses serviços, que tens bons cenários e..

LC – <ficarmos presidentes da união europeia ad eternum? [risos IP]

IP– não... agora o tratado...por exemplo, uma das coisas que o tratado...eh... assinado em Portugal, e ironicamente...eh... diz, é que deixa de haver estas presidências rotativas, portanto será a última...se...eh... por uma questão de economia e que até se percebe, em princípio até pode ser um bom exemplo para os próprios governos nacionais, procura-se rentabilizar...eh...fazer com que os deputados europeus e que.....eh... enfim, todos os mecanismos de, de governo europeu sejam mais reduzidos em termos de...de pessoas que lá trabalham e que funcionem de uma forma mais próxima e mais dinâmica e, portanto... ou seja... ou não sei se esta forma economicista, de certa maneira, de...de gerir a europa não significa uma redução democrática, porque parece-me que é de louvar que... por mais caro que fique... de uma certa maneira fica mais caro, mas também favorece a economia, temporariamente que seja, do próprio país, o facto de se realizarem coisas nesse...nesse país. a rotação das presidências europeus parece-me mais desejável do que a não rotação, do que a eleição por xis tempo. depois por outro lado outra coisa que acontecerá. que as pessoas não têm a noção do que está no tratado. é que ...eh...as decisões serão tomadas por maioria de uma forma que favorece os países mais populosos, ou seja, os grandes países europeus. portanto há...haverá, em consequência deste tratado, redução da participação dos países mais pequenos. eh... e tudo isto devia ser, como disse o vicente... eu concordo em absoluto que havia necessidade de referendar e eu acho que o primeiro... a primeira asneira foi não se ter feito um referendo, universal...até porque...até porque se somos europa, devemos ser capazes de arranjar um dia, em que todos votássemos e, e portanto, aí já não havia a influência da holanda, a influência da França... todos votarem...eh... a constituição europeia e agora todos votarem este tratado, que devia ser descriptado, descodificado nos seus pontos essenciais para que as pessoas pudessem saber o que estava em causa. porque, é um atestado de menoridade que passam à...às pessoas...isso.... agora...eh... quanto à organização em si, eu acho que a hot... a nossa hotelaria que não é tão boa quanto a nossa hotelaria governamental tem a aprender com isto. porque não é. porque é demorada, os serviços são demorados... lentos, às vezes um bocadinho ...eh... ainda mal ...eh... oleados, toda a gente se queixa do algarve, a esse respeito muitas vezes, mas não é só o algarve. é em geral. eh...agora... temos uma capacidade diplomática natural...eh... antiga e... também tem a ver com o termos sido neutrais durante a segunda guerra provavelmente, e com sermos um pólo giratório e com a própria localização geográfica de país e, assim. que nos devia habilitar para organizar mais vezes este tipo de coisas

LC – maria joão. satisfação ou desconfiança?

MJS – não,não tenho nada para acrescentar. subscrevo o que foi dito

LC – boa capacidade de síntese [risos do próprio]. videovigilância e liberdade. governos e autarcas querem alargar o uso das câmaras para prevenir e fiscalizar a segurança. a comissão de protecção de dados alerta para os possíveis abusos. o porto é a primeira cidade portuguesa com sistema de videovigilância na função pública. e quando pararem de brincar com o microfone, maria joão, vicente, qual de vocês se quer pronunciar primeiro sobre esta... sobre estes perigos e estas vantagens da videovigilância? incomoda-vos ou satisfaz-vos?

IP– a maria joão (...)

MJS – eu estou a ser obrigada pelo vicente [risos LC]

IP– o vicente já falou muito hoje, eu acho que temos...

VJS – a situação africana [risos dos interlocutores] ...foi bastante longa

LC – eu peço-vos é para deixarem o microfone quieto entre ambos [risos vários]

MJS – então, mas nós estamos a partilhar... quero explicar aos ouvintes que o meu microfone pifou

LC – é verdade.

MJS – e... nós temos um microfone diante de cada um de nós, mas hoje eu tenho de partilhar com o meu camarada de direita [risos dos interlocutores]

VJS – da direita, salvo seja

MJS – não, à minha direita na minha bancada. vicente jorge silva

LC – isto porque tu estás no centro

MJS – isto porque estou sempre sentada no centro...eh... são conhecidas

LC – equidistante

MJS –é conhecida a serenidade das minhas intervenções e... portanto[risos IP]eu estou no centro. olha, eu...eu...eu talvez vos surpreenda, mas eu também não... quer dizer... este (...) das vigilâncias nas ruas, a mim não me incomoda nada...quer dizer...já me incomodou entrar em centros comerciais e em instituições, em edifícios, e habituar-me às câmaras... bancos... mas uma vez que...que me habituei, não...não me choca nada a presença de mais câmaras ...eh... na rua, nos...

VJS – generalizado, como na inglaterra?

MJS – não, mas aqui ainda é assim... é pouquinho...eh... não me choca, não tenho nada, não tenho nada a dizer, se isso... se a isso equivaler... equivaler?

VJS/PI/LC – sim, está bem

MJS – está bem? está bem dito?

VJS/PI/LC – está, está

MJS – equivaler uma adequada acção policial e acção judicial...eh... relativamente a infractores, criminosos, delinquentes, tanto melhor. se isso ajudar, porque não? portanto, não tenho mais nada a acrescentar. eu... >

LC – venham elas

MJS – o rui rio propõe isso e percebo que a baixa portuense, a baixa nocturna portuense esteja particularmente inquieta...e...e desassossegada e tem boas razões para estar...para estar ...eh... olha, acho que sim. venham as câmaras [risos vários]

VJS – bem, há um... eu só acrescentaria um exemplo...eh... muito rápido, onde... eu tenha uma aversão de princípio à videovigilância

MJS – eu já (...) que foste avisando, não é?

VJS – não, mas há sítios, que eu não vejo outra maneira. por exemplo, vou eu dar um exemplo...>

IP– tu até devias gostar de câmaras, ó vicente

VJS –muito concreto, que é o bairro alto. vocês sabem como é que está o bairro alto. tem aquelas pichagens todas na parede, é um nojo absoluto. ninguém consegue controlar aquilo. não há... não sei se o policiamento seria suficiente para...para (...) intimidar a selvajaria ou os selvagens que andam a borrar as paredes todas do bairro alto. o bairro alto é um nojo absoluto. é uma das montras de lisboa

IP/MJS/LC – hum

VJS –onde as pessoas gostam de ir... eu gosto de ir jantar ao bairro alto, eu gosto muito do bairro alto, sempre gostei do bairro alto. um nojo absoluto. espero que o antónio costa, que tem o problema resolvido agora das finanças, pelo menos...[risos dos interlocutores]

IP– < quase resolvido

VJS – ... atenuado, possa investir....

LC – < em tinta [risos IP]

VJS –mais na limpeza do bairro alto e aí, não me incomodaria nada, para dar um exemplo... também estou de acordo com aquilo que a maria joão estava a dizer, que haja algumas câmaras de videovigilância estrategicamente colocadas no bairro alto para dissuadir os selvagens que andam a fazer pichagens nas paredes da forma como ... têm feito no bairro alto e que ...eh...tornaram aquele local tão simpático num verdadeiro nojo ...urbano

MJS – mais importante, se não te importas... da videovigilância.... já morreram pessoas no bairro alto...

VJS – sim, com certeza.com

MJS – do que aqueles que pintam as paredes

VJS – com certeza.com certeza. eu estou a relativizar. dei apenas este exemplo...

MJS – ah... está bem. está bem

VJS –como uma...uma situação que será mais branda do que a situação do porto, da...

MJS/IP – neste momento

VJS –as ameaças mafiosas e, ou a situação mafiosa, que existe no porto. mas que, apesar de tudo, aceitaria isso, no bairro alto, por exemplo

IP– a mim o que me parece ... concordo com o que vocês disseram, mas o que me parece é que a videovigilância só por si também não resolve. ou seja, de facto, tem de se fazer investimento na

polícia. na polícia... no policiamento de proximidade. eu sinto ...eh... e isso é muito importante, que um governo, que os governos de esquerda se apercebam disso...eh... França sabe muito bem isso. porque...eh... o crescimento da criminalidade violenta, puxa as pessoas para a direita, que está sempre a falar da segurança, mais segurança, menos liberdade e mais...e mais segurança, menos liberdade e mais.. e mais segurança. portanto, é...é importante que se dêem condições à polícia e, por outro lado, aqui sempre que há alguma coisa com a polícia, em que a polícia ...eh... dá um tiro...eh... a um dos meleantes e o tiro...eh... e o tiro acerta, depois é a polícia.... a polícia também já foge de dar tiros, não é? também é outra coisa... já foge dos próprios... há um... isto não tem nada a ver, mas lembra-me dum filme do João Botelho de que gosto muito, o adeus português, que desenha uma guerra de África em que andavam os...os soldados, brancos portugueses a fugir dos...eh... que deviam atacar, não é? que supostamente... que eram mandados atacar, porque não queriam fazer aquela guerra. e já temos uma polícia... para além de termos um gnr que foi apanhado também com...eh... a roubar caixas multibanco, ou que foi?

LC – hum

IP– para além de termos a polícia que já é... já trabalha em duplo turno. pela falta de condições. claro que não é só por isso, porque é um caso concreto e isso tem a ver com princípios éticos, que as pessoas têm ou não, mas... quer dizer... temos uma polícia maltratada do ponto de vista financeiro e das condições... e até da sua própria protecção pessoal, que eles se queixam regularmente que não têm equipamentos ...eh... que os defendam fisicamente, e esse investimento não foi feito ...eh...o suficiente para que as cidades, as grandes cidades possam responder a esse problema com eficácia, quando o Vicente está a falar do bairro alto, eu...eu do que me lembro...para além das pichagens porque realmente são de somenos, enfim... somenos não são porque é a montra de Lisboa, mas em relação às mortes das pessoas, e já houve grupos racistas de extrema direita que mataram gente no bairro alto e, assim,

VJS – exactamente

IP– ninguém vê nada. porque nós não temos polícia. às vezes, ando perdida... porque aquelas ruas são todas muito iguais e quero até uma informação ...onde é o restaurante Xis... e não se vê um polícia na rua. e acho que é mais importante a presença humana do que a videovigilância porque eles podem andar disfarçados, encapuçados, como andam muitas vezes...eh... as câmaras podem falhar ou podem...eh... começar por se atingir as câmaras facilmente. portanto acho é que a videovigilância em si, não sei qual é o investimento ... não compensa... não substitui... e penso que há a ideia neste governo de que... que é muito tecnológico... de que com a câmara se...se dissuade o criminoso e pronto, e não é assim. portanto a presença humana...

VJS – não, a polícia de proximidade...

IP– a polícia de proximidade...

VJS – <e a polícia municipal, por exemplo, é um papel que a polícia municipal poderia e deveria desempenhar. acho que é exactamente o papel da polícia municipal... que não é só...vejo muito,

por exemplo, a velha imagem os bobbies ...eh... britânicos que, não só são polícias...eh...como são também pessoas que ajudam os outros na rua...

IP– sim, sim

VJS – ajudavam, pelo menos, hoje não sei...eh...mas, quando eu vivi lá...eh... na adolescência

LC – polícias sem arma

VJS – eles não andavam armados nessa altura

MJS – olha, eu sei, uma história. e tem um ano. há um ano e meio, uma amiga minha e eu tivemos que ir a um...a um doutoramento a londres, assistir a um doutoramento de um amigo nosso. e, depois, um dia...eh... precisámos de ir ...eh...a uma...a um sítio e perdemo-nos, começou a chover e perdemo-nos e andámos meia hora para trás e para diante e não conseguíamos e perguntávamos às pessoas e elas não sabiam onde é que era a rua e depois vimos um carro ...com três bobbies [risos IP] parados. mas parados ali. a helena..eh... precipitou-se a perguntar... depois também não percebeu a reacção... a seguir fui eu onde eles estavam sentadinhos no carro parado e nós dissemos... olhe, queríamos ir para a rua não sei quantas. nós estávamos no começo dessa rua, mas não tínhamos percebido porque a placa não...não estava lá. podem-nos informar onde é que é? e eles disseram... não[burburinhos]. testemunha. eu não estou a inventar esta história!

IP– mas não, porque não sabiam?

MJS – não, porque... quer dizer, não sabiam, tinham de se informar. não era obrigatório que eles soubessem. por acaso estavam na rua, mas não era obrigatório. mas... quer dizer...e a... e a rir!

IP– não era a função

MJS – e eu disse, mas o que é isto?! eu não vou tomar estes três... estas três bestas pela polícia que eu conheci nos anos 60, 70 ...

VJS – claro

MJS – em inglaterra, mas que é possível agora estas três bestas dizerem isto a uma...a uma turista incauta...eh... ignorante da cartografia da cidade, isso aconteceu...mas nós ficámos, parvas...[risos MJS] “ mas eu... oh helena, ele disse mesmo aquilo?! ” bom

LC – com esta... com esta simpática promoção inglesa, depois de termos começado [risos dos interlocutores] com a promoção ao nosso país... uma nova campanha. sugestões. não há tempo para mais. uma exposição?

MJS – sugestões, sugestões... eu já dei muita sugestões. a leitura, repito, do senhor kapuscinsky, le iam, le iam, le iam todos os livros que puderem ler dele. já dei a sugestão...

VJS – há uma tradução portuguesa do ébano

MJS – do ébano há, pois há

LC –campo das letras

VJS – já se falou

MJS – campo das letras...eh... já dei a sugestão para o primeiro ministro ou quem quer que seja... fazer a cimeira à

LC – Sim, mas eu sei que tu tens uma exposição, por isso

MJS – ... e agora. estás-me a despachar?

LC – não

MJS – já não temos tempo?

IP – já não temos tempo (...) isso

LC – estou a evitar o recapitular, vamos a isso

MJS – ah...já não temos tempo. então pronto. então eu gostava de...de propor que fossem à culturgest ver uma belíssima exposição de museus do século XXI, conceitos, projectos, edifícios. está maravilhosamente exposta e é um...um trabalho... é um percurso... muito curioso para nós nos darmos conta do que é que os arquitectos andam a sonhar...eh...nomeadamente para este sonho que é um museu...eh...e compreendermos /compreendemos um bocado os mecanismos da relação entre um edifício novo com um conceito definido e a cidade ou o sítio ...onde... onde se insere. gostava só de dizer que uma... uma poeta portuguesa, filha de uma grande poeta, a maria andresen, filha sophia de mello beyner, fez uma coisa muito bonita, que as pessoas já... vão ter muito pouco tempo para ir ver ao centro nacional de cultura, que fez a exposição do seu primeiro marido, diogo vaz, que morreu em 2005 e ela prometeu-lhe, à hora da morte...eh... organizar...eh... uma exposição com as suas telas , os seus desenhos, as suas maquetas e a ternura deste gesto, o compromisso humano de amor, de uma mulher por um homem, que parte, fica aqui registado, mas é até o dia 18 de dezembro, centro nacional dec, em lisboa

LC – inês

IP – eu ia sugerir um...um livro para oferecerem no natal, belíssimo, belíssimo e com... que junta o talento da agustina bessa luís ao talento da graça morais. é um álbum que saiu já agora em cima do natal, que se chama as metamorfoses e consiste num texto da agustina sobre as metamorfoses das mulheres dos seus livros, das suas personagens de ficção, da sibila, a petronila, da fanny owen, a várias... é uma reflexão da criadora sobre as personagens , e explica onde é que as encontrou e diz tranquilamente que as conheceu quase todas, e portanto, saíram da vida real. o texto é muito bonito e é mais do que isso, porque depois reflecte ... dialoga com o ovidio e as metamorfoses do ovidio e diz que o traz para a cozinha com ela...eh... e reflecte sobre a metamorfose como princípio do humano, e é muito... e é um texto muito, muito forte. não é só um álbum bonito de natal, é isso que eu quero dizer. com mulheres, com as mulheres também fortíssimas da graça morais. aliás, este livro surgiu ... contou-mo a graça ... de um dia em que a agustina viu umas mulheres, uns desenhos da graça, em que as mulheres se estavam transformar em insectos, umas mulheres-insecto que aparecem no livro, e depois há outras que não parecem estar a transformar-se em nada, que estão a transformar os produtos da terra e a transformar o mundo à sua volta, trabalhando...eh... com cebolas nas mãos, com outras coisas, mas, é um álbum que resultou muito, muito bonito e que já saiu muito em cima do natal e portanto eu queria chamar a atenção das pessoas para ele

MJS – e é editado...[entoação interrogativa, que espera continuidade]

IP– <editado pela d. quixote...eh... também dizer já agora que há uma exposição de graça morais chamada in sofrimento...eh...em coimbra. e portanto quem estiver em coimbra pode aproveitar, inaugurou agora para ver durante este período de natal. e... também, a maria joão tinha recomendado aqui uns filmes a semana passada... eu também queria recomendar... uma colecção que eu própria tenho andado a ver ... que há a caixa agora do hal hartley, que também é um presente de natal, para outros ou nós mesmos muito bom, que é ...do melhor do cinema independente...eh... americano, que agora podemos ver, eu acho que é sempre diferente quando se pode ...e isso é uma das vantagens do dvd ... ver a obra de um realizador, em vez de ver só um filme

LC – hum

IP– ver uma sequência

LC – <organizares o teu próprio ciclo

IP– organizar e...e.. porque se percebe melhor as constantes, as diferenças e...e se vê melhor o...o fundo de cada filme

MJS – por acaso tu falaste em cebolas e as mulheres-insecto com as cebolas nas mãos e a trabalhar a terra como as mulheres-cão da, da paula...

IP– <da paula rego

MJS – ... da paula rego. eu estou muito virada para dar presentes de natal...cestas de cebolas [risos dos interlocutores].estou, estou. porque os há muito bonitos e ...

LC – < de várias cores

MJS – há as gordas ...eh...e castanhas, há as outras mais clarinhas, há umas roxas , há...e...pronto... e nós...eh... e a nossa culinária ... é uma peça base, é um alimento base da nossa culinária. eu, eu...eu é mais alimentos

LC – cestas com cebolas, muito bem

VJS – ah e já agora, enquanto não leio o livro da...

LC – <do kapuscinsky

VJS – já falámos da... de mulheres...eh... e não... releio as entrevistas de maria joão reunidas agora, também em livro...

IP– < que também são um belo presente de natal

VJS – eu estou a ler neste momento um romance que acho ...eh...que também seria uma belíssima, prenda de natal, que é um romance chamado estrada, de comarc mccarthy, um escritor americano ...eh...que só há pouco tempo é que se tornou conhecido por causa da sua presença no programa da ophra...eh

LC – portanto partilhas com ophra [risos dos interlocutores] essa sugestão. o livro do mês de vicente jorge silva[tom jocoso]

VJS –a famosa animadora, a mulher mais influente dos estados unidos

LC – a ponto de ter levado barack obama

IP– é uma mulher com garra

VJS – não, é um livro absolutamente deslumbrante

LC – edições relógio d'água

VJS – é uma história pós-apocalíptica do... de relação de amor entre um pai e um filho que são os últimos sobreviventes de uma humanidade que desapareceu... através de paisagens desoladas da américa

LC – os últimos, entre vários.

VJS – tem um lirismo, que embora a escrita não, não...não tenha muito a ver, mas que me ocorreu...eh... que ...um certo... me lembrou faulkner. não por causa...não por causa da escrita propriamente dita, mas certa...atmosfera mágica...eh... que eu encontro no faulkner e... e acho um livro muito bonito, muito belo e muito comovente

LC – é, sem dúvida, um dos livros do ano. final de um certo olhar. recorde que depois desta edição de sexta-feira pode escutar de novo o programa, não na... no horário habitual de domingo, mas sim amanhã, sábado, às 17 horas. um certo olhar, o debate sobre a actualidade com maria joão seixas, inês pedrosa, vicente jorge silva, luís caetano. a produção é de manuela gomes. vamos terminar com zeca afonso, paz, poetas e pombas. bom dia